



**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**SCARLET ALENCASTRO VANIN DUTRA DE SOUZA**

**RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS:  
A *práxis* sob a ótica da interculturalidade**

Porto Alegre  
2017

**SCARLET ALENCASTRO VANIN DUTRA DE SOUZA**

**RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS:  
A *práxis* sob a ótica da interculturalidade**

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

**Orientador:** Professor Esp. Marcelo de Barros Tavares

Porto Alegre  
2017

**RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS:**  
***A práxis sob a ótica da interculturalidade***

Monografia defendida e aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas pela banca examinadora, constituída por:

---

Profº Esp. Marcelo de Barros Tavares  
Orientador

---

Profª Ms. Tânia Silva de Almeida  
Avaliadora

Porto Alegre

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Maria Goretti e Paulo Rogério, por me mostrarem desde sempre que o estudo é o melhor caminho, por lutarem comigo por todos os meus objetivos, por não medirem esforços para que todos se concretizem e por serem minha maior fonte de amor.

Ao meu irmão, Leonardo, pelas nossas longas conversas, onde sempre pude extrair o melhor de mim. Por tanto amor e amizade.

Às minhas avós, Terezinha e Rejane, que ainda não sabem o que é relações públicas, mas que, mesmo assim, sempre estiveram ao meu lado.

Ao Andre Neves, por ler (este e tantos outros) trabalhos meus, por me incentivar a pesquisar cada vez mais, por me amparar em momentos de nervosismo e me dar sempre tanto amor, companheirismo, parceria e compreensão.

Aos meus melhores amigos, Yuri Schneider e Victória Maia, por me acompanharem ao longo dos anos, por viverem meus sonhos como se fossem seus e por me mostrarem, na prática, o que significa amizade.

Aos meus colegas que se tornaram meus amigos: Aline Martins, Angela Fernandes, Bruno César, Manuella Noschang e Rafaela Santos. Pela parceria e cumplicidade neste momento onde nem tudo foi fácil, pelas longas conversas, conselhos, dicas e risadas.

Ao meu orientador, professor e amigo, que é tudo isso desde muito antes desta monografia, Marcelo de Barros Tavares. Obrigada por acreditar em mim, no meu potencial e por me instigar sempre a melhorar. A pesquisadora e profissional que venho me tornando tem a tua marca.

Aos meus professores, Tânia Almeida, Ana Isaia Barretto, Luciano Suminski e Elisangela Lasta, por fazerem com que eu tenha a certeza, através de tantos ensinamentos, que fiz a escolha certa.

Aos meus colegas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul (Coren-RS) e da Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867 (SOGIPA), pela confiança e por proporcionarem que eu viva as relações públicas na prática. Sou grata pelas oportunidades que me foram dadas e por me auxiliarem a moldar a profissional que venho me tornando.

“A comunicação, enquanto processo de significados, é essencial para que ocorram os relacionamentos entre culturas”.

Maria Aparecida Ferrari

## RESUMO

O estudo de relações públicas internacionais se vê como latente na contemporaneidade. Isto se deve ao processo de globalização, que proporcionou uma nova demanda comunicacional, como a comunicação entre as diferentes culturas, acarretada especialmente pela abertura política e econômica das fronteiras (FERRARI, 2015). Sendo assim, o presente estudo possui enquanto tema a *práxis* de relações públicas, sendo delimitado pelo contexto internacional, pois se trata, ainda, de um campo em ascensão. Neste sentido, a pesquisa possui enquanto problema perceber como o arcabouço teórico de relações públicas pode embasar a *práxis* da atividade no cenário internacional? Para responder a este questionamento, foi estipulado enquanto objetivo geral compreender teoricamente a *práxis* de relações públicas no contexto internacional. Como objetivos específicos, foram estipulados: refletir sobre a perspectiva sociológica da cultura; estudar a *práxis* de relações públicas internacionais com base na teoria da função política (SIMÕES, 1995) e teoria da excelência (GRUNIG, 2011); e analisar a *práxis* de relações públicas internacionais. A pesquisa parte do pressuposto de que a *práxis* (VASQUEZ, 1977), reflexiva da atividade, prevê uma união da teoria e da prática, considerando estas duas indissociáveis. O percurso metodológico utilizado é uma abordagem de natureza qualitativa, e os métodos são a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2010), pois possibilita aumentar o conhecimento sobre o que esta sendo pesquisado, tendo em vista a amplitude de materiais e informações disponibilizadas; e a análise documental (MOREIRA, 2010), que se vê enquanto pesquisa a documentos, sites, materiais e relatórios, podendo ser estes uma fonte primária ou secundária. Para dar embasamento a esta pesquisa, a mesma possui, como referencial teórico, dois capítulos, sendo a perspectiva sociológica cultural, que conta com os subcapítulos identidade cultural, hibridização e globalização e interculturalidade, sendo os principais autores utilizados para embasar este capítulo Hall (2006), Eagleton (2003), Bourdieu (1989), Canclini (1998; 2003), Geertz (1978), Maldonado (2005; 2008; 2014; 2015), Ferrari (2014) e UNESCO (2009); e a *práxis* de relações públicas, que apresenta os subcapítulos teoria da excelência, função política e relações públicas internacionais, que trazem como principais autores Grunig (2011), Simões (1995), Ferrari (2006; 2011), Nobre (2016), Wainberg (2011) e Wakefield (1996). Os resultados obtidos apontam que os estudos de relações públicas internacionais estão diretamente ligados à área cultural. Isto se deve ao fato de os fenômenos pelos quais as culturas vem passando, acarretarem em uma nova demanda a *práxis* de relações públicas, especialmente na esfera internacional. Além disso, foi possível observar as convergências entre as teorias de relações públicas, excelência e função política, e relações públicas internacionais, sendo estas especialmente pelo fato de pertencerem ao mesmo campo: as relações públicas. O trajeto científico adotado revela possibilidades de crescimento dos estudos deste tema, pois os contextos internacionais (re)configuram novas interfaces para a *práxis* das relações públicas.

**Palavras-chave:** Hibridização; Globalização; Interculturalidade; Relações Públicas Internacionais.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Identidade cultural e relações públicas internacionais.....	64
Figura 2 – Globalização e relações públicas internacionais.....	70
Figura 3 – Hibridização e relações públicas internacionais.....	78
Figura 4 – Interculturalidade e relações públicas internacionais.....	88
Figura 5 – Excelência e relações públicas internacionais.....	98
Figura 6 – Função política e relações públicas internacionais.....	105
Figura 7 – Construção das relações públicas internacionais.....	107

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identidades culturais e relações públicas internacionais.....	63
Quadro 2 – Globalização e relações públicas internacionais.....	71
Quadro 3 – Hibridização e relações públicas internacionais.....	77
Quadro 4 – Interculturalidade e relações públicas internacionais.....	86
Quadro 5 – Teoria da excelência e relações públicas internacionais.....	97
Quadro 6 – Função política e relações públicas internacionais.....	104



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA CULTURAL.....</b>	<b>20</b>
2.1 IDENTIDADE CULTURAL.....	22
2.2 HIBRIDIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO.....	27
2.3 INTERCULTURALIDADE.....	32
<b>3 PRÁXIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS.....</b>	<b>38</b>
3.1 TEORIA DA EXCELÊNCIA.....	41
3.2 FUNÇÃO POLÍTICA.....	46
3.3 RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS.....	51
<b>4 CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>57</b>
4.1 IDENTIDADE CULTURAL x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS	58
4.2 GLOBALIZAÇÃO x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS.....	65
4.3 HIBRIDIZAÇÃO x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS.....	72
4.4 INTERCULTURALIDADE x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS	79
4.5 EXCELÊNCIA x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS.....	88
4.6 FUNÇÃO POLÍTICA x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS.....	99
4.7 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....	106
<b>5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>109</b>
REFERÊNCIAS.....	112

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização, potencializado na década de 1980, em nível mundial, demandou um aprofundamento internacional das organizações, especialmente na *práxis* cotidiana. Por esta razão, este processo aumentou a flexibilização das fronteiras, desenvolvendo uma maior abertura política, econômica, social e cultural, naturais da globalização (ARVATI; VENTURA, 2007).

Este desenvolvimento, de acordo com Ribeiro (1999), acarretado através da globalização, proporcionou o aperfeiçoamento dos estudos no que tange as relações públicas internacionais, tendo em vista esta maior abertura de mercados e as organizações, que estão se internacionalizando com uma rapidez cada vez maior. O aprofundamento dos estudos na área busca modelar as relações públicas internacionais para que a mesma possua sustentação especialmente no campo teórico. Isto se deve, pois, até os anos 80, esta era vista apenas de modo empírico, sem um consenso acerca da sua definição conceitual.

Nesta perspectiva, conseqüentemente, surge, também, uma demanda no que diz respeito ao relacionamento no âmbito internacional, especialmente por parte da organização com seus públicos, tendo em vista seus respectivos processos de abertura de mercados e internacionalização. Por conseguinte, uma nova exigência a *práxis* de relações públicas, pois, de acordo com Cesca (2012), todas as definições acerca das atribuições desta são unânimes em destacar o relacionamento como a *práxis* principal da área.

Esta nova demanda em âmbito internacional pode ser caracterizada de duas formas, conforme Ferrari (2015), sendo: multicultural, quando não há uma comunicação entre as partes envolvidas, não sendo considerado uma espécie de relacionamento, visto que só existe a convivência; ou intercultural, quando há uma base comunicacional, podendo resultar em um relacionamento. Cabe ressaltar que, este relacionamento entre as diferentes culturas, apesar de se fazer presente no dia a dia das nações desde os primórdios da humanidade, nunca se fez tão importante para todos os setores da sociedade – governos, empresas privadas, públicas ou organizações em geral – quanto agora.

Desta forma, Ferrari (2015) aponta que a interculturalidade se caracteriza pelo relacionamento entre as diferentes culturas. Para sua existência, se torna indispensável uma comunicação entre as partes, não somente uma convivência.

Neste sentido, cabe trazer uma pesquisa realizada na América Latina no ano de 2016, intitulada “*Latin American Communication Monitor 2016-2017*” que aborda que, atualmente, as relações públicas possuem um papel de importância dentro das organizações, além de obterem competências a nível mundial. Isto se deve ao fato de os públicos estarem cada vez mais exigentes, complexos e diversificados, fazendo com que o relacionamento da empresa com estes também seja dessa maneira. Muitos são os fatores que influenciam, um deles é o processo de internacionalização pelo qual muitas instituições passam, fazendo com que os públicos envolvidos com a organização, bem como o ambiente no qual ela está inserida, sejam amplos. Com isso, a pesquisa traz a importância da *práxis* de relações públicas e desta área possuir discernimento para lidar com estes relacionamentos, cada vez mais diversos, em âmbito internacional (MORENO *et al.* 2017).

Além disso, a referida pesquisa aborda acerca da diversidade de meios de comunicação que vem sendo utilizados ultimamente, que pautam os novos relacionamentos, até mesmo organização *versus* público. Desta forma, este estudo recente, feito na América Latina, busca elucidar discussões, através de dados, no que tange as novas maneiras que os indivíduos encontram de se comunicar. Neste sentido, este entendimento se faz latente para a área de relações públicas, sendo esta responsável pelo gerenciamento de relacionamentos (MORENO *et al.* 2017).

Sendo assim, percebe-se que o estudo acerca da área de relações públicas internacionais se faz latente, especialmente com o processo de globalização, visto que este acarretou uma maior interação entre países distintos, ocasionando, por conseguinte, um relacionamento intercultural. Além disso, trata-se de uma questão até então muito recente, devido às poucas pesquisas existentes na área sobre o tema. Esta ausência se deve a fatores como os estudos acerca das relações públicas internacionais iniciarem especialmente nos anos 80, onde, até então, não se tinha uma definição clara acerca do seu significado, tendo em vista que a área era vista somente de

modo empírico. Desta maneira, o presente trabalho busca contribuir para a literatura de relações públicas internacionais, visando que esta se vê ainda em ascensão na área.

Além disso, pode-se perceber que com o avanço do processo de globalização, em que as empresas veem, cada vez mais, a necessidade de atingir novos públicos e mercados, se vê como significativa a atuação de uma *práxis* que tenha como função estabelecer um relacionamento entre estas partes. Desta forma, se percebe a importância do tema desta pesquisa, que diz respeito a *práxis* de relações públicas, especialmente no contexto internacional, tendo em vista os fatores acima elencados, que demonstram a importância desta na esfera internacional.

Levando em consideração que as teorias embasam as práticas, sendo a união destas duas – teoria e prática – caracterizada como *práxis*, o presente trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como o arcabouço teórico de relações públicas pode embasar a *práxis* da atividade no cenário internacional?

Para responder a este questionamento, o presente estudo possui como objetivo geral compreender teoricamente a *práxis* das relações públicas no contexto internacional. No que tange os objetivos específicos, encontram-se: refletir sobre a perspectiva sociológica da cultura; estudar a *práxis* das relações públicas internacionais com base na teoria da função política (SIMÕES, 1995) e teoria da excelência (GRUNIG, 2011); e analisar a *práxis* de relações públicas internacionais.

Nesta perspectiva, parte-se do princípio de que se faz necessário, em um primeiro momento, estudar a literatura acerca das relações públicas, para, após, estudar a aplicação desta na *práxis*. Desta forma, caracteriza-se o presente trabalho como o estudo da *práxis*, tendo em vista que esta se vê enquanto a união da teoria e da prática (VASQUEZ, 1977), de relações públicas internacionais. A *práxis* da atividade pode ser analisada teoricamente frente a um contexto internacional, devido às questões culturais e sociais envolvidas com os mais diversos públicos.

Como base metodológica para atingir os objetivos estipulados, acima mencionados, utilizou-se a *práxis*, tendo em vista que a mesma se dá a partir da união da teoria e da prática (VASQUEZ, 1977); a pesquisa bibliográfica,

visto que a revisão da literatura é abordada como uma atividade ampla, que possibilita aumentar os conhecimentos acerca de determinado assunto, que está sendo estudado (STUMPF, 2010); e a análise documental, pois esta é a apreciação a documentos, jornais, revistas, entre outros, que abordem a respeito do tema pesquisado (MOREIRA, 2010).

Desta forma, pontua-se que a natureza da presente pesquisa será qualitativa pois, segundo Moreira (2002), a pesquisa qualitativa se vê como uma pesquisa que permite um maior conhecimento acerca do assunto por parte do pesquisador. Isto se dá pois, a mesma envolve itens básicos, como interpretação; interesse em todo o processo; contexto da pesquisa; reconhecimento, entre outros. Sendo assim, pode ser caracterizada como uma abordagem abrangente.

No que diz respeito a *práxis*, pode-se elencar que esta é a união da teoria e da prática, só sendo possível desta maneira, com esta interação, visto que estas duas são apontadas como indissociáveis. A *práxis* é, ainda, apontada como uma atividade social transformadora. Essa se dá pois a compreensão da realidade prática está sustentada pela reflexão a partir da teoria. Além disso, esta prática transformadora pode ser observada até mesmo no que diz respeito ao homem: ao passo que o homem, junto a suas ações, age enquanto elemento transformador diante da natureza, a mesma age como transformadora para o homem também (VASQUEZ, 1977).

A *práxis*, de acordo com Vasquez (1977), é caracterizada como uma atividade orientada, visto que é pautada por ações pensadas e planejadas. Isto se dá por que, de acordo com o autor, toda a *práxis* é uma atividade. Em contrapartida, nem toda a atividade é uma *práxis*. Sendo assim, a *práxis* se vê enquanto uma constante relação entre a teoria e a prática, sendo necessário, para seu desenvolvimento, obter um nível de entendimento acerca do assunto, para que o mesmo possa ser pensado desde a sua concepção até a sua prática.

Neste sentido, cabe elencar que, segundo Vasquez (1977), a *práxis* possui diferentes níveis, que dependem do grau de entendimento do sujeito diante das situações, bem como do que o mesmo consegue fazer a partir destas. No que diz respeito aos níveis da *práxis*, pode-se elencar que são quatro, sendo eles: a *práxis* criadora, que possui um processo simultâneo e

único, além de uma relação próxima entre o planejamento e a ação; *práxis* retrativa/imitativa, que propõe uma associação entre o planejamento e a ação; *práxis* espontânea, que se dá pela consciência que o indivíduo possui de suas ações; e, por fim, a *práxis* reflexiva, que se pauta a partir da reflexão sobre a prática, possui um caráter transformador e se dá devido a um alto grau de consciência dos envolvidos.

Cabe pontuar que o presente trabalho será pautado pela *práxis* reflexiva, tendo em vista que busca realizar um estudo acerca da *práxis* de relações públicas internacionais, pautando-se pela teoria. Sendo assim, percebe-se que há um grau de entendimento acerca do assunto, sendo possível unir e refletir acerca dos conceitos teórico-práticos.

Além disso, será utilizada como metodologia, também, a pesquisa bibliográfica, tendo em vista que, na perspectiva de Stumpf (2010), esta é uma consulta que permite um conhecimento amplo acerca da literatura existente. Neste sentido, o pesquisador traz as ideias dos autores, junto a sua própria opinião, que se dá a partir do que foi estudado. Esta revisão da literatura se vê como ampla e contínua, visto que ela deve ser feita ao longo de todo o processo de desenvolvimento do referido trabalho.

A pesquisa bibliográfica proporciona que exista um aprofundamento acerca do tema. Stumpf (2010) pondera que este se dá pois, ao iniciar o trabalho, o pesquisador estabelece bases para seu desenvolvimento, que se dão a partir da criação de um problema de pesquisa, objetivos, escolha das fontes as quais ele irá consultar, escolha de um orientador para o referido trabalho, como ele irá obter o material necessário, bem como a leitura e transcrição dos dados coletados. A partir disso, pode-se avançar a pesquisa, que visa conhecer de maneira mais profunda a literatura já existente, revisando-a e evitando, através disso, que se tenha como objetivo encontrar soluções que já existem.

Sendo assim, Stumpf (2010) assinala que a pesquisa bibliográfica pode ser vista como a base para dar início a qualquer pesquisa, além de ser caracterizada por acompanhar o trabalho acadêmico do início ao fim. Isto se dá por que ela auxilia tanto na criação dos objetivos e problema de pesquisa, como também na escolha da maneira que será utilizada para a coleta de

dados. Desta maneira, se faz presente desde a concepção até a finalização do trabalho.

Entre as dificuldades para se iniciar um trabalho utilizando a pesquisa bibliográfica, Stumpf (2010) assinala que se encontra a diversidade de livros, artigos e periódicos publicados. Isto se deve pois, com o advento das novas tecnologias, vem se tornando cada vez mais fácil e rápida a expansão destas informações.

A pesquisa bibliográfica, complementando o exposto acima, se caracteriza por ser um “conjunto ordenado de procedimentos de busca de soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p.38). As autoras pontuam, também, que a pesquisa bibliográfica é importante para a produção de conhecimento científico, pois pode acarretar em hipóteses e abordar temas pouco explorados. Isto servirá, futuramente, enquanto pressuposto para demais pesquisas que possam vir a acontecer na área. Além disso, assinalam a respeito da importância da investigação acerca do tema escolhido, visto que esta possibilita a construção de um conhecimento, através da pesquisa a diversas obras e autores, acarretando, desta forma, em uma compreensão ampla do objeto que esta sendo estudado.

Neste sentido, Benetti (2017) traz que, para análise de dados no âmbito da pesquisa bibliográfica, podemos dividi-la em três partes, a fim de que o processo não seja aleatório, sendo: identificação da obra, onde compreende, desta forma, a verificação completa do que está sendo utilizado; caracterização da obra, onde, neste contexto, compreende-se o tema central, o objetivo, conceitos, paradigma teórico e referencial teórico, a fim de verificar se estes se encaixam uns aos outros; e o apontamento das contribuições da obra para o estudo que está sendo proposto.

Para que o trabalho realizado com a pesquisa bibliográfica seja efetivo e obtenha resultados, Stumpf (2010) assinala que ele deve ser publicado ou divulgado. Esta publicação faz com que os resultados alcançados pelo pesquisador possam ser vistos por outros pesquisadores, com interesse pelo mesmo assunto. A autora, neste sentido, aborda que “[...] o texto divulgado vai se domar ao conjunto da literatura científica, permitindo que se estabeleça o encontro entre a fonte geradora de conhecimento (autor) e aqueles que

desejam obtê-lo (usuários/leitores) [...]” (STUMPF, 2010, p.52). Tendo em vista que um dos pressupostos da pesquisa bibliográfica é não se obter respostas a questionamentos já respondidos, esta ação visa evitar esta realização.

Ainda no que diz respeito à metodologia utilizada, se fez necessário empregar, também, a análise documental, tendo em vista que esta, de acordo com Moreira (2010), se trata da pesquisa a documentos, jornais, revistas, sites, materiais eletrônicos, entre outros.

Neste sentido, Moreira (2010) assinala que a análise documental se vê como base e apoio a pesquisa de diversas áreas do conhecimento. A autora aborda que esta metodologia se caracteriza como “[...] a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim [...]” (MOREIRA, 2010, p.271). No âmbito da pesquisa científica, pode ser colocada enquanto método e técnica, sendo a primeira no sentido de auxiliar na perspectiva escolhida enquanto base de pesquisa; e a segunda pois age enquanto complemento para outras metodologias, a fim de obter dados.

Na análise documental, o pesquisador pode se deparar com fontes primárias, sendo escritos pessoais, textos ou documentos internos; e fontes secundárias, sendo jornais, revistas ou documentos publicados. Geralmente, este é de fonte secundária e qualitativo, visto que “[...] verifica o teor, o conteúdo do material selecionado para análise [...]” (MOREIRA, 2010, p.272).

Os autores utilizados no capítulo Perspectiva Sociológica Cultural foram os seguintes: para abordar a respeito de identidade cultural foram utilizados Hall (2003; 2006), que fala a respeito das identidades especialmente na pós-modernidade, assinalando sua formação e transformações; Eagleton (2003), que traz os estudos de cultura desde a sua concepção, bem como seu significado e a importância da pesquisa sobre o tema, junto a seus fenômenos, para a sociedade; Bourdieu (1983), que traz o capital cultural, que pode ser entendido enquanto a construção intelectual de cada um, que se faz a partir dos seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida; Giddens (1990), que aborda que as mudanças nas identidades culturais são acarretadas, principalmente, pelo processo de globalização. A utilização destes autores se faz importante visto que estes estudam a identidade e os fenômenos pela qual esta vem passando, tornando-se cada vez mais unificada e mantendo, principalmente, características bem definidas.



Para abordar a respeito de hibridização e globalização, foram utilizados Furtado (1998), que contextualiza o processo de globalização; Cotrim (2007), para uma contextualização histórica; Arvati e Ventura (2007), que caracterizam o fenômeno; Eagleton (2003), que coloca os estudos acerca deste tema enquanto vitais; Giddens (2003), que traz, através do seu estudo o fato de a globalização estar ainda em etapa de afirmação; UNESCO (2009), abordando o processo de globalização em seu relatório anual, sendo assim, percebe-se que o estudo deste processo se vê latente diante de toda a sociedade; Canclini (1998; 2003), visto que aborda o fato de a globalização proporcionar um novo regime de produção com a abertura de mercados, além de elucidar discussões acerca da hibridização; Hall (2006), dado que, seguindo a linha das identidades culturais, a respeito da hibridização, pois estas identidades estão cada vez mais unificadas; Ortiz (1995), que nesta perspectiva enfatiza que os espaços estão se tornando cada vez mais amplos, sendo modificados para globais e não mais locais; Geertz (1978), que traz a inquietação a respeito dos estudos culturais, tendo em vista que são, ainda, pouco explorados.

Para falar a respeito de interculturalidade, traz-se, especialmente, Maldonado (2005; 2008; 2014; 2015), que traz o tema desde a sua concepção, estudos e significados para a área, valendo-se tanto de teorias, quanto de estudos de caso; Ferrari (2014), abordando o tema enquanto seu significado; e a UNESCO (2009), por se tratar de um relatório anual de uma organização mundial, confirma a importância do estudo da comunicação intercultural nas sociedades contemporâneas; além disso, foram utilizados autores como Castells (2010), que disserta a respeito dos avanços tecnológicos e das novas demandas comunicacionais que estes trouxeram; Cogo (2001), que aponta a interculturalidade como um fenômeno acarretado especialmente pelas imigrações; Canclini (2004), que pontua a respeito da tolerância entre as culturas para que o relacionamento intercultural possa existir; Cabral (2017), que traz a interculturalidade influenciada pelas instituições de ensino superior, por exemplo, através de programas de intercâmbio; Wainberg (2011), que assinala a respeito do choque cultural que pode acarretar a convivências destas distintas culturas; e Alsina (2000), que traz a interculturalidade enquanto uma reflexão acerca da própria cultura, indo além do relacionamento.

No capítulo de relações públicas, os autores utilizados foram os seguintes: para falar a respeito da teoria da excelência, utilizou-se Grunig (2011), tendo em vista que este cunhou a teoria; Ferrari (2009; 2016) e França (2011), pois são segmentos deste pensamento a respeito da comunicação excelente, concordam e complementam esta perspectiva de Grunig (2011). Além disso, utilizou-se Chanlat (1995), que é um autor da área da antropologia, que aborda o estudo da excelência dentro das organizações, demonstrando que esta se faz latente em diversas áreas do conhecimento, não somente relações públicas; Wakefield (1996), que traz a importância de conhecer as culturas dos locais onde se está inserido para uma comunicação excelente; e Wolton (2010), que complementa a perspectiva do relacionamento simétrico.

No que diz respeito à função política, foi abordado Simões (1995; 1997; 2009), pois este criou a teoria através de sua tese de doutorado; além de Roig (2007; 2011), Baseggio (2011) e Carvalho (2008; 2009), que também seguem esta perspectiva, complementando o pensamento do autor no que tange teoria *versus* ação e relações de poder organização *versus* público, além de ser possível identificar os constructos do autor no texto das referidas pesquisadoras. Além disso, para falar a respeito de poder, utilizou-se as bases de Simões, como Foucault (2015), além de Arendt (1994) e Galbraith (1999), que também abordam o tema poder e relações de poder, a fim de complementar esta visão.

Por fim, no que tange as relações públicas internacionais, objeto de estudo do presente trabalho, foram utilizados autores como Ribeiro (1999), visto que pontua acerca dos estudos na área; Ferrari (2006; 2011), que possui uma visão macro das relações públicas internacionais, abordando desde a teoria, início dos estudos, até a *práxis*; Silva (2005), que pondera sobre como iniciaram os estudos na área, bem como o que se faz necessário para realizá-los; Wainberg (2011), pois assinala a respeito do papel significativo das relações públicas com o processo de internacionalização das empresas, especialmente em multinacionais; Bastos (2008), que assinala a respeito da internacionalização das empresas e dos desafios acerca das relações públicas internacionais; Nobre (2016), visto que aborda as definições de relações públicas internacionais indo além do senso comum, pois pontua que este deve ser caracterizado por um relacionamento que ultrapassa fronteiras geográficas

e lida com aspectos políticos e econômicos. Por esta razão, também, se faz latente o estudo da interculturalidade junto às relações públicas internacionais; e Wakefield (1996), pois cunhou teorias que visam facilitar o estudo na área. Tendo em vista que os estudos de relações públicas internacionais são, ainda, bastante restritos, estas teorias possuem papel importante na configuração de novos estudos da área.

Desta maneira, o presente trabalho encontra-se dividido em dois capítulos teóricos, que buscam trazer a concepção dos autores e da literatura acerca do objeto de estudo: relações públicas internacionais. Sendo assim, viu-se a necessidade de iniciar o estudo abordando a perspectiva sociológica da cultura, bem como seus fenômenos contemporâneos, tendo em vista que estes compõem o processo de relações públicas, especialmente em âmbito internacional, na contemporaneidade. Portanto, o capítulo é constituído pelos subcapítulos: identidade cultural, hibridização e globalização e interculturalidade. Após, aborda-se as relações públicas, trazendo os subcapítulos: teoria da excelência, teoria da função política e relações públicas internacionais, visando dar um embasamento teórico a esta área, especialmente em função da metodologia utilizada no presente trabalho. Posto isto, esta divisão se vê como adequada e importante, visto que possibilita um entendimento maior acerca do assunto, pois dá visibilidade a toda sua formação.

Após esta exposição da literatura, trazendo conceitos teóricos dos temas abordados, encontra-se a análise, que busca fomentar concepções teóricas acerca das relações públicas internacionais. Para tanto, são realizados cruzamentos de todos os subcapítulos com relações públicas internacionais, visto que é o objeto de estudo desta pesquisa. Desta maneira, obtiveram-se seis cruzamentos, sendo eles: identidade cultural x relações públicas internacionais, partindo do pressuposto de que conhecer as particularidades de cada cultura se faz importante para a *práxis* de relações públicas, especialmente na esfera internacional; globalização x relações públicas internacionais, tendo em vista que foi o processo de globalização que proporcionou uma maior abertura política e econômica, tornando possível uma maior percepção acerca das relações públicas internacionais; hibridização x relações públicas internacionais, pois, com uma maior abertura de fronteiras,

as culturas vêm se tornando cada vez mais unificadas, mantendo apenas alguns traços específicos e bastante particulares; interculturalidade x relações públicas internacionais, visto que se trata do relacionamento entre diferentes culturas e, desta forma, percebe-se a ligação direta com as relações públicas internacionais; teoria da excelência x relações públicas internacionais, partindo do pressuposto de que a comunicação excelente e a cultura participativa influenciam de maneira positiva na *práxis* de relações públicas internacionais; e função política x relações públicas internacionais, tendo em vista que a função política oferece subsídios teóricos enquanto base para as relações públicas e nasceu a partir de uma associação teórico-prática, indo de encontro à metodologia desta pesquisa.

Estes cruzamentos configuram um viés de importância para o presente trabalho e para o meio acadêmico, visto que com eles são apresentadas as convergências e divergências das áreas, a partir da visão dos autores e também da pesquisadora. Com isso, se possibilita responder aos objetivos estabelecidos inicialmente. Isto se dá devido à metodologia utilizada, que faz uma associação entre os conceitos e, além disso, configura em uma contribuição a uma área ainda pouco explorada no campo das relações públicas.

## 2 PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA CULTURAL

Cultura, em uma de suas definições clássicas, é tratada como

Um conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a estes problemas (SCHEIN, 1986, p.47).

Sendo assim, cultura pode ser considerada a maneira como as pessoas se manifestam através da língua, da dança, da roupa e da arte, por exemplo, com os outros ou consigo.

No que tange a sua tradução, Eagleton (2003), salienta que cultura é considerada uma das palavras mais complexas da língua portuguesa, tendo em vista a dificuldade de tradução da mesma devido a sua abrangência, já que está etimologicamente ligada a outros termos, como “natureza”. Por este motivo, não coloca a palavra como tendo um significado literal. O autor nos traz que o significado original deste termo está relacionado à lavoura ou cultivo agrícola. Nesta perspectiva, percebe-se que cultura pode ser vista como um assunto em constante crescimento e evolução natural, como a própria natureza, termo ao qual está ligado, que, de acordo com o dicionário<sup>1</sup>, é considerado o que tem como característica ser natural.

Neste sentido, Eagleton (2003) aborda que o conceito de cultura pode apontar para duas direções opostas, que vão de encontro ao exposto acima referente ao termo. Sendo assim, uma das direções, de acordo com o autor, “se cultiva e refina” e a outra que oferece subsídios para que isso seja feito. Nesta perspectiva, o autor traz que

A palavra “cultura” está voltada para duas direções opostas, pois ela pode sugerir uma divisão dentro de nós mesmos, entre aquela parte de nós que se cultiva e refina, e aquilo dentro de nós, seja lá o que for, que constitui a matéria-prima para este refinamento. [...] Com efeito, faz parte do que caracteriza a palavra “natureza” o lembrar-nos da continuidade entre nós mesmos e nosso ambiente, assim como a palavra “cultura” serve para realçar a diferença (EAGLETON, 2003, p.15).

---

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.dicio.com.br/natureza/> Acesso em: 01 de setembro de 2017.

De acordo com o exposto, percebe-se que a palavra cultura e a palavra natureza não estão somente ligadas em seu significado de origem, mas seguem ligadas para além do âmbito etimológico, visto que uma vai de encontro à outra, com suas convergências e divergências, como a evolução constante do ser humano, suas diferenças, sua essência, caracterizada aqui como matéria-prima.

Aprofundando este estudo acerca do conceito de cultura, cabe trazer a análise cultural, feita por Geertz (1978), que lida com as questões a partir do seu significado simbólico: são estas estruturas simbólicas – como sensações, interpretações, maneira como cada um leva a vida – que formam as pessoas, suas características individuais, bem como seu comportamento, que são resultados de interações que podem refletir no outro. Ou seja, as estruturas simbólicas definem a cultura individual, que tem como consequência refletir no outro, a fim de serem, por fim, caracterizados como culturas.

Complementando esta perspectiva, Arvati e Ventura (2007) alegam que cultura é uma herança recebida desde o nascimento, que vai se aperfeiçoando com o tempo, conforme as vivências de cada um. As autoras pontuam que cultura e identidade estão diretamente ligadas entre si, pois é através da cultural que as identidades individuais são moldadas. Sendo assim, as autoras trazem que

A cultura é uma herança que o homem recebe ao nascer e que, no decorrer do tempo, sofre uma série de influências dos grupos (família, igreja, comunidades e outros). À medida que vai crescendo, recebe novas influências desses mesmos grupos, de modo a integrar-se na sociedade, em função do papel que nela exerça. A cultura se reflete na maneira de alimentar-se, no vestuário, na língua, e, portanto, na identidade de um país (ARVATI; VENTURA, 2007, p.20).

Desta forma, o presente capítulo concatena as definições de identidade cultural, hibridização, globalização e interculturalidade, a fim de elucidar e embasar as discussões aqui impostas e atingir os objetivos estipulados inicialmente no presente trabalho, no que tange a esfera cultural.

## 2.1 IDENTIDADE CULTURAL

A identidade, de acordo com Hall (2006) se caracteriza a partir de três concepções: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. Sendo o primeiro pautado pelo indivíduo enquanto centro; o segundo a partir da perspectiva de que o sujeito não é autossuficiente, mas que depende de outros elementos e até mesmo pessoas para sua formação e sobrevivência; e o último a união destes dois elementos, partindo do princípio de que a identidade aqui torna-se “móvel”, já que vive em constante transformação. O autor assinala que a identidade, nesta perspectiva sociológica, “[...] preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público [...]” (HALL, 2003, p.11).

Partindo do pressuposto da identidade do sujeito pós-moderno, caracterizada pela sua contínua alteração, pode-se trazer a construção da cultura a partir desta identidade, tendo em vista que esta, de acordo com Eagleton (2003), também possui estas características de mudança constante. Além disso, a cultura do sujeito também é construída a partir das suas vivências e experiências ao longo da vida.

Nesta perspectiva, cabe trazer que existe uma diferença no que diz respeito a cultura e suas particularidades. Eagleton (2003) a coloca, enquanto identidade, como avessa no que tange à universalidade e individualidade, tendo em vista que a mesma busca valorizar a individualidade coletiva. O autor apresenta que

Cultura como identidade é avessa tanto à universalidade como à individualidade; em vez disso, ela valoriza a individualidade coletiva. Do ponto de vista da Cultura, a cultura apodera-se perversamente dos particulares acidentais da existência – gênero, etnicidade, nacionalidade, origem social, inclinação sexual, etc. – e os converte nos portadores da necessidade (EAGLETON, 2003, p.84).

O autor ainda elenca que a identidade se faz essencial para que as pessoas possam, ao passo que desejem, se desfazerem dela. Neste sentido, a identidade atua enquanto libertadora, visto que, para Eagleton (2003), ela é necessária para que se obtenha a sensação de liberdade. O autor traz que “[...]”

a única coisa pior do que ter uma identidade é não ter uma [...]” (EAGLETON, 2003, p.98).

Desta forma, cabe abordar Bourdieu, um dos maiores sociólogos dos últimos anos, que iniciou seus estudos nos anos 60 e traz uma construção da cultura a partir de todas as vivências e experiências pelas quais as pessoas passam, até a formação real desta, que, segundo ele, está fundamentada pela hierarquia e é determinada por fatores como a classe social. A socióloga Maria da Graça Setton, em seu texto para a Revista Cult, “Uma Introdução a Pierre Bourdieu”, aborda que

É possível afirmar que Bourdieu tem uma concepção relacional e sistêmica do social. A estrutura social é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas (salário, renda) como pelas relações simbólicas (status) e/ou culturais (escolarização) entre os indivíduos. Segundo esse ponto de vista, a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes de cada um de nós (SETTON, 2015).

A partir disso, Bourdieu (1983) entende e constrói “os capitais”, que se tornam pilares do seu estudo, sendo eles: capital social, capital econômico, capital simbólico e capital cultural. Estes se referem, respectivamente, a relações sociais, renda, o prestígio da pessoa diante à sociedade e o conjunto de saberes que ela adquire ao longo da vida, desde a sua escolarização, até os lugares os quais frequenta, visto que todos estes fatores auxiliam na formação dos indivíduos e de suas respectivas identidades.

O capital cultural, de acordo com Bourdieu (1983), se constrói a partir do investimento que cada um faz para a estruturação do seu conhecimento, especialmente científico. De acordo com o autor, este pode ser herdado, tendo em vista que as condições sociais – capital social – influenciam neste, ou adquirido conforme a escolarização que cada um possui. Este capital herdado é também chamado pelo autor de incorporado. No sentido desta relação social, Bourdieu (1983) aborda que atividades que envolvam a arte, como instrumentos musicais, museus ou a pintura, por exemplo, são estreitamente ligadas ao capital cultural que cada um possui e, por consequência, hierarquizam as diferenças de classe, ou seja, o capital social que cada um possui diante da sociedade.



Sendo assim, pode-se perceber que, para Bourdieu (1983), a cultura está diretamente ligada ao que as pessoas adquirem ao longo da vida, seja por herança, de acordo com seu histórico familiar; seja através do seu nível de escolarização, de acordo com seus estudos e o que ela busca no campo científico, a fim de aprimorar seus conhecimentos e, conseqüentemente, obter um nível cultural maior. Neste sentido, define-se capital cultural como a construção da cultura individual, através do seu círculo social ou familiar e de seu conhecimento adquirido ao longo da vida.

Além disso, percebe-se que Bourdieu (1983) busca uma relação entre os capitais estudados por ele, fazendo com que um tenha uma interdependência com o outro. No exposto acima, percebe-se que o capital cultural possui uma relação direta com o capital social, simbólico e econômico, visto que a construção desta cultura se dá muito devido às condições financeiras e ao círculo social ou familiar que cada um se encontra. Com isso, adquirindo um capital cultural, ganha-se prestígio diante da sociedade.

Neste sentido, compreende-se que o significado de cultura vem passando por um aperfeiçoamento. Possui um significado tratado como clássico, como exposto em um primeiro momento, no entanto, quando trazemos autores para debater a respeito do termo, estes associam a construção da cultura a algo que está sempre evoluindo, como a natureza (EAGLETON, 2003) ou relacionado a outros muitos fatores, como estudo, sociedade e economia (BOURDIEU, 1983).

Por conseguinte, cabe trazer o aprimoramento deste conceito, que é o estudado por Stuart Hall no livro “A Identidade Cultural na pós-modernidade”. Na obra em questão, Hall (2006) busca explorar a questão das identidades culturais na modernidade tardia, como chama o autor, estudando se estamos passando por uma crise de identidade, vivida a partir do século XX. Além disso, o autor elenca que o processo de globalização, iniciado especialmente nos anos 80, junto a esta crise a qual se refere, trouxe uma dificuldade no que diz respeito a contextualização e definição do que é identidade cultural. Isto se deve pois é a partir deste processo que as culturas começaram a se confundir, já que, com a globalização, aumenta-se a interdependência entre os países, bem como há a expansão e abertura dos mercados em âmbito internacional. Esta globalização, de acordo com o autor, tem como consequência um

processo amplo de mudança, que gera, por fim, a crise de identidade, exposta por ele.

No que tange a formação da identidade, Hall (2006) aborda que esta se dá em consequência das vivências que o indivíduo possui ao longo da vida. Nesta perspectiva, o autor diz que

A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2006, p.11)

A partir do exposto, percebe-se que a ideia de Hall quanto à formação da identidade vai de encontro a perspectiva de capital cultural de Bourdieu (1983): ambos os autores trazem que esta é formada a partir das vivências do indivíduo. Bourdieu (1983) salienta, ainda, estas vivências como consequências de uma herança de acordo com a estrutura familiar, por exemplo, chamado por ele de “capital incorporado”. Para o autor, esta base sólida proporciona que o indivíduo já nasça com uma oportunidade de crescimento intelectual e, portanto, cultural, maior do que outros. Sendo assim, suas vivências já serão destinadas a este nível superior. Em contrapartida, Hall (2006) salienta que, além disso, esta identidade do sujeito é formada a partir da interação que ele possui com seu meio de convívio dentro da sociedade.

Neste sentido, Hall (2006) traz que, antes, o sujeito possuía uma identidade construída a partir de suas vivências e esta era considerada fixa. Agora a mesma está em constante mudança, pois as pessoas encontram em outros lugares objetos ou vivências a que se identificam e que começam a fazer parte do seu modo de ser. O autor traz que a identidade “[...] é definida historicamente, e não biologicamente [...]” (HALL, 2006, p.13). Ainda nesta perspectiva, sobre a construção de uma identidade que está em constante transformação, Hall elenca que

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas (HALL, 2006, p.12).

A partir do exposto, percebe-se que o conceito de identidade cultural vem sofrendo um aprimoramento com o passar dos anos e o aprofundamento do estudo na área. Apesar de a palavra cultura possuir um significado clássico, “formal”, esta, no que tange a construção individual, passa por um aperfeiçoamento, visto que, antes, era considerado que esta construção se dava exclusivamente por suas vivências ou por seu círculo social e familiar. Já atualmente, esta construção se percebe a partir de uma visão mais ampla de mundo, acarretada pelo processo de globalização, iniciado no século XX (HALL, 2006).

Neste sentido, Giddens (1990) contribui salientando que o processo de globalização faz com que esta mudança, no que diz respeito a cultura e identidades culturais, seja ainda mais latente nos dias atuais. Para tanto, o autor explica que “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1990, p.6). Nesta perspectiva, percebe-se que o pensamento do autor vai de encontro às maneiras acarretadas pelo processo de globalização, como a maior conexão entre os povos e países.

No que tange esta mudança, onde a identidade não é mais considerada como algo fixo no sujeito, Hall (2006) aborda que isso se deve a uma característica que compõe o sujeito pós-moderno. Neste sentido, o autor diz que

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2006, p.13).

Sendo assim, percebe-se, através do abordado, que a identidade cultural se vê em constante evolução. Isto vai ao encontro ao conceito de cultura, que está etimologicamente ligado à natureza, visto que esta cresce, se desenvolve e pode se modificar com o passar dos anos. Neste sentido, se vê que a identidade cultural do sujeito se constrói a partir do que ele é, das suas vivências de mundo, e se aprimora através das experiências futuras que ele

virá a ter. Ressalta-se que estas experiências são proporcionadas especialmente pela globalização e fazem com que este sujeito conheça outras culturas e, desta forma, construa uma a partir do que ele julga significativo e necessário.

## **2.2 GLOBALIZAÇÃO E HIBRIDIZAÇÃO**

O processo de globalização se iniciou nos anos 80, em virtude de uma tensão mundial desencadeada pela crise americana. A crise, acarretada por um declínio na taxa de poupança junto a um déficit na balança de pagamentos, repercutiu, conseqüentemente, em setores da economia. Diante deste cenário, percebeu-se a necessidade de uma reestruturação, tendo em vista o desequilíbrio econômico vivido (FURTADO, 1998).

Junto a isto, na Europa vivia-se um momento de reestruturação da economia, especialmente no leste; além da União Européia, que passava por um momento de asserção, gerando, desta forma, uma ligação ainda maior com outras localidades, sejam do próprio continente, sejam externas (FURTADO, 1998).

O autor traz que este cenário, junto ao advento de novas tecnologias, que geraram, por conseqüência, novas demandas comunicacionais, proporcionou uma nova organização mundial, onde houve uma maior abertura política, econômica e comunicacional, além do aumento dos fluxos migratórios. Sendo assim, o processo de globalização tornou-se latente na sociedade (FURTADO, 1998).

Nesta perspectiva, Arvati e Ventura (2007) complementam, no que tange uma maior abertura de mercados, salientando que o comércio internacional já era realizado desde o início das civilizações, aqui pode-se trazer a exemplo as primeiras sociedades, como no período do Neolítico, onde a cooperação realizada até então, foi substituída pela competição social, surgindo, desta forma, a sociedade privada, tanto de terra quanto de outros bens (COTRIM, 2007). No entanto, foi no século XV que ele tomou uma maior proporção e começou realmente a se desenvolver. Giddens (2003), nesta abordagem, traz que a globalização, como é vista atualmente, está em um processo de afirmação e é, por este motivo, repleta de inquietudes e divisões.

No que diz respeito à globalização, Arvati e Ventura (2007) pontuam que a mesma “permitiu maior acesso às informações, facilitou o conhecimento da grande diversificação cultural mundial, bem como as possibilidades e benefícios que elas oferecem para uma boa negociação” (ARVATI; VENTURA, 2007, p. 19). Além disso, definem a mesma como “um processo de integração e interdependência de todos os povos e países do planeta, comumente chamado de “aldeia global” (ARVATI; VENTURA, 2007, p.20).

No que tange o processo de globalização, para a UNESCO<sup>2</sup> (2009) este se vê como amplo, o que acarreta em uma maior circulação de diversos setores, desde objetos materiais até informações. Nesta perspectiva, a organização divulga que

Assim, a globalização entende-se melhor como um processo multidirecional com muitas facetas, que compreende a circulação, cada vez mais rápida e de maior volume, de praticamente tudo, desde capitais a pessoas, passando por mercadorias, informação, ideias e crenças, por meio de eixos que se modificam constantemente (UNESCO, 2009, p.6).

Neste segmento, Canclini (2003) defende a globalização enquanto um novo regime de produção. O autor pontua que “[...] a globalização pode ser vista como um conjunto de estratégias para realizar a hegemonia de conglomerados industriais [...]” (CANCLINI, 2003, p.29).

Em contrapartida, Hall (2006) traz a globalização enquanto um fenômeno complexo resumido sob este termo, que desloca identidades culturais nacionais. O autor ainda alega que este fenômeno desencadeia três possíveis consequências acerca das identidades culturais, como

As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global; as identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização; as identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar (HALL, 2006, p.69).

Desta forma, pode-se perceber que o processo de globalização acarreta na hibridização cultural. Esta hibridização, caracterizada por Hall (2006) como homogeneização, se determina pela união de fatores que definiam a

---

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

identidade, como diferenças e distinções culturais. O autor pondera que estas questões

Ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como homogeneização cultural (HALL, 2006, p.76).

Apesar disso, o autor elenca que a partir destas culturas, que apesar de estarem cada vez mais unificadas, é errado pensar que a identidade particular de cada uma irá se perder. Nesta perspectiva, o Hall (2006) pondera a respeito da fascinação pela diferença, que está ao lado deste processo de homogeneização e faz, desta forma, um balanço entre a hibridização x conservação das diferenças.

Nesta perspectiva, Ortiz (1995) alega que os espaços locais vem se tornando nacionais, chamando este processo de desterritorialização. Salienta, ainda, que isto não acontece somente em nível nacional, mas “[...] nas cidades, o espaço urbano, que era fragmentado, é agora rearticulado [...]” (ORTIZ, 1995, p.225) e que um desafio para o atual contexto é saber como estas relações culturais se reorganizam.

O autor ainda nos traz, neste seguimento, o conceito de cultura-mundo, que vai de encontro ao conceito de homogeneização (HALL, 2006) e de hibridização (CANCLINI, 1998). A cultura-mundo se trata de uma cultura que não cria raízes fixas em um único local, não possui um território específico, no entanto, ela não significa o desaparecimento das culturas “tradicionais” daquele espaço, consideradas nacionais ou locais (ORTIZ, 1995). Esta cultura, construída a nível mundial, é recente e data no pós Segunda Guerra Mundial, em 1945. Neste sentido, observa-se que existe uma mundialização cultural, onde a cultura se torna mais homogênea com os processos de globalização, no entanto, preserva seus aspectos únicos, que podem ser percebidos em produtos produzidos por aquele local, por exemplo (ORTIZ, 1995).

A hibridização cultural, de acordo com Canclini (1998), tem como uma de suas causas a expansão urbana das cidades. Para explicar o fenômeno da hibridização, o autor se vale de três processos, que guiam seu estudo e, por conseguinte, os considera fundamentais, como “[...] a quebra e a mescla das coleções organizadas pelos sistemas culturais, a desterritorialização dos

processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros [...]” (CANCLINI, 1998, p.284).

O autor, no que tange o processo de hibridização, salienta que, em razão disto, alguns conceitos vem mudando, como, por exemplo, o de o que é ser culto ou popular nos dias atuais, dado que as culturas estão cada vez mais agrupadas e, embora mantenham características específicas, deixaram de ter grupos fixos, conforme conceito de cultura-mundo (ORTIZ, 1995). Nesta perspectiva, Canclini elenca que

As culturas já não se agrupam em grupos fixos e estáveis e portanto desaparece a possibilidade de ser culto conhecendo o repertório das “grandes obras”, ou ser popular porque se domina o sentido dos objetos e mensagens produzidos por uma comunidade mais ou menos fechada (uma etnia, um bairro, uma classe) (1998, p.304).

Deste modo, Canclini (1998) alude que considera todas as culturas de fronteira, tendo em vista que uma se desenvolve em virtude da outra. O autor cita, como exemplo, o artesanato, que migra do campo para a cidade; e os filmes, que acabam por estabelecer um intercâmbio com outras culturas através de suas narrativas. O autor aponta que “assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento” (CANCLINI, 1998, p.348).

Desta forma, percebe-se que a globalização se vê como um pano de fundo para estes progressos em âmbito cultural, visto que estas modificações e desenvolvimentos culturais, que tornam as culturas cada vez mais unificadas entre si, se desenvolveram devido ao processo de globalização. Esse, que acarretou uma maior abertura de mercados internacionais, permitiu, conseqüentemente, um maior relacionamento entre os países ou até mesmo deste em âmbito nacional, visto que juntamente a isso, surgem também novos meios de comunicação e uma nova demanda comunicacional.

Em contrapartida, a UNESCO (2009) traz que a erosão cultural, ou seja, o desaparecimento de alguns aspectos de determinadas culturas, vista a partir da globalização, é exagerada. Neste sentido, a organização pontua que

Ainda que a erosão cultural se tenha convertido em questão cada vez mais preocupante no plano internacional, devido à percepção dos paradigmas ocidentais transmitidos por via da tecnologia,

frequentemente se exagera a relação da globalização com a uniformização e a homogeneização cultural (UNESCO, 2009, p.6).

Nesta perspectiva, a organização assinala que este processo é natural e não um fenômeno, visto que as trocas comerciais e culturais necessitam de novos processos para adaptação, especialmente em um ambiente internacional, onde se lida com concepções ainda mais diferenciadas. As raízes culturais são vistas como acentuadas e, por esta razão, difíceis de serem modificadas. O que se modifica, então, são alguns aspectos, não tão inerentes às identidades culturais (UNESCO, 2009).

Neste sentido, Eagleton (2003) pondera que os estudos acerca da cultura são necessários e que a cultura se tornou uma preocupação vital na atualidade. De acordo com o autor, presencia-se, pela primeira vez, uma urgência em relação a uma cultura de massa. Esta necessita ser organizada, a fim de possibilitar e facilitar o comércio internacional. No que tange esta cultura de massa, que pode ser vista como uma cultura cada vez mais ímpar, o autor salienta que o mundo

colocou, de forma cada vez mais eclética, diversos modos de vida juntos, tornando os homens e mulheres conscientes de suas identidades culturais de maneira nova e ao mesmo tempo, e também de um modo novo, inseguros a respeito delas (EAGLETON, 2003, p.183).

Após o exposto, percebe-se que a cultura vem sofrendo uma atualização e por isso se faz necessário um aprofundamento acerca da área cultural. Geertz (1978) traz que estes estudos culturais são ainda muito raros e aponta que isso se deve ao assunto, que é difícil de se trabalhar cientificamente. O mesmo é definido pelo autor como “[...] esquivo e enganoso em sua maior parte [...]” (GEERTZ, 1978, p.150).

Nesta perspectiva, a partir do processo de globalização e de um aprofundamento no que tange os aspectos culturais mundiais, se vê a necessidade de preservação de determinadas identidades, bem como o entendimento acerca da hibridização de outros aspectos culturais. Os autores expostos abordam que traços da identidade de cada civilização permanecem, apesar da cultura-mundo; já traços não tão característicos destas, se unificam, tornando, desta forma, culturas mais homogêneas. A partir disto percebe-



se também o aprofundamento do diálogo entre estas distintas culturas, gerando, desta forma, um relacionamento intercultural.

### **2.3 INTERCULTURALIDADE**

De acordo com Ferrari (2014), nos últimos anos, estamos, enquanto sociedade, nos adaptando a uma realidade multicultural, tendo em vista a abertura das fronteiras geográficas e até mesmo políticas. Neste sentido, a comunicação, em especial as relações públicas, se vê como importante para que sejam criados e mantidos estes relacionamentos entre as diferentes culturas, já que este relacionamento, que é considerado intercultural, é um dos mais difíceis de se tratar e estudar em nossa comunidade atual, pela facilidade e instantaneidade que os avanços tecnológicos nos trouxeram.

No que tange esta instantaneidade, ocasionada especialmente pelos avanços tecnológicos, Castells (2010) elenca que esta se deve às novas formas de os indivíduos e instituições se organizarem para lidarem com esta nova demanda de mercado e relacionamento, que se tornaram ainda mais abrangentes, visto que agora são multiculturais. Além disso, o autor traz que esta nova demanda se deve, principalmente, aos computadores, que nos últimos anos vem moldando o estilo de vida das pessoas e, com isso, as aproxima ainda mais.

Como consequência desta realidade multicultural vivenciada na atualidade, se desenvolve o relacionamento entre as diferentes culturas, que é considerado intercultural. Este relacionamento intercultural, apesar de estar em evidência na atualidade devido, principalmente, ao processo de globalização, é sentido e vivenciado pela humanidade desde os seus primórdios, visto que as pessoas sempre tiveram esta necessidade (FERRARI, 2014).

No entanto, a maneira como as pessoas vem se relacionando, através de computadores, por exemplo, conforme elencado por Castells (2010), torna este campo ainda novo e com grande potencial a ser explorado. Neste sentido, Ferrari traz que

O campo da interculturalidade tem sido pouco explorado pelos comunicadores, mesmo conscientes de que não há comunicação sem identificar os processos culturais e vice-versa. Concordamos que

cultura e comunicação são os dois lados de uma mesma moeda (FERRARI, 2014, p.12).

Posto isso, Maldonado (2005) traz que uma das questões que permeiam as discussões atuais das mais variadas esferas, é a possibilidade de compreensão da comunicação intercultural. O autor pondera que, no século XXI, tendo em vista os fluxos culturais em diversos campos, como através de símbolos e deslocamentos físicos, “[...] o isolamento e o “purismo cultural” são pouco prováveis num mundo em crescente inter-relação [...]” (MALDONADO, 2005, p.119).

Para Maldonado e Pires (2015), a partir dos processos de abertura política e de mercados, caracterizados como globalização, ocasionaram-se identidades e culturas mais complexas de serem estudadas, já que, agora, embora possuam suas características individuais, estas atuam de forma mais unificada em todo o mundo. Sendo assim, cabe trazer o significado de interculturalidade, a fim de elucidar as discussões aqui expostas acerca do tema.

À vista disso, Ferrari (2014) trata interculturalidade para além do relacionamento entre as diferentes culturas, mas sim como um pano de fundo, que incide diretamente nos relacionamentos entre pessoas e organizações não somente dentro de suas fronteiras geográficas. A autora sustenta que, para o estudo da área, se faz necessário compreender, em um primeiro momento, as bases que oferecem subsídios para o diálogo, já que este se torna essencial para que a interculturalidade exista de fato. Nesta perspectiva

Um dos aspectos mais importantes para o estudo da interculturalidade é a identificação dos processos comunicacionais que, ao lado da cultura, estabelecem as bases para o diálogo cultural entre as pessoas e nas e entre organizações com seus públicos e as demais instituições (FERRARI, 2014, p.44).

Em contrapartida, Cogo (2001) observa a interculturalidade como um fenômeno vivido especialmente a partir da imigração<sup>3</sup>. Além disso, a autora aborda que este processo de imigração traz consigo uma pluralização cultural, a qual provoca uma reconfiguração desta cultura dentro das fronteiras

---

<sup>3</sup> Entrada de indivíduo ou grupo de indivíduos estrangeiros em determinado país, para trabalhar e/ou para fixar residência, permanente ou não.

geográficas. Este fenômeno viabiliza uma reestruturação rápida e descomplicada acerca de imagens e representações culturais.

Neste sentido, a autora ainda alega que, na atualidade, a realidade multicultural é vista como uma extensão dos processos migratórios. Ainda no que tange a imigração e interculturalidade, Cogo aborda que

A imigração é uma das principais experiências socioculturais que move hoje o campo acadêmico a nomear de multicultural as sociedades contemporâneas e a situar na dinamicidade e potencial de intervenção que encerra a categoria interculturalidade, as possibilidades de compreensão das intrer-relações e tensões entre economia e cultura, entre mercados e identidades culturais, dinamizadas fundamentalmente em dois cenários: a indústria cultural e a cidade (2001, p.14).

Nesta mesma perspectiva da autora, a UNESCO traz, em seu relatório anual datado em 2009, que, no atual contexto, de aumento de migrações e cidades, se torna ainda mais necessário o diálogo intercultural, visto que este alcança uma nova dimensão. De acordo com a organização, este novo contexto traz desafios, como a preservação das identidades individuais e o fomento do diálogo.

Ainda no que tange o diálogo intercultural, ainda mais necessário na atual conjuntura, a UNESCO (2009) elenca que se faz necessário repensar, ainda, em novas formas para fazê-lo, tendo em vista que deve-se superar o simples “comunicação entre diferentes culturas”, já que limita muito a perspectiva do diálogo intercultural. Para obter o fim disso e ampliar ainda mais o paradigma intercultural, a UNESCO elenca

Entre os requisitos para obter esse fim, figura a análise sobre as diversas múltiplas fontes da nossa identidade, contribui para deixar de insistir nas diferenças e, em seu lugar, prestar atenção à nossa capacidade comum de evoluir diante a interação mútua. A sensibilização para a história e para a compreensão dos códigos culturais reveste-se de uma importância crucial para superar os estereótipos culturais no percurso do diálogo intercultural (UNESCO, 2009, p.9).

Neste sentido, a UNESCO expõe que, além da comunicação entre distintas nações, o diálogo intercultural nos proporciona a evolução através da interação e do conhecimento acerca das diferenças, fazendo com que este seja um ponto crucial para superar estereótipos, conhecer histórias e códigos,

possíveis somente através das dissemelhanças culturais. Este diálogo intercultural, de acordo com o referido relatório, requer empoderamento de ambas as partes, para que assim as identidades culturais de cada uma destas sejam preservadas de forma individual ou coletiva.

Por conseguinte, Ferrari (2014) outorga o relatório da UNESCO (2009), afirmando que a comunicação intercultural precisa ir além e, para tanto, se faz necessário identificar de que modo ela vem sendo gerenciada. Isso implica em conhecer os processos comunicacionais, além das culturas envolvidas, para criar-se, deste modo, uma base comunicacional. Neste sentido, a autora expõe

A análise da comunicação intercultural precisa ir além da simples comparação entre culturas, assim como o levantamento entre semelhanças e diferenças. É importante identificar de que forma a comunicação intercultural é gerenciada (FERRARI, 2014, p.44).

Nesta perspectiva, Canclini (2004) complementa, alegando que, para este relacionamento intercultural acontecer desta forma assertiva, conforme elencado pelos autores acima, deve-se admitir a pluralidade de culturas, pautando-se sempre pela valorização e respeito às diferenças.

No que corresponde estes relacionamentos, Cabral (2017) assinala que estes podem – e vem sendo – estimulados até mesmo pelas universidades, através de programas de intercâmbio cada vez mais facilitados. Estes intercâmbios fomentam o relacionamento intercultural, a troca de informações e o conhecimento, que, em virtude das distinções culturais, atinge uma maior amplitude. A autora pontua que, mais do que conhecer diferentes culturas e adquirir, desta forma, mais conhecimento sobre o outro, o relacionamento intercultural proporciona um conhecimento maior sobre si mesmo. Neste sentido, a autora alega que “de fato, incentivar experiências interculturais se torna um meio para a aquisição de novos conhecimentos sobre o outro e sobre si mesmo” (CABRAL, 2017, p.210).

Em contrapartida, Wainberg (2011) nos traz outra visão deste relacionamento intercultural, tratando-o como um desafio no que tange as crises que o mesmo pode acarretar, visto que as diferenças culturais se afloram ainda mais em âmbito internacional e geram um choque cultural. No entanto, o autor pontua que isso faz com que se desenvolva a capacidade de

negociação dos indivíduos, através dos conflitos que podem ser gerados por estas diferenças. Desta forma, elenca que as relações públicas acabam por possuir como função mais do que somente o relacionamento, como também o gerenciamento de crises que possam vir a acontecer.

Para Maldonado (2008), esta comunicação intercultural se dá a partir da percepção de sujeitos comunicantes<sup>4</sup>, onde se nota uma comunicação particular de cada um destes, através de símbolos, vivências e referências. Estas particularidades se devem, principalmente, a cultura que cada um possui. Apesar de a cultura vir sofrendo um processo de hibridização, ainda sustenta características bastante particulares. A partir disso, a comunicação é vista como heterogênea, de mão dupla e mais ativa. O autor ainda sustenta que estes atributos fazem com que este seja um campo propício a ser estudado na atualidade, junto a comunicação digital.

Ainda na perspectiva de Maldonado (2014), aponta-se que o autor sustenta o relacionamento intercultural não somente através das diferentes culturas no âmbito internacional, mas sim em diferentes culturas, referindo-se as ambiências de cada um. Nesta perspectiva, aponta que

Pensar o espaço/tempo da receptividade comunicativa leva-nos, necessariamente, a situar os públicos na sua história pessoal, familiar, de classe, de região, de raça, de etnia, de tribo, de talentos-competências, de concepções e de subjetividades comunicativas (MALDONADO, 2014, p.21).

Neste sentido, Ferrari complementa que “a comunicação como processo de significados, é essencial para que ocorram os relacionamentos entre culturas” (FERRARI, 2014, p.11).

A partir do exposto, percebe-se que o relacionamento intercultural vem se tornando latente com o processo de globalização, visto que, com ele, há uma abertura maior de fronteiras e, conseqüentemente, uma maior comunicação entre as diferentes culturas. Alsina (2000), nesta perspectiva, pontua que, mais do que o relacionamento entre as diferentes culturas, a interculturalidade propõe uma reflexão acerca da nossa própria cultura, com fatores como a busca pelo conhecimento – nosso e do outro.

---

<sup>4</sup> Na percepção de Maldonado, sujeitos não são passivos, são “sujeitos comunicantes, cidadãos que tem questões importantes para falar, ensinar, aprender, questionar e produzir” (2014, p. 26).

Cabe salientar aqui que a comunicação intercultural, apesar de não ser um processo novo, conforme mencionado anteriormente, passa por um momento de expansão haja vista, por exemplo, os processos migratórios. Cabe elencar, também, que esta comunicação intercultural não se faz somente entre diferentes países, mas sim entre diferentes culturas em geral sempre que há um relacionamento, uma base comunicacional, entre elas.

Com isto, é possível perceber que a interculturalidade e a área de relações públicas estão diretamente interligadas, tendo em vista que, para o relacionamento intercultural existir, se faz necessário uma base comunicacional. Desta forma, caracteriza-se a comunicação intercultural.

### 3 PRÁXIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Os estudos acerca da atividade de relações públicas tiveram seu início no século XX, nos Estados Unidos, em consequência de exercícios de grandes organizações, das quais a sociedade norte-americana discordava (FERNANDES, 2011). Estes registros a colocam como “atividade responsável por estabelecer e promover a comunicação com os diversos públicos de uma organização” (FERNANDES, 2011, p.21).

A área de relações públicas possui diversas definições. Neste sentido, Andrade pontua que “[...] Há tantas definições e conceitos sobre Relações Públicas quanto há estudiosos, professores, profissionais e admiradores dessa atividade [...]” (1993, p.23). Nesta perspectiva, França (2003) complementa alegando que é difícil de saber como o conceito do que é relações públicas se formou no Brasil, já que os estudos da área seguiram caminhos amplos, difíceis de serem mapeados.

No que toca estabelecer diferenças entre a área de relações públicas e demais funções organizacionais, Grunig (2011) alega que até mesmo quem está inserido na área das relações públicas ficam confusos ao estabelecerem estas divergências. Por este motivo, Kunsch (1997) entende que, em um primeiro momento, antes de contextualizar as relações públicas, deve-se saber que a área pertence às ciências sociais aplicadas e, por esta razão, os fundamentos teóricos devem ser buscados nesta ciência.

Sendo assim, para estabelecer uma definição e contextualizar a *práxis* de relações públicas, pode-se trazer alguns autores, como Grunig (2011), que indica uma semelhança da área com a administração. Segundo o autor

Na maioria das definições de relações públicas – muitas das quais são longas e complicadas – encontramos dois elementos constantes: a comunicação e a administração. As relações públicas são a maneira pela qual as organizações comunicam-se com seus públicos. Embora boa parte da comunicação por parte da organização ocorra ao acaso, as relações públicas utilizam a comunicação de forma planejada e coordenada por administradores que são profissionais da área (GRUNIG, 2011, p.34).

A partir do exposto, Grunig (2011) salienta, então, relações públicas como a administração do relacionamento empresa *versus* públicos, abordando

que a área faz “o gerenciamento do comportamento da comunicação de uma organização com seus públicos” (GRUNIG, 2011, p.34). Além disso, o autor elenca que a *práxis* planeja e executa a comunicação como um todo (GRUNIG, 2011).

Seja enquanto disciplina, seja enquanto atividade, Kunsch (1986) assegura que os objetos da área são a organização e seus diversos públicos. Apesar de serem distintos, se relacionam entre si, já que uma organização depende dos seus públicos para se manter. Nesta perspectiva, a autora indica que

Relações públicas, como disciplina acadêmica e atividade profissional, tem como objetos as organizações e seus públicos, instâncias distintas, mas que se relacionam dialeticamente. É com elas que a área trabalha, promovendo e administrando relacionamentos e, muitas vezes, mediando conflitos, valendo-se para tanto de estratégias e de programas de comunicação de acordo com diferentes situações reais do ambiente social (KUNSCH, 1986, p.44).

Outros autores, como Farias, trazem a atividade de relações públicas ligadas à função de gestão da comunicação, alegando que esta, conseguindo aproximar a comunicação da direção da organização, se faz um elemento facilitador no relacionamento da empresa com seus públicos. No que diz respeito a *práxis*, ligada a área de gestão, o autor aponta que

gestoras do processo de comunicação organizacional no momento em que são capazes de aproximar o processo de comunicação da cúpula diretiva, o que é cada vez mais necessário como elemento facilitador do processo de aproximação dos interesses da empresa com os de seus públicos. Sua atuação deve ser ágil e permanente. Além de participar no processo de qualificação e assessoramento do staff, devem criar vínculos efetivos com os diversos públicos, trazendo para dentro da organização as questões da comunidade, de modo a criar interação da cultura organizacional como os públicos circunvizinhos, adequando a organização à realidade do compromisso social, necessidade crescente para as empresas cujo objetivo é o bom relacionamento com a opinião pública (FARIAS, 2004, p.59).

Com relação às responsabilidades atribuídas à área, Ferrari (2016) defende as relações públicas enquanto atividade responsável por gerir e construir os relacionamentos de uma organização com seus diversos públicos. Nesta perspectiva, a autora traz que



Entendida como atividade responsável pela construção e manutenção das redes de relacionamento das organizações com seus diversos públicos, as relações públicas apresentam-se como um conjunto de atribuições abrangentes e complexas, tanto por seu caráter multidisciplinar quanto pela multiplicidade de opções que oferecem àqueles que a escolheram como profissão, e também em razão do amplo espectro de públicos que giram em torno dos interesses das instituições (FERRARI, 2016, p.147).

Posto isso, observa-se que, apesar de a área possuir diversas conceituações, todos os autores asseguram a respeito do relacionamento entre as organizações e seus diversos públicos enquanto papel principal da área de relações públicas. Sendo assim, as relações públicas possuem, como importante função, a harmonia entre os relacionamentos, fazendo com que ambas as partes sejam beneficiadas com este. Cesca endossa esta perspectiva ao manifestar que as relações públicas “trabalha com comunicação, utilizando todos os seus instrumentos para administrar as relações empresa-públicos, visando o bom relacionamento entre as partes” (CESCA, 2006, p.22).

Tendo em vista que a atividade de relações públicas se vê pautada, especialmente, pelo bom relacionamento organização *versus* públicos, percebe-se a presença constante de aspectos da teoria da excelência no dia a dia da profissão (GRUNIG, 2011). Isto se deve pois a teoria se viabiliza pelo bom relacionamento da organização com seus diversos públicos, primando pela comunicação simétrica de mão dupla, onde todos os envolvidos são ouvidos e tem voz ativa.

Desta forma, no presente capítulo serão abordadas as teorias da excelência e da função política, bem como as relações públicas internacionais, visto que esta é o objeto de estudo do presente trabalho. Salienta-se, ainda, que este estudo será realizado com base na *práxis*, que é a união entre a teoria e a prática, sendo estas duas indissociáveis. Desta forma, a *práxis* propõe que exista uma reflexão teórico-prática para sua existência, fazendo com que a pesquisa se torne mais abrangente (VASQUEZ, 1977).

### 3.1 TEORIA DA EXCELÊNCIA

A teoria geral da excelência é uma teoria cunhada por James Grunig, em 1985. Nasceu através de um grupo de pesquisa coordenado pelo autor, com seis integrantes, que buscava estudar informações sobre a excelência nos departamentos de relações públicas das organizações e de como esta característica tornava a comunicação e a organização mais eficazes no ambiente de trabalho e nos resultados que esta obtinha (GRUNIG, 2011).

Em um primeiro momento, o estudo foi baseado em uma metodologia quantitativa, através de pesquisa em um número específico de organizações selecionadas. Após a pesquisa e coleta de dados quantitativos, foi realizada uma análise destes, a fim de transformá-los em dados e, assim, quantificar o nível de excelência nas gestões de comunicação destas empresas. A pesquisa quantitativa foi seguida de entrevistas qualitativas com as empresas que obtiveram maior e menor pontuação. Os entrevistados nas empresas foram gestores de relações públicas, comunicação e corpo diretivo (GRUNIG, 2011).

Segundo Grunig (2011), este estudo trouxe a percepção de como a excelência se faz importante para uma comunicação organizacional, o valor dela tanto para funcionários, quanto para a sociedade em geral, bem como a percepção de como ela surge nas diferentes organizações, sendo esta de forma bastante variada, tendo em vista a singularidade de cada organizações.

Desta forma, com o intuito de unir teorias de médio alcance, aprofundar os conhecimentos acerca da área de relações públicas, obter respostas que surgem no meio e, principalmente, com o objetivo de tornar eficaz a *práxis* de relações públicas na área, nasce a teoria geral da excelência (GRUNIG, 2011).

Apesar da extensa análise e pesquisas quantitativas e qualitativas, Grunig (2011) pontua que a teoria geral da excelência iniciou a partir da premissa de “por que as relações públicas tem valor para uma organização?”. Isto se deve pois

Pudemos usar esta premissa para identificar e relacionar atributos da função de relações públicas e da organização que logicamente seriam a possível razão de tornar a organização eficaz (GRUNIG, 2011, p.45)

Enquanto base para o início desta pesquisa realizada por Grunig (2011), pode-se trazer Jean-François Chanlat, da área da antropologia, com a obra “O indivíduo na organização: dimensões esquecidas”, visto que esta aborda, principalmente, a preocupação de países industrializados no que tange a eficácia organizacional. O autor pontua que esta eficácia vai de encontro direto ao comportamento de colaboradores e que é multidisciplinar, utilizando-se desta para fazer uma revisão e conhecer o comportamento e as motivações das pessoas dentro da organização, fazendo uma reflexão acerca do real papel do administrador dentro destas instituições (CHANLAT, 1995).

De encontro a isto, a teoria da excelência, de acordo com Grunig (2011) oferece uma estrutura conceitual para a *práxis* de relações públicas, que deve ser revisada e aplicada conforme as diferentes culturas organizacionais. No entanto, se adequada a cada uma, a teoria oferece à organização uma gestão eficaz da comunicação. Nesta perspectiva, o autor assinala que “Essa teoria consiste em vários princípios genéricos que parecem se aplicar em todo o mundo, embora acreditemos que esses conceitos devem ser aplicados distintamente em diferentes culturas e sistemas político-economicos” (GRUNIG, 2011, p.45).

O estudo da excelência traz, ainda, dez princípios genéricos, divididos em sete categorias, que representam a *práxis* das relações públicas. Criados a partir dos atributos elencados pelos departamentos de relações públicas das organizações pesquisadas, os princípios trazem seu contexto interno e externo, demonstrando o valor da profissão para as organizações e sociedade em que está inserida (GRUNIG, 2011). O autor pontua ainda a respeito da importância deste estudo da excelência para a área de relações públicas, especialmente no que tange o relacionamento da organização com seus mais diversos públicos, neste sentido

O estudo de excelência demonstra que relações públicas são a única função gerencial que auxilia a organização a interagir com públicos de interesse em seu ambiente. Os públicos influenciam a capacidade da organização para alcançar seus próprios objetivos e esperam que as organizações os auxiliem a alcançar seus próprios objetivos. (GRUNIG, 2011, p.68).

A excelência, na *práxis* de relações públicas, está ligada a capacidade de atender a todos os lados em que a organização está envolvida. Desta forma, analisar o ambiente, gerir relacionamentos e planejar, para que a *práxis* atue sob os objetivos e desejos das partes envolvidas da melhor forma (GRUNIG, 2011).

Além disso, Grunig (2011) complementa que a teoria da excelência pode enxergar a importância da *práxis* de relações públicas dentro das organizações, visto que esta é o responsável pelo relacionamento organização *versus* públicos e, desta forma, ouvir os dois lados e proporcionar que ambos se sintam parte da instituição, favorece o relacionamento entre as partes e torna mais assertiva e eficaz esta *práxis*.

Desta forma, pode-se concatenar que a teoria da excelência trabalha com: uma cultura participativa, onde todos os funcionários têm voz dentro da organização; um sistema simétrico de comunicação, onde todos podem falar e todos devem ouvir; estruturas orgânicas; igualdade de oportunidades aos colaboradores; primando pela alta satisfação dos funcionários. Além disso, a teoria da excelência trabalha o empoderamento da atividade de relações públicas, bem como seus modelos e definições, e a organização das funções de relacionamento na atividade (GRUNIG, 2011).

Sendo assim, cabe trazer alguns autores que partilham desta percepção de Grunig (2011) a respeito de uma comunicação excelente, como França (2011), que alega que para se conseguir a excelência na *práxis* de relações públicas, se faz necessário que se utilize de uma “engenharia relacional” (FRANÇA, 2011, p.249), onde se permita planejar e, a partir disso, criar relacionamentos com os públicos. Este planejamento possibilita um bom gerenciamento destes relacionamentos e, desta forma, acarreta na excelência destes.

Neste sentido, Wakefield (1996) aborda que um dos fatores mais importantes para a *práxis* de relações públicas, é conhecer a cultura do local em que a organização está inserida, tendo em vista que ela molda o estilo de vida daquele público e, conseqüentemente, exerce influência sob as *práxis* comunicacionais ali aplicadas, já que podem ou não serem bem aceitas. Por esta razão, conhecer o ambiente para que sejam traçadas e realizadas ações

específicas para os diversos públicos ali presentes, a fim de que eles se sintam contemplados.

Na perspectiva de relacionamentos simétricos, Wolton (2010) aborda que estes são cada vez mais frequentes, visto que agora as empresas priorizam a negociação com seus funcionários e fazem com que eles sintam isso, a fim de fazer com que se sintam parte desta organização e importantes no processo da tomada de decisão. Sendo assim, o autor traz que

O receptor nem sempre tem razão, longe disso, ou imporá sua ditadura, mas ele obriga a passar da ideia de transmissão à de negociação. Ontem, comunicar era transmitir, pois as relações humanas eram frequentemente hierárquicas. Hoje, é quase sempre negociar, pois os indivíduos e os grupos se acham cada vez mais em situação de igualdade (WOLTON, 2010, p.18-19).

Complementando esta perspectiva, Ferrari (2016) diz que a comunicação, enquanto área multidisciplinar, deve atender aos interesses dos diversos públicos e da organização, visto que se trata de uma rede em que todos devem ser ouvidos

A comunicação pode ser considerada uma área multidisciplinar, na medida em que se faz a mediação dos interesses dos diversos públicos e da empresa. É um processo interativo e participativo, uma rede complexa de significados construídos e compartilhados, segundo o qual todos os atores podem ser ativos em todos os níveis de alcance (FERRARI, 2016, p.145).

A autora ainda pontua que a comunicação dentro das organizações deve ser responsável por estes fluxos de relacionamento, sendo vista como um processo vital, que defende os interesses da organização, sua cultura organizacional, bem como estabelece relacionamentos da organização com o seu entorno, administrando as relações empresa x públicos (FERRARI, 2016).

Nesta sequência, França (2011) define relações públicas enquanto um processo de criar e manter relacionamentos de curto e longo prazo com os públicos que compõem uma organização. Nesta perspectiva, o autor salienta que o objetivo maior desta *práxis* deve ser gerenciar estes relacionamentos de uma maneira estratégica, a fim de entender o relacionamento de diferentes formas, visto que é realizado em diferentes pessoas e condições. O autor traz que gerenciar e monitorar os relacionamentos de acordo com suas

particularidades, faz com que eles produzam benefícios para ambas as partes e, por esta razão, se faz necessário entender o que é relacionamento.

No que tange o relacionamento favorável para ambas as partes, tornando-se simétrico, conforme Grunig (2011), França pontua que

No exercício das relações públicas, em que a reciprocidade é a lei, os relacionamentos enquadram-se no campo das relações sociais, pois acontecem entre organizações estabelecidas e legitimadas pela sociedade. Mas o termo que determina a existência da relação são os públicos com os quais as organizações convivem ou desenvolvem relações de cooperação e de negócios, visando principalmente ao longo prazo. Segue-se desse raciocínio, que, na análise da interdependência organizações/públicos, ou vice-versa, devem existir critérios que determinem o tipo de relação, explicitando, por exemplo, se é essencial ou não, múltipla, efêmera ou permanente (FRANÇA, 2011, p.255).

Nesta perspectiva, Ferrari (2016) complementa, alegando que a atividade de relações públicas está pautada na gestão dos relacionamentos e, desta forma, se percebe como um “processo contínuo e permanente e que tem por objetivo dar sentido à organização” (2016, p. 149). A autora traz que cabe à comunicação tornar-se matéria diante da administração dos relacionamentos entre as organizações e seus diversos públicos, visto que estes relacionamentos são vistos como essenciais e, por esta razão, devem ser tratados com singularidade, para que se desenvolvam e garantam os resultados esperados pela organização.

A autora endossa, ainda, a visão de James Grunig em seu desenvolvimento à teoria da excelência, pontuando que o mesmo provou sobre o valor da atividade de relações públicas no que tange o relacionamento com os diversos públicos, já que a mesma não trabalha somente divulgando produtos e serviços da instituição, mas promovendo outros valores, como imagem, relacionamento e resolução de conflitos. Neste sentido, a autora assinala que

As relações públicas agregam valor às organizações quando se preocupam com os assuntos de interesse a sociedade, não apenas atribuindo novos valores aos seus serviços e produtos mas também resolvendo conflitos que, frequentemente, surgem em seu contexto de atuação (FERRARI, 2009, p.247).

Neste sentido, pode-se perceber que a teoria da excelência, cunhada por James Grunig (2011), prima pelo bom relacionamento da organização com seus diversos públicos, pautada pela execução da atividade de relações públicas dentro das instituições. Desta forma, a mesma pode ser vista como uma comunicação simétrica de duas mãos, fazendo com que a organização possua, quando fazendo uso desta, tenha uma comunicação participativa.

Pode-se perceber, além disso, que a teoria da excelência (GRUNIG, 2011) possui uma convergência com a teoria da função política (SIMÕES, 1995) no que diz respeito a preocupação da atividade de relações públicas fortalecer valores para além do âmbito mercadológico, mas sim, incrementar uma nova visão à organização no que tange seus diversos públicos. Esta semelhança pode ser observada, por exemplo, nos doze constructos de Simões (2009), como no constructo de bases filosóficas, norteado pela ética e pela estética, visto que a primeira trabalha na legitimação de ações da organização; a segunda, na excelência de ações, visto que prima pelo bom planejamento e execução da mesma.

### **3.2 FUNÇÃO POLÍTICA**

A teoria da função política nasce a partir de uma tese de doutorado de Roberto Porto Simões, baseada na imposição de uma rede teórica na área de relações públicas e propõe uma conexão entre a academia e a *práxis* (SIMÕES, 1995). No que tange a corrente teórica, o autor a define como

Um conjunto de conceitos, definições, proposições e princípios, logicamente organizados e relacionados de modo dedutivo, o qual explica o universo de determinado fenômeno e ajuda o ser humano a compreendê-lo, prevê-lo e controla-lo (SIMÕES, 2009, p.144).

Nesta perspectiva, Simões (1995) pondera que esta rede teórica para a atividade se dá devido à conveniência de uma conceituação do exercício de relações, que há muito tempo já é vista como necessária por quem está inserido nesta área. No entanto, até então, apesar das inúmeras tentativas realizadas, nunca se chegou a um consenso a respeito da referida teoria (SIMÕES, 2009). Outro ponto que torna esta necessária para o campo, segundo Simões (1995), é a necessidade de institucionalização da profissão de

relações públicas de acordo ao que ela se propõe, visto que uma profissão só consegue se legitimar perante a sociedade no momento em que se determina o que ela sugere.

Sendo assim, a teoria da função política, que possui como premissa principal a causa da profissão de relações públicas, vem a “[...] compreender, prever e controlar o processo de relação de poder/comunicação no sistema organização-públicos [...]” (SIMÕES, 2009, p.143). No que tange a premissa da teoria, bem como o processo de legitimação da mesma, conforme abordado acima, o autor assinala que

A premissa, principal e inicial, da qual é deduzida a rede teórica, é a causa da existência da atividade de relações públicas. A causa implica a razão pela qual a atividade foi identificada e, apesar de processo demorado, está sendo legitimada, tornando-se uma instituição. A sociedade somente legaliza e institucionaliza uma profissão se ela se propõe, vindo em seu benefício, resolver algum tipo de problema ou deficiência (SIMÕES, 2009, p.145).

No que se refere a união da teoria x *práxis*, Simões (2009) estabelece doze constructos, que pautam o exercício de relações públicas. Os doze constructos podem ser divididos em: causa, sendo esta a razão pelo qual a atividade de relações públicas existe; definição conceitual, abordando o que é a atividade; objetivo, consistindo em o que as relações públicas visam; objeto, o que será analisado, que pode ser formal (conflito/cooperação) ou material (sistema organização-públicos); componentes, sendo quem são os participantes deste sistema; dimensões, que setor a área atinge: cultural, econômico, social; etapas; definição operacional, sendo como se exerce a atividade; bases de poder, sendo como e com o que a ação de relações públicas pode interferir em um processo; matéria-prima, elemento comum, base para organização do processo; técnicas didáticas, compondo-se pela maneira como são enviadas informações; e bases filosóficas, que são fatores que influenciam a atividade de relações públicas, divididos em ética, enquanto legitimação da ação organizacional, e a estética, enquanto ações bem estruturadas desde o planejamento.

Nesta perspectiva, Simões e Lima (1997) discorrem que a função política se compõe de uma teoria e uma *práxis*, sendo que a *práxis* diz respeito ao processo e a teoria explica este processo. Os autores asseguram que, por



este motivo, existe o conflito, o processo decisório e, conseqüentemente, a relação de poder no sistema. Neste sentido, os autores exprimem que

a política compõe-se de uma teoria e uma prática. A teoria explica o processo e a prática, implicando os programas, interfere no processo. Infere-se do fato da presença do conflito, a existência do processo decisório e, daí, também, a relação de poder no sistema. O estudo do sistema político arrola a tomada de decisão, o tomador da decisão e o sujeito das conseqüências da mesma (SIMÕES; LIMA, 1997, p.103).

No que tange a existência do conflito, por exemplo, Carvalho e Rosa (2008) trazem que as novas tecnologias democratizam a comunicação, a fim de amenizar este. Isto se faz significativo tendo em vista que, atualmente, a opinião pública se vê mais organizada, colocando em risco a longevidade de organizações que não se pautam por estas tecnologias mais democráticas em seus ambientes. As autoras pontuam, ainda, sobre ferramentas que possibilitem tanto a comunicação, quanto o acompanhamento sobre a imagem da instituição em seu ambiente externo. A exemplo destas ferramentas, pode-se trazer os *blogs*.

Ainda nesta perspectiva de mediação de conflito, Carvalho (2009) assinala que a mesma se vê como um desafio para organizações contemporâneas, movidas pela globalização, visto que, agora, são necessários novos esforços para manter a imagem legítima de uma instituição, especialmente diante dos públicos de interesse desta (*stakeholders*). A autora alega que estes são considerados influenciadores e, por esta razão, podem vir a interferir na tomada de decisão. Neste sentido, a autora traz que

Para acompanhar este ritmo, as estruturas organizacionais precisam ser proativas, antecipando-se às exigências dos *stakeholders* e aos desvios ambientais que possam causar dúvidas acerca de sua credibilidade, criar boa vontade e apoio, além de preservar as bases responsáveis pela ascensão da legitimidade. Essa necessidade de legitimar-se é, então, justificada pela influência exercida pelos grupos de interesse sobre as metas organizacionais. Os interesses de determinados agentes de influência podem, quase sempre, interferir na tomada de decisões. Assim, a informação, a competência, a negociação e a mediação passam a ser dimensões relevantes na gestão da comunicação organizacional (CARVALHO, 2009, p.313).

No que diz respeito à relação de poder, Simões (1995) traz à discussão que este se refere a duas bases, sendo uma a ação e a outra a comunicação. Esta relação de poder é exercida pela organização com seus públicos e considera os tipos de públicos envolvidos com a organização, para, desta forma, verificar qual o nível e tipo de poder que ele exerce sobre a mesma ou que a organização exerce sobre ele. Neste sentido, o autor pontua que

A influência é realizada tanto por processos de comunicação quanto pela prática de políticas administrativas. Antes de tudo, a decisão e a ação que se seguem precisam ser legais – quem decide está autorizado a fazê-lo. O governo lhe deu alvará e, portanto, ele pode decidir na esfera daquilo que disse para que veio (SIMÕES, 2009, p.150).

Neste sentido, Roig (2007) vai de encontro ao abordado por Simões (2009), alegando que a *práxis* de relações públicas é o estudo do objeto social denominado organização-públicos. A *práxis* intervém constantemente no processo de relacionamento que se estabelece entre estes dois sistemas. Em um primeiro momento, ouvindo o que aquele público tem a dizer, para, após, fazer com que isto auxilie na tomada de decisão por parte da organização. Desta forma, mantém-se o relacionamento organização-públicos, fazendo com que o relações públicas seja o intermediador deste.

Complementando esta perspectiva, Baseggio (2011) pondera que este relacionamento organização-públicos, permite um diagnóstico da atividade de relações públicas. Neste sentido, a autora diz que “[...] o diagnóstico em relações públicas configura-se, então, em linhas gerais, em uma investigação aprofundada sobre as relações existentes entre a organização e os públicos a ela ligados [...]” (BASEGGIO, 2011, p.121).

Adicionando a este ponto de vista, Roig (2011) complementa dizendo que a atividade de relações públicas possui um caráter político, que é a necessidade de cooperação dos diversos públicos que a organização possui, sendo esta vista como um fator para que a mesma consiga cumprir com a missão a qual se propõe.

No que tange a relação de poder, abordada por Simões (1995), Foucault alega, em um primeiro momento, que “[...] o poder é detido por uma classe dominante definida por seus interesses [...]” (2015, p.139). Neste sentido, pode-

se entender o poder da organização através de seus interesses, como o relacionamento com o público, atividade fim da área de relações públicas. Após, o autor traz que este nem sempre é exercido por quem quer exercê-lo e faz com que as partes tenham um relacionamento ímpar, visto que trabalha com interesses e desejos. Nesta perspectiva, o autor assinala que

As relações de poder, desejo e interesse são mais complexas do que geralmente se acredita e não são necessariamente os que exercem o poder que têm interesse em exercê-lo, os que têm interesse em exercê-lo não o exercem e o desejo de poder estabelece uma relação ainda singular entre o poder e o interesse (FOUCAULT, 2015, p.140).

O autor segue esta reflexão, considerando que esta relação de poder, desejos e interesses, é ainda pouco conhecida e estudada. Sendo assim, foi necessário muito tempo de estudo, até se chegar a percepção do que se tratava e qual seu impacto na sociedade (FOUCAULT, 2015).

Em contrapartida a este pensamento, Arendt (1994) alega que a relação de poder diz respeito a uma habilidade para que as ações tenham o efeito esperado e que não é exercido de forma individual, mas sempre pertence a um grupo. No momento em que o grupo o qual o poder pertence se desfaz, este também. Neste sentido, a autora transcreve que

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concreto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo [...], desaparece, “seu poder” também se esvanece (ARENDR, 1994, p.36).

Acrescendo a este estudo de poder, Galbraith (1999) aponta que o mesmo deve considerar a análise de onde está envolvido e pelo que é exercido, tendo em vista que esta pode mudar com a evolução das sociedades contemporâneas. O autor nos traz poder de acordo com três instrumentos distintos, sendo eles o poder condigno, o poder compensatório e o poder condicionado. Além disso, pontua que quem detém o poder e sob quem ele age, estão ligados a três fontes distintas, como a personalidade, a propriedade

e a organização. Sendo assim, para que exista uma relação de poder, esta deve estar pautada por estas características.

Neste sentido, percebe-se que a teoria da função política baseia-se por uma rede teórica, vista como necessária para a atividade de relações públicas, que possui por finalidade dar suporte a *práxis*, exposta através dos doze constructos criados por Simões (2009).

No que tange os constructos estudados pelo autor, cabe salientar que os mais visíveis através de textos e artigos de outros autores que compactuam com esta visão são as bases de poder, especialmente pela legitimização e o poder exercido no relacionamento organização x públicos; e as bases filosóficas, como a ética, enquanto norteadora da legitimidade das ações que envolvem a organização; e a estética, pautadas pelas ações bem desenvolvidas desde o seu planejamento, até a sua execução (SIMÕES, 2009).

### **3.3 RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS**

Com o processo de globalização, iniciado nos anos 80, que proporcionou uma maior flexibilização de mercados, viu-se, também, a necessidade de um aperfeiçoamento do estudo acerca da área de relações públicas internacionais. Até então, a área era vista apenas de modo empírico e, a partir disto, viu-se a necessidade de aprofundamento também no campo teórico. O conceito de relações públicas internacionais vem atraindo a atenção de pesquisadores da área de relações públicas (RIBEIRO, 1999).

A literatura dos anos 80 aponta que, até então, as organizações tratavam de relações públicas internacionais de três formas, sendo a primeira, uma maneira que não atendesse funcionários de novas localidades através de ações de comunicação, por exemplo; a segunda, conduzida através de especificidades do marketing, sem um plano de relações públicas; e a terceira tratava comunicação de forma externa à organização, através da contratação de agências (FERRARI, 2011).

Sendo assim, nos anos 90 se viu a necessidade de se implantar um debate, com o objetivo de buscar definições acerca do termo relações públicas internacionais. Este estudo nos anos 90, foi iniciado por pesquisadores norte-

americanos, que, após, compreenderam as relações públicas internacionais enquanto programas de comunicação voltados a cada nicho específico (FERRARI, 2011).

Em contrapartida, Andrade (2008) pontua que as relações públicas internacionais tiveram o início do seu estudo por volta dos anos 50, após a Segunda Guerra Mundial. O autor traz que este foi iniciado devido a necessidade de as empresas se expandirem, abrirem seus mercados e, conseqüentemente, se relacionarem com outros povos.

No Brasil, Silva (2005) pondera que as relações públicas internacionais surgem com aspectos diferenciados, primando, em seu estudo, pela busca da construção histórica das relações públicas em um primeiro momento, bem como da formação da área desde questões curriculares, até no que tange o meio mercadológico. Desta forma, busca-se entender as relações públicas internacionais enquanto seu desenvolvimento histórico e pressupostos a partir da formação da atividade de relações públicas no país.

Devido aos recentes estudos sobre o assunto, bem como o fato de os mesmos estarem ainda em andamento, Ribeiro (1999) pontua que não há um consenso acerca do conceito de relações públicas internacionais. Embora os estudos sejam ainda bastante recentes, Bastos e Neto (2008) alegam que a rapidez com que as empresas se internacionalizam aumenta com as novas tecnologias e o processo de globalização, o que gera, conseqüentemente, um debate cada vez maior acerca do assunto.

Nesta perspectiva, Wainberg (2011) pontua que as multinacionais foram as empresas que mais se destacaram no âmbito da internacionalização a partir do século XX, já que primam por este processo, especialmente no que tange as atividades econômicas. Sendo assim, o autor alega que se faz natural que narrativas sobre relações públicas internacionais contemporâneas iniciem referindo-se a esta demanda, pois a mesma vem se intensificando cada vez mais.

No entanto, Wainberg (2011) diz que, embora a atuação das relações públicas seja visível neste processo de internacionalização das organizações, o conceito de relações públicas internacionais não deve se restringir a isto, pois este processo, segundo o autor, é empresarial e econômico. Neste sentido, o autor alega que “[...] o profissional de relações públicas internacionais é hoje

uma categoria que envolve uma diversificada gama de outros atores [...]” (WAINBERG, 2011, p.223). Sendo assim, a *práxis* de relações públicas internacionais é vista como multifunções e, por isso, a demanda acerca desta cresce de forma notável.

Neste sentido, no que diz respeito ao significado de relações públicas internacionais, Andrade (2008) diz que são medidas adotadas para estabelecer, bem como fortalecer, o relacionamento entre os diferentes povos e países. Estas ações de relações públicas internacionais facilitam a coexistência de culturas, cooperação e entendimento entre os povos, o intercâmbio econômico, comercial e político, bem como o aumento do nível cultural. Para se obter este sucesso almejado, o autor elenca que estas devem ser aplicadas com o intuito de impedir um vazio geográfico. Além disso, o termo é utilizado para definir ações de relações públicas realizadas em âmbito internacional.

A atividade de relações públicas internacionais, de acordo com Andrade (2008), possui quatro facetas: “relações públicas para corporações multinacionais, globalização, diplomacia pública e relações públicas comparativas” (ANDRADE, 2008, p.236).

Neste sentido, de definição do termo relações públicas internacionais, Nobre (2016), assinala que deve possuir mais de um viés, sendo considerado, para tanto, aspectos como os termos que compõem e o efeito que impõem, sendo assim, o autor salienta que

As definições de relações públicas internacionais deve emergir tanto da análise dos termos que as compõem, quanto do efeito que tais termos impõem quando usados em conjunto. Por exemplo, o termo “relações” tem a ver com relacionamento [...]. Já o termo “públicas” evoca um duplo caráter: de um lado o contraste entre o público versus privado [...]. Por fim, o termo “internacional” é composto por dois outros elementos: inter e nacional. De forma direta, significa “entre nações” (NOBRE, 2016, p.116).

Nesta perspectiva, Nobre (2016) aborda que o termo relações públicas internacionais possui como definição o abordado anteriormente no presente capítulo: relacionamento com os diversos públicos de um país, ou de diferentes países, caracterizando-se como um relacionamento entre nações ou relacionamento intercultural.

O autor pondera que “[...] as relações públicas internacionais podem ser entendidas como o conjunto de relacionamentos perceptíveis na esfera pública entre nações [...]” (NOBRE, 2016, p.117). Neste sentido, o autor traz que esta compreensão pode ser ainda bastante limitada, já que muitos relacionamentos não são perceptíveis, tampouco conduzidos à esfera pública. Além disso, o termo esfera pública deve ser visto no plural e o termo nações deve ser repensado para superar delimitações políticas e geográficas (NOBRE, 2016). Nesta perspectiva, de repensar conceitos, o autor ressalta que as relações públicas internacionais devem ser repensadas, visto que o contexto atual se vê mais complexo, para considerarem pontos como

(1) que o relacionamento e a condução técnica (táticas e estratégicas) devem ser uma atividade expressa, formal, consentida, monitorada e responsável; (2) que o caráter público da atividade se sobrepõe a qualquer interesse privado e que o aspecto humano do indivíduo não deve ser obliterado pelo uso de terminologias coletivizantes como audiência, mercado, ou públicos; (3) que o alcance da atividade extrapola fronteiras físicas (país, estado, município) e unidades burocráticas (governo, estado) e que o conceito de “nação” torna-se fluido para significar simplesmente “pares” – isto é, aqueles que se igualam (ou se consideram iguais) em alguma medida ou instância (NOBRE, 2016, p.117).

No que tange à definição de relações públicas internacionais, Silva (2005) pontua que a mesma não pode ser vista sem antes verificar a definição de relações internacionais, já que a mesma possui diversos aspectos que vão de encontro à atividade de relações públicas, como relacionamento, comunicação, compreensão de fenômenos, além da relação com o Estado.

Na perspectiva da *práxis* de relações públicas internacionais, Ferrari (2011) nos traz que esta passou a atuar em âmbito global a partir da segunda metade do século XX, com o advento dos relacionamentos internacionais, e que na segunda década do século XXI, a qual estamos vivenciando, “[...] as relações públicas internacionais vivem um momento de auge com o processo de globalização, o intercâmbio de informações e a expansão das relações comerciais [...]” (FERRARI, 2011, p.168).

Em virtude dos fatores acima mencionados, Ferrari (2011) alega que a *práxis* de relações públicas internacionais vem se tornando, especialmente dentro das empresas multinacionais, o centro, visto que são dadas a ele responsabilidades como a distribuição de tarefas entre os demais

colaboradores, além do relacionamento com os públicos do país em que se encontra a instituição. Sendo assim, esta *práxis* se torna um intermediadora entre a organização e seus diversos públicos de interesse, que, neste caso, pode ser tanto seus funcionários, quanto o público externo à organização, como os vizinhos desta.

Nesta perspectiva, a autora assinala as “[...] relações públicas internacionais como a prática de programas de comunicação distintos em vários mercados, com ações especialmente estruturadas para atender cada um deles [...]” (FERRARI, 2006, p.88).

Complementando esta perspectiva, Bastos e Neto (2008) alegam que um dos maiores desafios do estudo das relações públicas internacionais, atualmente, é conseguir atender a todas as demandas de uma organização, em diversos países, sem perder a sua identidade, visto que, para corresponder às expectativas deste público, se vê como significativa uma identificação com ele. Os autores trazem que a *práxis* de relações públicas internacionais deve possuir uma visão sensível e qualificada sobre os mais diversos assuntos, sendo esta ampla. Neste sentido, a autora assinala que

Profissionais de relações públicas internacionais devem estar qualificados e sensíveis a pontos de vista diversos, de modo a facilitar os relacionamentos entre diferentes públicos numa arena global. Além disso, podem também antecipar os desafios ajudando as organizações a pensar e a agir de maneira estratégica. Para isso, principalmente, deve-se conhecer e respeitar as diferenças culturais do local das ações comunicacionais (BASTOS; NETO, 2008, p.116)

Neste sentido, Wakefield (1996) trabalha a *práxis* de relações públicas internacionais em um contexto organizacional a partir de quatro teorias: teoria da sociedade global, teorias culturais, teorias de administração comparativa e teorias da comunicação. A teoria da sociedade global retrata os efeitos do processo de globalização na sociedade, visto que as pessoas, de um modo geral, são resistentes a mudanças. Desta forma, a *práxis* de relações públicas, se bem preparados, possuem o discernimento necessário para amenizar estes efeitos e fazer com que estas mudanças sejam bem aceitas pelo público; As teorias culturais ponderam a importância de conhecer o ambiente em que a organização está inserida, visto que a cultura local tem grande influência sob a *práxis* de relações públicas, especialmente em um contexto internacional; A



teoria da administração comparativa auxilia na pesquisa e compara, por exemplo, decisões de uma determinada cultura com decisões de outra, visto que, desta forma, se faz possível expandir o conhecimento, comparando decisões; As teorias comparativas se fazem muito presentes, também, em teorias de contingência; Por fim, as teorias da comunicação dão embasamento para as *práxis* de comunicação, que possam vir a se realizar no ambiente em que estão inseridas.

Em consequência ao processo de globalização, Ferrari (2006) assinala que a *práxis* de relações públicas internacionais vive em amplificação e, desta forma, se faz necessário que esta *práxis* conheça cenários e particularidades de cada espaço em que está inserida. Desta maneira, se faz possível a gestão da comunicação, tanto no âmbito do relacionamento, quanto administrativo.

Com o mundo em constante expansão, tornando-se uma aldeia global, se percebe a necessidade de desenvolver as relações públicas internacionais, principalmente ações neste seguimento, específicas para cada público de interesse de uma organização. Por esta razão, se faz necessário que a *práxis* de relações públicas possua discernimento e uma visão macro do ambiente. Além disso, para que esta *práxis* seja capaz de desenvolver atuações assertivas, se faz necessário que esta *práxis* de relações públicas possua legitimidade perante a sociedade (FERRARI, 2011).

Para que as relações públicas internacionais sejam sustentáveis nas mais diversas esferas, Nobre (2016) pondera que se faz necessário pontuar que os relacionamentos entre as diferentes nações devem ser baseados pela mutualidade e que seja considerado o constante empoderamento dos lados, conduzindo a ampliação da democracia e das fronteiras. Além disso, o autor nos traz que, para entender esta atividade de relações públicas internacionais, se faz considerável entender que a mesma lida diretamente “[...] com o balanço de poder político e a distribuição de benefícios econômicos [...]” (NOBRE, 2016, p.117).

Desta maneira, após o exposto acima, pode-se evidenciar como fator significativo para a *práxis* de relações públicas internacionais, o relacionamento internacional, visto que este vai de encontro a *práxis* de relações públicas, ampliada ao âmbito internacional, aqui explorado.

## 4 CONCEPÇÕES TEÓRICAS

O presente capítulo busca unir os conceitos e teorias dos autores, abordados nos subcapítulos anteriores, de referencial teórico, às relações públicas internacionais, visto que esta é o objeto de estudo do presente trabalho, e opinião da autora, no que tange seu entendimento quanto ao elencado. Estas teorias, aqui estudadas, são um olhar possível para o embasamento da *práxis* de relações públicas internacionais. Por esta razão, são agregadas a este conceito.

Neste sentido, serão realizados seis cruzamentos em que o objeto de estudo da pesquisa – relações públicas internacionais – foi abordado em sua *práxis*. Nestes cruzamentos, serão associados os conceitos de cada subcapítulo (Identidade Cultural, Hibridização e Globalização, Interculturalidade, Teoria da Excelência e Função Política) ao tema do presente trabalho. Desta forma, os cruzamentos relacionam as relações públicas internacionais com conceitos citados anteriormente, a fim de dar sustentação para a discussão proposta neste estudo.

Os referidos cruzamentos configuram um viés de importância para o presente trabalho, pois visam observar quais são as convergências e divergências destes com a literatura e a *práxis* de relações públicas internacionais. Valendo-se, para tanto, dos conceitos dos pesquisadores aqui estudados junto à opinião da autora deste trabalho. Além disso, oportuniza o conhecimento de novas abordagens de estudo no campo das relações públicas internacionais.

Ao final de cada cruzamento, será proposta uma matriz teórica, concatenando os conceitos e autores expostos em cada cruzamento; e um diagrama, a fim de resumir e exemplificar o que foi abordado.

### 4.1 IDENTIDADE CULTURAL x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS

As identidades culturais se fazem importantes para a *práxis* de relações públicas internacionais visto que este trabalha com os relacionamentos em âmbito internacional. Sendo assim, se faz relevante que conheça as particularidades de cada cultura, a fim de que sua atividade seja assertiva.

Desta forma, reuniremos aqui os conceitos dos autores sobre identidades culturais e relações públicas internacionais, a fim de demonstrar como estes campos se fazem substanciais um para o outro.

A identidade pode ser composta, na visão de Hall (2006), de acordo com três fatores do sujeito, sendo o sujeito do iluminismo, visto como o centro; o sujeito sociológico, partindo do pressuposto de que este não é autossuficiente; e o sujeito pós-moderno, que é a união dos outros dois sujeitos, além de ser visto como uma identidade móvel.

Neste sentido, pode-se trazer Ferrari (2011), que aponta que, até os anos 80, a literatura traz as relações públicas internacionais sendo tratadas de três maneiras: uma que não atende os funcionários das novas localidades da empresa, através das ações de comunicação; outra conduzida pelo marketing, não por um plano de relações públicas; e, por fim, tratando comunicação de forma externa à organização, não conhecendo suas especificidades, a fim de traçar um plano assertivo para os colaboradores. O aperfeiçoamento desta literatura veio nos anos 90, onde se viu a necessidade da atuação de uma comunicação específica para cada nicho.

A aproximação destes dois autores possibilita observarmos que há um contraste no que tange a composição das identidades de acordo com os sujeitos – e, neste sentido, como eles são de fato – e o que a literatura de relações públicas internacionais aponta que era feito nos anos 80. Isto se deve ao fato de o sujeito prezar pela valorização, sendo visto como centro, ou seja, importante e único para a instituição, mesmo sabendo que não é autossuficiente, e possuir uma identidade móvel, que se adapta e aperfeiçoa de acordo com suas vivências e experiências. Enquanto a literatura das relações públicas internacionais traz uma visão de comunicação geral, que sequer era feita por um setor específico, sem atender a todos os funcionários, além de ser feita de forma externa à organização, logo, sem conhecer o ambiente no qual está inserida.

Além disso, há a aproximação de ambas as manifestações, pois são elencados em três partes, sendo a primeira a formação da identidade de acordo com três fatores do sujeito; e a segunda, a literatura de relações públicas internacionais sendo tratada de três maneiras distintas.

Sendo assim, pode-se perceber que tendo os sujeitos – colaboradores – enquanto centro de uma organização, seja ela nacional ou internacional, porém não autossuficientes, visto que dependem de outros fatores para mantê-la, e sendo estes sujeitos pós-modernos, que possuem uma identidade móvel, ou seja, que se adapta a qualquer ambiente, se fez necessário o aprimoramento desta literatura dos anos 80, como foi feito posteriormente nos anos 90. Já que todos os sujeitos da organização, tendo em vista os fatores mencionados, devem ser tratados de acordo com as suas particularidades. Pode-se mencionar, também, que esta “identidade móvel” facilita este processo, pois, por esta razão, os sujeitos e, conseqüentemente, suas culturas estão cada vez mais homogêneas.

Neste sentido, de sujeitos plurais, cabe trazer Eagleton (2003), que coloca a identidade enquanto um elemento libertador, visto como necessário, pois possibilita a valorização da individualidade coletiva. Pode-se colocar esta individualidade coletiva enquanto um conjunto de ações individuais que afetam no coletivo. Em uma organização, por exemplo, cada um possui uma atividade, no entanto, a união destas possibilita a entrega a qual a empresa se propõe. Tendo em vista esta definição de individualidades coletivas, pode-se trazer o exemplo: minha atividade dentro de uma organização auxilia no resultado final desta: produzo portas de carros, que são necessárias para a entrega final deste produto.

Desta maneira, Wakefield (1996) traz o estudo de relações públicas internacionais a partir de quatro teorias distintas, sendo elas: teoria da sociedade global, teorias culturais, teorias de administração comparativa e teorias da comunicação. O estudo destas teorias possibilita um aprofundamento no que tange as relações públicas internacionais e suas especificidades, seja dentro ou fora de uma organização.

Estes dois autores convergem seus pensamentos tendo em vista que, ao passo que se fala a respeito da valorização da individualidade coletiva, traz-se quatro teorias diferentes, que possibilitam uma abrangência maior do estudo da área, valorizando particularidades. Isto se dá pois as teorias fracionam o estudo, possibilitando que o mesmo seja direcionado e específico.

Assim, é possível perceber que os dois autores trabalham pautados pela valorização das individualidades coletivas: Eagleton (2003) partindo do

pressuposto das identidades enquanto elemento liberador; e Wakefield (1996) nesta perspectiva, com a criação de teorias que possibilitem ampliar horizontes para o estudo e, com esta abrangência, agregar os diversos públicos que compõem uma organização, fazendo com que todos sintam-se parte da mesma.

No que tange esta abrangência pautada pela ampliação dos estudos na área, pode-se trazer Bourdieu (1983). O autor cunhou o conceito de capital cultural, que é visto como o conhecimento que as pessoas adquirem ao longo da vida, através de seus estudos, vivências e experiências. O capital cultural é entendido por ele como o investimento individual no conhecimento, especialmente científico.

Neste sentido, o aprofundamento do estudo na área de relações públicas internacionais, como nos anos 80 e 90, onde se modificaram as visões dos departamentos de comunicação e marketing no trato com seus funcionários (FERRARI, 2011), bem como o próprio início dos estudos acerca da atividade, com o início do processo de globalização, nesta mesma época (RIBEIRO, 1999). Além disso, a criação de teorias que tem por intuito tornarem-se pilares para o estudo da área, como a teoria da sociedade global, teorias culturais, teorias de administração comparativa e teorias da comunicação (WAKEFIELD, 1996). Ademais, cabe pontuar o estudo constante da área, visto que é ainda bastante recente e vive em constante aprofundamento.

Observa-se uma convergência no que tange o capital cultural e os estudos de relações públicas internacionais especialmente quando se fala deste ser adquirido com base em pesquisas e a área de relações públicas internacionais estar em constante aprimoramento, visto que se trata de um campo ainda novo. Além disso, traz-se três autores para convergir as relações públicas internacionais ao conceito de capital cultural, logo, se percebe uma visão ampla e, conseqüentemente, um capital cultural maior, visto que são utilizados mais de um estudo para tal.

Em contrapartida, encontra-se uma divergência, como o fato de Bourdieu (1983) elencar que o capital cultural pode ser também adquirido através das vivências. Já nas relações públicas internacionais, os conhecimentos são adquiridos com base em pesquisas feitas na área. A

exemplo destes estudos, pode-se trazer a criação de teorias de Wakefield (1996), que servem enquanto embasamento para este estudo.

A pesquisa e, conseqüentemente, o aprofundamento contínuo das relações públicas internacionais, podem ser vistas como um capital cultural para a *práxis* da atividade e para pesquisadores da área. Isto se deve pois, além de se tratar especialmente de um conhecimento científico, é um conhecimento adquirido para além do âmbito da pesquisa, através de experiências e vivências, principalmente de organizações, que vem aperfeiçoando seus respectivos departamentos de comunicação, a fim de contemplar a todos os funcionários com estratégias mais assertivas.

Em relação a formação da identidade, o conceito trazido por Hall (2006) vai de encontro ao exposto por Bourdieu (1983), que traz a formação desta alicerçada às vivências que o indivíduo possui. O autor alega que a formação da identidade se dá através da interação que o indivíduo faz com a sociedade em geral. Além disso, o autor salienta que estamos vivenciando uma crise de identidade atualmente.

Estas relações do indivíduo com a sociedade podem ser fomentadas pelo processo de globalização, visto que este facilitou estes relacionamentos. Por este motivo, Ferrari (2006) traz que a *práxis* de relações públicas internacionais passa por uma ampliação, se fazendo necessário que conheça novos cenários e os atributos de cada localidade onde se encontra. Somente através deste conhecimento, é possível uma gestão eficaz da comunicação nas mais diversas localidades onde se está.

Desta forma, ambos os autores trazem a necessidade de interação do eu (que pode ser visto enquanto pessoa ou organização) com a sociedade. Para Hall (2006) observa-se esta interação se dá para a formação da identidade; para Ferrari (2006) se faz significativo para a eficácia da comunicação, já que a mesma deve ser pautada através do conhecimento dos seus respectivos públicos.

Neste sentido de interação eu *versus* sociedade, conforme abordado por Hall (2006), percebe-se, também, que a formação da identidade está diretamente ligada à área da comunicação: é necessário este conhecimento acerca das particularidades das pessoas e dos ambientes para que a gestão da comunicação seja feita de forma assertiva.

Por esta razão, salienta-se que as identidades vem passando por uma crise: a abrangência da comunicação, em âmbito global, faz com que as pessoas conheçam novos povos e novas culturas, fazendo com que determinadas características se unifiquem e permaneçam apenas traços fixos, naturais da cultura de origem. O autor pondera, a respeito disso, que a identidade é definida através da história de cada um e não de forma biológica. Por esta razão, as vivências pelas quais as pessoas passam, influenciam diretamente nesta formação e transformação com o passar do tempo. Neste sentido, a comunicação se vê como um facilitador deste processo, pois é através dela que acontecem estas interações e, conseqüentemente, o conhecimento de novas culturas e pessoas.

Esta abrangência comunicacional, ocasionada por esta abertura de mercados e devido, também e especialmente, ao processo de globalização, possibilita uma amplitude maior da área de relações públicas internacionais. Posto que esta trabalha em âmbito global, possibilitando esta extensão no que tange a formação da identidade.

Indo de encontro a este pensamento, Giddens (1990) pontua que as diferentes áreas – países – são colocados “frente a frente”, especialmente em meio virtual, atingindo, com isso, toda a superfície da terra. Isto faz com que todos os povos e países estejam interligados, gerando uma conexão entre si. Neste sentido, Nobre (2016) pondera, no que tange as relações públicas internacionais, que para os relacionamentos entre as diferentes culturas serem sustentáveis, devem se pautar pela reciprocidade e empoderamento de ambos os lados, valorizando o que cada um tem a acrescentar.

Nesta perspectiva, observa-se que um autor complementa o pensamento do outro: Giddens (1990) coloca a proximidade entre os países enquanto ativa nos dias atuais em consequência do processo de globalização, que possibilita, desde os anos 80, esta maior proximidade entre os diferentes povos. Complementando esta perspectiva, Nobre (2016) traz que esta proximidade pode acarretar em relacionamentos entre as diferentes culturas e que, para estes serem sustentáveis, devem ser pautados pela valorização de ambos os lados, já que ambos são vistos como impares nesta construção.

Percebe-se, ainda, o aprofundamento destas perspectivas: Giddens (1990) traz apenas a maior proximidade entre os países. Enquanto Nobre

(2016) eleva esta proximidade para o âmbito dos relacionamentos internacionais. Por esta razão, os autores se complementam.

Sendo assim, pode-se verificar que esta conexão entre os povos, que influencia diretamente na transformação das identidades culturais, deve ser pautada pela reciprocidade, visto que, desta forma, é possível conhecer o outro na mesma medida que o outro nos conhece, gerando um intercâmbio cultural, bem como agregando e fortalecendo identidades culturais.

Com o exposto, pode-se perceber que as identidades culturais se fazem substanciais para o estudo e *práxis* de relações públicas internacionais, visto que cabe a ele conhecer as individualidades dos sujeitos do ambiente em que se está inserido para que possa desenvolver o relacionamento internacional ao qual se propõe. Além disso, o estudo das particularidades de cada cultura se vê como um campo amplo e com potencial para estudo, pois se torna um fator estratégico para a *práxis* de relações públicas internacionais. Com isso, pode-se concatenar as ideias dos autores acima mencionados.

Quadro 1 – Identidades culturais e relações públicas internacionais.

<b>Autor</b>	<b>Perspectiva de Divergências e Convergências</b>
Hall	O autor aborda os conceitos que influenciam na formação da identidade dos sujeitos, especialmente na modernidade tardia, trazendo três aspectos principais, sendo eles o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Além disso, elenca que a formação da identidade está diretamente ligada à interação que os indivíduos fazem com a sociedade em geral e que, atualmente, estamos vivendo uma crise de identidade, visto que a cultura vem se tornando cada vez mais homogênea, preservando apenas alguns aspectos principais da identidade.
Giddens	O autor traz que o processo de globalização acarreta em uma maior proximidade entre os países, visto que agora eles são colocados frente a frente, especialmente no meio virtual, fazendo com que exista uma maior conexão/interligação entre eles.
Eagleton	O autor faz um estudo acerca da cultura e da identidade enquanto elemento libertador, tendo em vista que esta valoriza as individualidades coletivas, fazendo com que sejam valorizadas. Estas individualidades coletivas podem ser entendidas como um conjunto de ações individuais que influenciam no resultado final, afetando, desta forma, no coletivo.
Bourdieu	O autor, que criou o conceito de capital cultural, defende que a identidade cultural é adquirida ao longo da vida de acordo com o investimento que cada um faz no seu conhecimento, especialmente em âmbito científico. Além disso, o autor coloca a formação da identidade de acordo com as vivências de cada um possui.
Wakefield	O autor cria quatro teorias, sendo elas: a teoria da sociedade global, teorias culturais, teoria da administração comparativa e teorias da comunicação. Estas possuem por objetivo pautar e facilitar os estudos de relações públicas internacionais, além de ampliá-los, tendo em vista que a diversidade de teorias possibilita explorar novos campos.
Ferrari	A autora traz o aperfeiçoamento da literatura das relações públicas



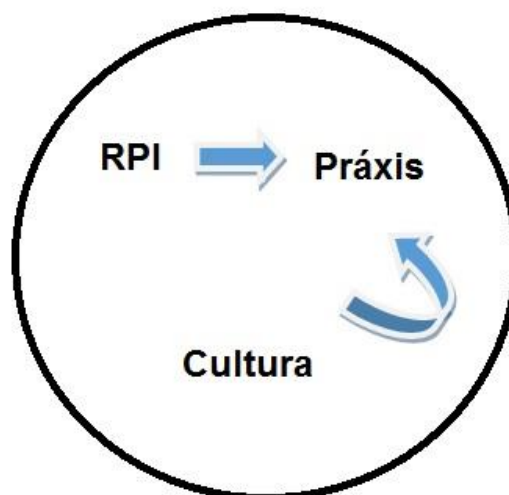
	internacionais, que aconteceu nos anos 90. Este se fez necessário tendo em vista a ligação que era feita entre essa e a área de marketing. Esta ampliação da literatura, proporciona também uma dilatação da <i>práxis</i> de relações públicas internacionais, que, de acordo com Ferrari, deve ser pautada pelo conhecimento das particularidades de cada local, para que, desta forma, a gestão da comunicação seja eficaz.
Ribeiro	A autora traz o início dos estudos acerca da área de relações públicas internacionais, onde, a partir deles, se faz possível a criação de uma rede teórica que dá embasamento a atividade.
Nobre	O autor traz os estudos de relações públicas internacionais na atualidade, desde a concepção do termo, até os relacionamentos entre as diferentes nações e o que deve ser feito para que estes sejam sustentáveis. Para que tanto, o autor pontua a respeito do empoderamento dos lados, fazendo com que o relacionamento entre as nações sejam pautados pela mutualidade.

Fonte: elaborado pela autora com base em Hall (2006), Ferrari (2001; 2011), Eagleton (2003), Wakefield (1996), Bourdieu (1983), Ribeiro (1999), Nobre (2016) e Giddens (1990).

Posto isso, o quadro acima mostra a visão dos autores aqui estudados acerca dos conceitos de identidades culturais e relações públicas internacionais. Este se faz importante a fim de resumir os conceitos de cada autor e, desta forma, melhor observar suas convergências e divergências. Pode-se observar, através do quadro, que a área possui uma grande aproximação e potencial para estudo.

Desta forma, propõe-se o seguinte:

Figura 1 – Identidade cultural e relações públicas internacionais.



Fonte: elaborado pela autora com base em Hall (2006), Ferrari (2001; 2011), Eagleton (2003), Wakefield (1996), Bourdieu (1983), Ribeiro (1999), Nobre (2016) e Giddens (1990).

A figura demonstra o globo, sendo este o todo, e nele inseridas as culturas e as relações públicas internacionais. Desta forma, a cultura age na *práxis* de relações públicas internacionais, tendo em vista que, conforme já elencado, o conhecimento destas se faz relevante para o desenvolvimento desta atividade. Assim como para as diversas culturas, especialmente na atualidade, se faz significativo os relacionamentos internacionais. Desta forma, entende-se que ambas estão interligadas.

#### **4.2 GLOBALIZAÇÃO x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS**

O estudo do processo de globalização se faz importante para a área de relações públicas internacionais, tendo em vista que foi através dele que houve uma maior abertura política e econômica. Sendo assim, com a globalização foi possível uma maior abrangência das relações públicas internacionais, especialmente no que tange a *práxis* desta atividade nos diversos mercados. Desta forma, concatenaremos aqui os conceitos dos autores acerca do processo de globalização e de relações públicas internacionais, pontuando suas convergências e divergências, a fim de elucidar discussões.

Este processo, de acordo com Furtado (1998), foi iniciado nos anos 80, a partir de uma necessidade de reestruturação econômica. A época, a União Europeia vivia um momento de ascensão, com uma maior ligação a outras localidades do mundo. Junta-se isto ao advento de novas tecnologias, gerou-se uma nova organização mundial, fazendo com que o processo de globalização se tornasse latente na sociedade.

Nesta mesma época, nos anos 80 e 90, Ferrari (2011) pontua que cresceram os estudos acerca da área de relações públicas internacionais, transformando os setores de comunicação das empresas, que até então sequer possuíam uma área específica de relações públicas e tratavam comunicação de maneira externa à organização. Além disso, Ribeiro (1999) pontua que foi justamente devido ao processo de globalização que viu-se a necessidade de aperfeiçoamento dos estudos na área de relações públicas internacionais, visto que, até então, esta era vista apenas de modo empírico.

Com a utilização destes autores, é possível perceber que a área de relações públicas internacionais, bem como a *práxis* da atividade, cresce ao

passo do processo de globalização. Os estudos, em ambas, iniciaram a mesma época. Isso se deve ao fato de, com a abertura de mercados, ocasionada pela globalização, se vê também uma maior necessidade de aprimoramento no que diz respeito ao relacionamento internacional, característico das relações públicas. Ademais, vê-se também que foi pela globalização que se viu a necessidade de aprimorar o estudo das relações públicas internacionais, com teorias a respeito e não somente com uma visão micro da atividade.

Tendo em vista que o processo de globalização é caracterizado como uma maior abertura política e econômica, é constantemente associado ao comércio internacional. Desta forma, Arvati e Ventura (2007) pontuam que este comércio já era realizado desde os primórdios da civilização.

Neste sentido, Wainberg (2011) traz que é natural que as narrativas contemporâneas acerca das relações públicas internacionais iniciem falando a respeito das empresas multinacionais. Isto se deve pois estas organizações se destacam na internacionalização, visto que esta demanda se faz cada vez mais latente na atualidade.

Desta forma, pode-se perceber uma aproximação de ambos os autores no que diz respeito ao comércio internacional. Aqui, cabe pontuar que a internacionalização, para que seja efetiva, deve ter um viés mercadológico. Neste sentido, tendo em vista que as relações públicas internacionais lidam, especialmente, com organizações que se propõem a este processo de internacionalização e seus diversos públicos de interesse, pode-se elencar que este comércio internacional se faz possível especialmente pela *práxis* desta atividade, visto que é esta que firma interações e relacionamentos da empresa com outros países ou instituições, tornando possível este comércio.

O processo de globalização é visto por Arvati e Ventura (2007) enquanto um facilitador no que tange o maior acesso à informação, maior conhecimento acerca de diferentes culturas e, conseqüentemente, através deste conhecimento, novas possibilidades e desafios. As autoras trazem que isto se dá devido ao fato de a globalização ser considerada um processo de interdependência entre os países e seus respectivos povos.

Indo de encontro a este pensamento, Bastos e Neto (2008) assinalam que as empresas vem se internacionalizando com uma rapidez cada vez maior e que isto se deve ao aumento das tecnologias, ocasionado pelo processo de

globalização. Este fato gera um debate cada vez maior sobre a área de relações públicas internacionais, visto que a autora pontua acerca de organizações, área em que esta *práxis* está inserida. Ferrari (2011) complementa esta perspectiva alegando que se faz necessário que o relações públicas conheça a cultura e as particularidades de cada localidade em que está inserido junto à organização.

Com estas autoras, pode-se observar que o processo de globalização se vê como um facilitador de relacionamentos. Com a maior abertura política, econômica e até mesmo social, pode-se perceber que, além do maior acesso a informações, há uma maior facilidade de relacionamentos, especialmente ocasionados pelas novas tecnologias. A *práxis* das relações públicas traz, inclusive, o relacionamento enquanto atividade principal da área. Além disso, este processo possibilita mais conhecimento acerca das culturas, fator este que pode ser visto como significativo no que tange o respeito entre as mesmas.

Complementando esta perspectiva, a UNESCO (2009) coloca a globalização enquanto um processo abrangente, que tem diversas faces e direções, concatenando desde aspectos capitais, até pessoas, informações e crenças. A organização traz, ainda, que este processo se modifica constantemente.

Tendo em vista esta abrangência, Ferrari (2006) alega que as relações públicas internacionais devem ser pautadas pela *práxis* de diferentes ações em cada mercado, tendo em vista a necessidade de atender a cada um de maneira única e específica. No que tange aos desafios encontrados para isso, Bastos e Neto (2008) colocam como principal o fato de a empresa conseguir manter sua identidade, mesmo atuando em diversos e diferentes mercados, atendendo as especificidades de cada um. Os autores colocam que isto se vê como um desafio pois, para que seja criada uma identificação do público com esta organização, se faz necessário que ele também a conheça em sua essência.

Sendo assim, percebe-se que, devido à amplitude do processo de globalização, algumas empresas podem encontrar dificuldades no que diz respeito a manter sua identidade. Isto ocorre pois as mesmas, para que consigam se inserir em diversos ambientes, acabam adquirindo algumas características deste e deixando de lado, naquela localidade, o que pregam. Isto pode acarretar insatisfação dos diversos públicos de interesse da

instituição, visto que, conforme elencado acima, para que este se sinta identificado de fato com a organização, se faz necessário que ela mantenha sua identidade. O que deve, sim, ser de acordo com o ambiente em que a empresa está inserida, são as estratégias de comunicação, pois devem ser pautadas, especialmente, pela cultura local, a fim de que sejam assertivas.

A globalização, de acordo com Canclini (2003), pode ser vista como um novo regime de produção, que busca, através de estratégias, fazer com que “conglomerados industriais” tornem-se hegemônicos. Por esta razão, Hall (2006) salienta que a globalização é um processo complexo, que é resumido a este termo, visto que seu significado de fato tem uma amplitude muito grande. Nesta perspectiva, Giddens (2003) comenta que a globalização é desta maneira, muito ampla e com modificações constantes, pois ainda está em fase de afirmação.

Neste sentido, Nobre (2016) pontua que no contexto atual as relações públicas internacionais se veem cada vez mais complexas. Desta forma, se faz necessário repensá-las, especialmente no que diz respeito à compreensão de que se trata de um conjunto de relacionamentos entre nações, perceptíveis ao público, pois muitos destes relacionamentos não são visíveis. De acordo com o autor, o que deve ser aprimorado na atividade é: relacionamento e técnica serem atividades que não deixam dúvidas; que caráter público se sobreponha ao privado; e que ela ultrapasse as fronteiras físicas, alcançando outros países e até mesmo unidades formais, como governos.

Desta forma, unindo estes quatro autores, pode-se ter uma visão bastante ampla do processo de globalização e das relações públicas internacionais. Percebe-se que, assim como o processo de globalização se vê como um fato complexo, a *práxis* das relações públicas internacionais também. Isto se deve, especialmente, pelo fato de que ambos crescem e se desenvolvem ao mesmo tempo, inclusive seus estudos, que iniciaram a mesma época, nos anos 80. Além disso, ambas as áreas ainda estão em fase de conhecimento, estudo e afirmação, visto que são campos ainda novos e com potenciais a serem explorados.

Outra semelhança que pode-se elencar, é o fato de novos conglomerados industriais proporem uma hegemonia, no que tange o processo de globalização. No que diz respeito às relações públicas internacionais, neste

sentido, percebe-se os fatores abordados para fins de aprimoramento acerca da atividade, como aperfeiçoamento do relacionamento e técnica, caráter público acima do privado e, o que mais se assemelha à globalização, o fato de transcender fronteiras físicas. Cabe pontuar que este se identifica com o processo de globalização pois o mesmo propõe um maior relacionamento entre distintos povos e países. Para que isso seja possível, se faz necessário ultrapassar barreiras físicas.

Com o exposto, é possível perceber que o processo de globalização e as relações públicas internacionais possuem diversas convergências, como o fato de ambas as áreas serem vistas como complexas, devido a todos os fatores que compõem estas duas esferas, mas principalmente pela dificuldade encontrada em lidar com as diferenças.

Entre as outras convergências encontradas, pode-se pontuar o fato de terem iniciado seus estudos e pesquisas na mesma época. Com isso, pode-se perceber que ambas possuem a descendência da reestruturação mundial vivida à época, onde se viu a necessidade de um maior relacionamento internacional. Este relacionamento, característico da área de relações públicas, é visto como consequência do processo de globalização.

Além disso, tendo em vista este crescimento conjunto, pode-se elencar o fato de ambos se aprimorarem juntos. Enquanto a globalização possibilita novas demandas mundiais, também no que tange a área da comunicação (como nas novas maneiras de se comunicar, através de celulares ou computadores, por exemplo), as relações públicas internacionais buscam atender esta demanda, especialmente no que tange o relacionamento de uma organização com os diversos públicos que a compõem.

Neste sentido, cabe salientar que a *práxis* de relações públicas, bem como a teoria, propõem o relacionamento como fator relevante da área. Desta maneira, pode-se perceber que a globalização se vê como uma facilitadora destes relacionamentos, visto que possibilita que o mesmo seja feito de maneira mais ampla, através de novos meios de comunicação, diferentes povos e culturas. Sendo assim, propõe-se o seguinte, a fim de relacionar as ideias expostas dos referidos autores.

Quadro 2 – Globalização e relações públicas internacionais.

Autor	Perspectiva de Divergências e Convergências
Furtado	O autor aborda acerca da contextualização histórica do processo de globalização, assinalando como se encontrava cada localidade do mundo à época e quais fatores motivaram o referido processo.
Arvati e Ventura	As autoras trazem a globalização enquanto elemento facilitador, visto que é a partir deste processo de interdependência entre os povos e países do planeta que se proporciona um maior acesso à informação, mais conhecimento acerca de diferentes culturas e mais facilidade no que tange o comércio internacional, que, de acordo com as autoras, é realizado desde os primórdios das civilizações, mas vem sendo estudado na atualidade.
UNESCO	A organização coloca a globalização enquanto um processo amplo, abrangente e multifacetado. Isto se deve ao fato de que a globalização se desenvolve através de aspectos físicos, culturais, crenças e pessoas.
Canclini	O autor assinala a globalização enquanto um novo regime de produção, que propõe, especialmente em âmbito industrial, uma maior unificação entre as partes.
Hall	O autor salienta a respeito da amplitude do processo de globalização, abordando que a mesma é meramente resumida a este termo, visto que se trata de um fenômeno bastante amplo e complexo.
Ferrari	A autora transcreve acerca do aprimoramento dos estudos das relações públicas internacionais, que aconteceu junto ao advento do processo de globalização, por volta dos anos 80 e 90. Além disso, Ferrari traz a necessidade de conhecer as particularidades e a cultura de cada ambiente em que a organização está inserida, a fim de realizar diferentes ações, específicas para cada mercado.
Ribeiro	A autora traz a aproximação dos estudos nas áreas de relações públicas internacionais e globalização, sendo ambos à mesma época. Neste sentido, coloca que com o processo, se viu a necessidade de aperfeiçoamento da pesquisa acerca das relações públicas internacionais, que até então era vista apenas baseada na experiência, sem uma teoria que desse um embasamento para tal.
Wainberg	O autor traz a associação das relações públicas internacionais a empresas multinacionais, que são feitas sempre que se refere à esta <i>práxis</i> . Isto ocorre visto que estas se internacionalizam com maior facilidade, possuindo uma demanda maior das relações públicas internacionais.
Bastos e Neto	Os autores trazem a dificuldade de manter a identidade das empresas, mesmo com a rapidez com a qual elas se internacionalizam, tendo em vista a quantidade de públicos com os quais se relacionam. Além disso, elencam que a maior internacionalização das empresas se deve ao processo de globalização, que se torna um facilitador para tal. Este fato gera, ainda, um maior debate acerca das relações públicas internacionais.
Nobre	O autor aborda as relações públicas internacionais enquanto atividade ampla e complexa, que deve ser repensada especialmente no que tange o relacionamento entre as nações. Para repensar e aprimorar esta <i>práxis</i> , deve-se pautar a partir de três aspectos, como o relacionamento e a técnica, o caráter público e o fato de transcender fronteiras físicas.
Giddens	O autor assinala que a globalização, tendo em vista que é um processo novo, iniciado nos anos 80, está em fase de firmação. Por este motivo, se modifica constantemente e vem se aprimorando através destas remodelações.

Fonte: elaborado pela autora com base em Furtado (1998), Arvati e Ventura (2007), UNESCO (2009), Canclini (2003), Hall (2006), Ferrari (2006; 2011), Ribeiro (1999), Wainberg (2011), Bastos e Neto (2008), Nobre (2016) e Giddens (2003).

O quadro acima demonstra uma síntese no que tange os autores aqui estudados, que abordam o processo de globalização e as relações públicas internacionais. Este se faz importante, visto que, com ele, é possível observar as aproximações que ambos os campos possuem, facilitando, desta forma, a análise e a pesquisa. Neste caso, as convergências são muitas, pois, além dos fatores já elencados, há uma inclinação a se acreditar que as relações públicas internacionais só se fazem possíveis e latentes na sociedade contemporânea devido ao processo de globalização. Além disso, esta *práxis*, assim como a globalização, é descrita como veloz, ou seja, pode-se observar que ambas se modificam e aprimoram ao mesmo passo.

Neste sentido, propõe-se que:

Figura 2 – Globalização e relações públicas internacionais.



Fonte: elaborado pela autora com base em Furtado (1998), Arvati e Ventura (2007), UNESCO (2009), Canclini (2003), Hall (2006), Ferrari (2006; 2011), Ribeiro (1999), Wainberg (2011), Bastos e Neto (2008), Nobre (2016) e Giddens (2003).

A imagem demonstra o globo, sendo representante do mundo, enquanto a globalização e as relações públicas internacionais fazem parte deste. Neste sentido, o mesmo demonstra ambas interagindo com o sistema. Isto se dá pelo fato de as relações públicas internacionais lidarem principalmente com o relacionamento internacional e a globalização proporcionar uma maior



facilidade destes, visto que é caracterizada como um procedimento de abertura política, econômica e social. Desta forma, observa-se que as relações públicas internacionais se tornam importantes e possíveis em organizações que se internacionalizam com este processo.

### **4.3 HIBRIDIZAÇÃO x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS**

A hibridização é um fator relevante a ser estudado junto à cultura na atualidade. Isto se deve pois, com o advento de novas tecnologias, que proporcionaram inovações na maneira de nos comunicarmos e, conseqüentemente, um conhecimento maior acerca das culturas, fomos adquirindo traços de outros povos, fazendo com que nossas características se tornassem cada vez mais híbridas.

Desta forma, percebe-se que as relações públicas internacionais e a hibridização possuem fatores em comum, visto que, com esta aproximação das culturas, aumenta-se a interação entre elas, gerando um possível relacionamento e, desta maneira, a *práxis* da atividade de relações públicas. Bem como, com a atividade de relações públicas internacionais, tendo esta por base o relacionamento internacional, é possível uma maior hibridização.

Sendo assim, abordaremos aqui os conceitos de hibridização e relações públicas internacionais, a fim de demonstrar suas afluências e discordâncias, com a finalidade de elucidar as discussões acerca do referido assunto.

Nesta perspectiva, Hall (2006) traz que a hibridização se caracteriza pela união de fatores que compõem as identidades culturais. Estas identidades, como eram vistas até então, com características bem definidas, estão se desintegrando, mas que não se perdem totalmente. O autor pontua, neste sentido, que as diferenças ainda são valorizadas.

Este processo de hibridização cultural se dá, de acordo com Hall (2006), em decorrência do processo de globalização, que resulta em um mundo cada vez mais homogêneo, com identidades reforçadas com características de outras, fazendo com que se obtenham novas identidades, cada vez mais semelhantes. O autor traz o termo “língua franca internacional” para definir como semelhante à hibridização, tendo em vista que a língua franca é

caracterizada por uma língua que um grupo de pessoas desenvolve, para que todos consigam se comunicar de maneira igualitária.

Nesta perspectiva, de caracterizar a hibridização enquanto semelhante à uma língua franca internacional, no âmbito das relações públicas internacionais pode-se trazer Ribeiro (1999), que discorre acerca da dificuldade de se chegar a um consenso acerca do termo, tendo em vista seus estudos ainda muito recentes. Neste sentido, Bastos e Neto (2008) complementam, salientando que este fato acarreta em um debate cada vez mais acerca da área. Enquanto Silva (2005) salienta que as relações públicas internacionais surgem de diversos aspectos diferentes, que vão desde estudos na área, a formação desta, até o âmbito mercadológico. Desta forma, percebe-se as relações públicas internacionais como amplas desde a sua concepção até a sua *práxis*.

Com o exposto pelos autores, pode-se perceber uma divergência: ao passo que a hibridização busca uma unificação das culturas, pontuando isso através da expressão “língua franca internacional”, as relações públicas internacionais são pautadas por pilares diversos e diferentes entre si, possibilitando ser esta uma área abrangente e sem uma definição específica.

No entanto, observa-se uma convergência também: pontua-se que a área de relações públicas internacionais é vista como ampla, sem delimitações, tendo em vista que é ainda um campo bastante novo e com potencial a ser estudado. A hibridização também é vista como uma área ampla, possível de transformações, visto que lida diretamente com a cultura e os processos de aprimoramento da mesma. Esta, assim como a comunicação, se modifica e se aprimora com o passar do tempo, fazendo com que, conseqüentemente, a hibridização cultural também.

Nesta perspectiva, Ortiz (1995) traz que há uma nova organização destes territórios e que um desafio é perceber como se dá, de fato, esta nova reestruturação cultural. O autor aponta, neste segmento, que espaços que antes eram locais, agora se tornaram nacionais, havendo desta forma uma desterritorialização.

Neste sentido de desterritorialização, Wainberg (2011) pontua que é muito comum se fazerem associações de relações públicas internacionais a empresas multinacionais, visto que este processo de internacionalização das empresas se tornou latente, especialmente com o processo de globalização,

onde se acarretou em uma maior hibridização cultural. Complementando esta perspectiva, Ferrari (2011) coloca que, dentro destas multinacionais, a *práxis* de relações públicas internacionais é vista como centro. Sendo assim, esta *práxis* pode ser vista como intermediadora. Um dos desafios deste, de acordo com Bastos e Neto (2008), é atender a todos os mercados e demandas no que tange a organização e seus públicos.

Com isso, podemos perceber que a hibridização é um fenômeno que dá uma amplitude ainda maior para alguns elementos, como o fato de tornar algo local em nacional, por exemplo, conforme mencionado.

Junta-se este fenômeno, intitulado de desterritorialização, ao fato de as relações públicas internacionais serem, inicialmente, associadas a empresas multinacionais e percebe-se a convergência entre as áreas. Pontua-se isso visto que as empresas multinacionais também podem ser vistas como desterritorializadas, já que não ficam mais em um único lugar, fixo e específico, mas sim em diversos lugares do mundo, interagindo com diversos públicos.

Este fato pode ser visto como uma dificuldade e uma oportunidade para a *práxis* de relações públicas internacionais. O primeiro pois este pode ficar em um local sem uma interação constante com os demais funcionários de outras localidades onde a empresa se encontra, fazendo com que a comunicação possa vir a se tornar sem uma identidade própria. O segundo pois este pode optar por conhecer os funcionários, bem como todos os locais em que a organização se encontra, e desta forma encontrar a maneira mais assertiva de fazer a comunicação desta, não sendo somente através da delegação de atividades aos demais funcionários.

No que tange esta desterritorialização, Hall (2006) traz um conceito de cultura-mundo, que tem seu início datado no pós-guerra, em 1945. Esta cultura se caracteriza pela ausência de raízes fixas em um único local, possibilitando uma amplitude cultural ainda maior. No entanto, esta mantém seus traços fixos, ditos mais tradicionais, estes não desaparecem. Canclini (1998) caracteriza este fenômeno como hibridização cultural e salienta enquanto consequência do mesmo, a expansão, cada vez maior, das cidades.

Neste sentido, a teoria de relações públicas internacionais traz que esta área vive em amplificação e que, para tanto, se faz necessário conhecer as particularidades de cada ambiente em que está inserida. Somente através

deste conhecimento se faz possível a gestão da comunicação, seja na *práxis* da atividade, seja na administração da mesma (FERRARI, 2006).

Sendo assim, percebe-se que, apesar de o mundo viver um processo de hibridização, com culturas cada vez mais unificadas, se faz necessário estudar as peculiaridades de cada cultura, a fim de que elas se mantenham. A literatura demonstra, conforme elencado acima, que estes traços específicos de cada localidade são fortes e fixos, por isso acabam por se manter. No entanto, tendo em vista a expansão cultural pela qual o mundo passa, se faz importante a valorização destas particularidades, para que elas não se percam de fato.

Complementando esta perspectiva, a UNESCO (2009) divulgou, em seu relatório anual, exposto neste trabalho junto ao subcapítulo de interculturalidade, especialmente, que vê como exagerada a maneira como esta homogeneização cultural vem sendo tratada, sendo considerada um fenômeno. A organização pontua que este novo modo de se ver a cultura é natural em um mundo globalizado.

Neste sentido, Eagleton (2003) complementa alegando que se faz necessário, na atualidade, criar-se uma cultura de massa. Esta se desenvolve a partir de fatores em comum que as culturas possuam, no entanto, a mesma faz com que todos sejam conscientes de suas identidades culturais. Desta forma, esta cultura de massa, apesar de ser vista como ímpar, valoriza características individuais de cada cultura.

No âmbito das relações públicas internacionais, Nobre (2016) elenca que se faz essencial o empoderamento de ambos os lados envolvidos no processo de relacionamento internacional. Neste sentido, o autor traz que estes relacionamentos devem ser pautados pela mutualidade, pela valorização das peculiaridades dos envolvidos, para que, através disso, se construa uma comunicação assertiva, seja na esfera da *práxis* da atividade, seja na esfera da ampliação das fronteiras e democracia.

Desta forma, a união das visões destes autores, acerca dos processo de hibridização cultural, junto ao empoderamento dos lados, no que tange o relacionamento internacional na perspectiva das relações públicas internacionais, torna possível a compreensão de que a valorização das particularidades de cada um se faz possui um viés de importância. Isto não somente para a *práxis* de relações públicas internacionais, mas sim para o

entendimento acerca da cultura e das atualizações pelas quais a mesma vem passando. Além disso, verifica-se que este processo é natural e se desenvolve ao passo que os países e a maneira como eles se relacionam se modifica.

Após um estudo acerca deste fenômeno, Geertz (1978) menciona que, apesar deste conhecimento, o aprofundamento acerca desta pesquisa se faz latente, tendo em vista que esta é ainda muito pequena. O autor coloca, neste sentido, os estudos culturais enquanto raros.

Indo de encontro a isto, cabe trazer alguns autores da área de relações públicas internacionais, que abordam a área enquanto nova e com pouca pesquisa sobre. Nesta perspectiva, Ribeiro (1999) traz que a mesma vem atraindo a atenção de pesquisadores, visto que este conceito é ainda recente e se faz importante seu aprofundamento, através da teoria. Complementando esta perspectiva, Ferrari (2011) salienta que a necessidade de se implantar um debate acerca da *práxis* de relações públicas internacionais, através do seu aprimoramento inclusive enquanto literatura, veio somente nos anos 90, iniciada por pesquisadores norte-americanos, e se deu pelo fato de a área haver sido tratada com distorção nos anos 80, quando a comunicação foi tratada de forma diferenciada, sendo externa à organização.

Com isso, pode-se perceber que tanto a área cultural, com seus fenômenos, quanto as relações públicas internacionais, enquanto *práxis* e teoria, vivem em processo de aprimoramento no que diz respeito aos seus estudos. Isto se deve ao fato de ambas as áreas possuírem seu início forte por volta dos anos 80, junto ao advento da globalização, onde se viu uma necessidade maior das culturas se relacionarem, tornando-se híbridas, e de um relacionamento internacional, com uma maior abertura dos mercados e das fronteiras. Sendo assim, percebe-se que as áreas se complementam entre si, visto que uma dá suporte para o desenvolvimento da outra e vice-versa.

Neste sentido, pode-se perceber que a hibridização cultural e as relações públicas internacionais possuem diversas convergências no que diz respeito a sua literatura, aqui exposta. A fim de elucidar estas discussões, bem como possibilitar que estas aproximações da área sejam vistas de forma mais clara, propõe-se o seguinte quadro, que traz a visão dos autores de forma sucinta:

Quadro 3 – Hibridização cultural e relações públicas internacionais.

Autor	Perspectiva de Divergências e Convergências
Hall	O autor traz a hibridização cultural enquanto descendente do processo de globalização, tendo em vista que a mesma ocorre devido a união de fatores que formam as identidades culturais. Além disso, Hall traz a necessidade de uma “língua franca” que se caracteriza por uma comunicação que algumas pessoas, de diferentes localidades, desenvolvem, a fim de conseguirem uma forma ímpar de se comunicarem, e o conceito de “cultura-mundo” que se caracteriza pela ausência de raízes fixas, mantendo apenas traços específicos da cultura de cada um.
Ribeiro	A autora discorre a respeito da dificuldade no que tange os estudos na área de relações públicas internacionais. Em um primeiro momento, sobre a dificuldade de se chegar a um consenso acerca do termo e, em um segundo momento, sobre o quanto os estudos acerca da área vem crescendo com o passar dos anos, visto que a mesma vem atraindo a atenção dos pesquisadores de relações públicas.
Bastos e Neto	Os autores abordam acerca do debate na área de relações públicas internacionais, ponderando que há, na atualidade, uma necessidade de um debate ainda maior sobre. Além disso, este fato acarreta em desafios para as relações públicas internacionais, como atender a todos os mercados, a partir de suas particularidades.
Silva	Assinala a respeito do surgimento das relações públicas internacionais, sendo este através de diversos aspectos distintos, que vão desde pesquisas na área, até a <i>práxis</i> da atividade.
Ortiz	O autor alega que a cultura vem passando por uma reestruturação, citando como exemplo a ampliação dos espaços. O que antes era visto como apenas local, tornou-se nacional.
Wainberg	Debate a respeito do fato de as relações públicas internacionais serem constantemente associadas a empresas multinacionais. Isto se deve ao fato de que, com o processo de globalização, as organizações veem, cada vez mais, a necessidade de internacionalização.
Ferrari	A autora assinala a respeito do aprofundamento do estudo e da literatura acerca da área de relações públicas internacionais, que veio a ocorrer nos anos 90. Além disso, Ferrari traz à discussão a <i>práxis</i> de relações públicas internacionais, quando abordada dentro de uma organização, onde é vista como centro. Para que esta <i>práxis</i> das relações públicas internacionais consiga se desenvolver, se faz necessário um conhecimento acerca do ambiente em que está inserida, bem como suas particularidades.
Canclini	O autor traz que o processo de hibridização cultural tem como uma consequência a expansão das cidades.
UNESCO	A organização debate acerca de como vem sendo tratadas as mudanças no que tange o comportamento cultural de cada um. Atualmente é tratado enquanto fenômeno. No entanto, a UNESCO coloca estas mudanças enquanto naturais do processo de globalização.
Eagleton	O autor assinala acerca da necessidade de criação de uma cultura de massa, onde mantem-se as identidades culturais, valorizando-as, porém criam-se meios para uma cultura mais homogênea.
Nobre	Traz a necessidade de um relacionamento de mão dupla, sendo necessário ouvir e valorizar ambos os lados envolvidos no processo de comunicação. O autor pontua acerca da necessidade de mutualidade e empoderamento das partes.
Geertz	O autor traz a necessidade de pesquisa e aprofundamento acerca da área cultural. Apesar do material já existente, se faz necessário um conhecimento mais ampliado acerca desta.

Fonte: elaborado pela autora com base em Hall (2006), Ribeiro (1999), Bastos e Neto (2008), Silva (2005), Ortiz (1995), Wainberg (2011), Ferrari (2006; 2011), Canclini (1998), UNESCO (2009), Eagleton (2003), Nobre (2016) e Geertz (1978).

O quadro acima demonstra um apanhado da literatura que trata a respeito da hibridização cultural e das relações públicas internacionais, aqui selecionada para o cruzamento, a partir do entendimento da autora do presente trabalho. Com este, é possível observar as aproximações que os referidos campos possuem, facilitando, desta forma, o entendimento destes enquanto complementares entre si. Com base nisto, é possível propor também o seguinte:

Figura 3 – Hibridização e Relações Públicas Internacionais



Fonte: elaborado pela autora com base em Hall (2006), Ribeiro (1999), Bastos e Neto (2008), Silva (2005), Ortiz (1995), Wainberg (2011), Ferrari (2006; 2011), Canclini (1998), UNESCO (2009), Eagleton (2003), Nobre (2016) e Geertz (1978).

A figura acima demonstra a hibridização enquanto uma unificação de duas áreas, conforme seu significado. Neste caso, a hibridização se coloca enquanto resultante do processo de globalização e das relações públicas internacionais, visto que ambas agem sob a união de culturas, estimulando que as mesmas se tornem cada vez mais híbridas.

#### 4.4 INTERCULTURALIDADE x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS

A interculturalidade traz à discussão o relacionamento entre os povos de distintas culturas, que se dá desde os primórdios das civilizações, no entanto, é a partir da atualidade que o debate acerca desta vem sendo estudado. Sendo assim, é possível perceber que a interculturalidade possui muitos fatores em comum com as relações públicas internacionais. Primeiro, pois a *práxis* da atividade está pautada pelo relacionamento internacional, logo, trata-se deste com as diferentes culturas.

A fim de demonstrar estas aproximações e elucidar discussões, serão abordados aqui os conceitos de interculturalidade e relações públicas internacionais, junto a um debate acerca de suas convergências e divergências.

A nova realidade multicultural, de acordo com Ferrari (2014), traz a *práxis* de relações públicas enquanto relevante, visto que esta propõe uma maior abertura de mercados e fronteiras, onde, conseqüentemente, aumenta-se o relacionamento e atuação do relações públicas. A autora traz que o relacionamento intercultural é um dos mais difíceis de se estudar na atualidade, devido a expansão das tecnologias, que trazem uma nova demanda comunicacional. Esta necessidade de comunicação com as diferentes culturas existe, de acordo com a autora, desde os primórdios das civilizações, porém, é ainda um campo pouco estudado.

Na perspectiva das relações públicas internacionais, Ferrari (2011) traz que estas passaram a atuar a partir da segunda metade do século XX, visto que foi nesta época que houve a amplificação dos relacionamentos em âmbito internacional. Além disso, a autora pondera que estas vivem em expansão, devido ao processo de globalização, onde há uma maior troca de informações e relações comerciais.

Com o exposto, a autora demonstra que, em ambas as áreas, seja a interculturalidade, sejam as relações públicas internacionais, vive-se em um ambiente de novidade, visto que são ainda novas, com seu desenvolvimento maior a partir do final do século XX, e, conseqüentemente, pouco estudadas. A interculturalidade, tendo em vista que discorre acerca do relacionamento entre as diferentes culturas, pode ser observada como um complemento às relações



públicas internacionais, visto que a *práxis* dessa propõe o relacionamento internacional.

Além disso, observa-se que com o advento das tecnologias, de maneira que há uma nova demanda comunicacional, amplia-se também este relacionamento intercultural e, por consequência, também a *práxis* de relações públicas internacionais, que acarreta uma demanda ainda maior.

No que tange esta nova demanda comunicacional, Castells (2010) assinala que esta inovação se deve aos avanços tecnológicos, onde as pessoas vem encontrando novas maneiras de se comunicarem. A exemplo disso, o autor coloca os computadores como elementos que vem pautando a interação nos últimos anos. Ferrari (2014) complementa esta perspectiva alegando que o estudo da interculturalidade, sendo esta a comunicação entre as diferentes culturas, só se faz possível a partir da identificação dos aspectos comunicacionais de cada localidade.

Neste sentido de novas demandas de comunicação, bem como o conhecimento da realidade comunicacional de cada um, Nobre (2016) pontua, no âmbito das relações públicas internacionais, que se faz relevante que os relacionamentos entre as diferentes nações sejam pautados pela mutualidade e empoderamento de ambos os lados. Para que isso seja possível, deve-se conhecer a realidade de cada um.

Desta forma, a união destes três autores possibilita verificar que, a partir das novas maneiras de se comunicar que as pessoas encontram, a comunicação intercultural e as relações públicas internacionais vem sendo aprimoradas. Isto se deve ao fato de o estudo de ambas serem pautados através dos aspectos particulares de cada localidade no que tange sua comunicação, bem como ao fato de que, para que esta comunicação aconteça de forma adequada, deve ser baseada pela mutualidade, ou seja, a mesma valorização deve ser dada a ambos os lados envolvidos.

Devido a este relacionamento intercultural, especialmente no século XXI, Maldonado (2005) assinala a respeito da dificuldade de se haver um purismo cultural, tendo em vista estes relacionamentos e o mundo em constante inter-relação. Posteriormente, Maldonado e Pires (2015) colocam que, a partir do processo de globalização, as identidades culturais estão cada vez mais complexas. Ferrari (2014) complementa esta perspectiva, alegando que a

interculturalidade se vê somente como um pano de fundo, visto que incide no relacionamento das pessoas e organizações para além das fronteiras geográficas.

Neste sentido de relacionamentos para além das fronteiras, Bastos e Neto (2008) assinalam que a rapidez com a qual as organizações se internacionalizam aumenta com a tecnologia. Pode-se salientar, também, que esta é vista como um fruto do processo de globalização pelo qual o planeta vem passando desde os anos 80. Além disso, Wainberg (2011) complementa esta perspectiva alegando que é visível a participação de um relações públicas neste cenário.

Com estes autores, pode-se perceber que a literatura demonstra a respeito do crescimento no que diz respeito aos relacionamentos que ultrapassam fronteiras. Isto se deve ao fato de, a partir dos anos 80, ter acontecido uma maior abertura de mercados, cultural, política e econômica, tornando este mais facilitado. Cabe salientar que este pode ser observado tanto entre nações quanto entre diferentes cidades ou estados, visto que é caracterizada pelo relacionamento entre as diferentes culturas. Sendo assim, o relacionamento intercultural pode acontecer em todos estes cenários, desde que as culturas sejam distintas. Maldonado (2014) endossa esta perspectiva, alegando que o relacionamento intercultural não se faz necessariamente somente entre os diferentes países, mas sim em cada ambiente em que se está inserido. Por este motivo, observa-se a interculturalidade sendo tratada enquanto um pano de fundo para questões mais complexas que a envolvem.

Tendo em vista o fato de a interculturalidade se caracterizar pela comunicação entre as diferentes culturas, cabe trazer Cogo (2001), que coloca a mesma enquanto fenômeno acarretado pelo processo de imigração, que é a entrada de estrangeiros em determinados países, seja para fins de moradia, seja para fins de trabalho. Neste sentido, a autora coloca a necessidade de reestruturação deste diálogo, visto que a imigração acarreta em uma pluralização cultural bastante significativa.

Complementando esta perspectiva, a UNESCO (2009) assinala, em seu relatório anual, que a migração, que é o movimento de entrada e saída dos indivíduos dos países, é um desafio para a comunicação intercultural. Com

essa, se faz necessário uma reconfiguração do diálogo, pois este é visto como muito necessário e, ao mesmo tempo, limitado.

A literatura das relações públicas internacionais discorre a respeito da necessidade de repensar o diálogo, a fim de que ele seja específico e voltado para cada público de interesse. Bastos e Neto (2008) trazem que esta deve estar alinhada e ser receptiva a diversas visões, para que, desta maneira, os relacionamentos sejam facilitados em diversos públicos de interesse. Wakefield (1996) complementa com a teoria cultural, que discorre a respeito da importância de conhecer o local em que está inserido, para que, através do conhecimento, a comunicação possa se desenvolver.

Desta forma, a união destas quatro perspectivas, sendo uma autora que defende um viés da comunicação intercultural a partir da imigração; uma organização, que aborda o mesmo assunto, porém complementando a partir da perspectiva de migração enquanto desafio; uma autora que completa esta visão a partir da concepção das relações públicas internacionais; e, por fim, uma teoria que dá embasamento a estas perspectivas. Sendo assim, percebe-se que os autores selecionados se complementam entre si, sendo apresentadas duas visões de cada um dos temas aqui selecionados para cruzamento.

Percebe-se, a partir disto, que o fluxo de pessoas em países, estados e cidades, influencia diretamente na comunicação intercultural, visto que é a partir disso que se vê a necessidade de se repensar a comunicação, para que ela consiga ser assertiva, atingindo a todos os públicos. Além disso, atingir aos público envolvidos quando se trata da interculturalidade se vê como um desafio, pois são diversas as culturas envolvidas. Conhecer as particularidades de cada um para que se consiga um consenso no que tange a comunicação é um desafio, além de uma necessidade, para a área.

Complementando esta perspectiva de reestruturação da comunicação intercultural, Ferrari (2014) alega que é necessário que esta vá além do convencional relacionamento entre as diferentes culturas. Para repensá-la, a autora assinala que se faz necessário, em um primeiro momento, entender como é feito o gerenciamento desta comunicação.

No âmbito das relações públicas internacionais, Ferrari (2006) complementa trazendo que a *práxis* da atividade vive em amplificação. Por esta

razão, se faz necessário conhecer cenários e peculiaridades de onde a área está inserida, para que, desta forma, seja feita uma gestão da comunicação, seja para fins de relacionamento, seja para fins administrativos.

Desta forma, a autora complementa sua própria visão, sendo uma na perspectiva da interculturalidade e outra no âmbito das relações públicas internacionais, sendo, inclusive, em épocas diferentes. Com as respectivas citações, é possível perceber a preocupação com a gestão da comunicação, visto que é através dessa que são traçados os objetivos. Somente com o entendimento desta visão que é possível estudar a cultura local, a fim de entender como será possível realizar o relacionamento intercultural.

Para que o relacionamento intercultural aconteça da melhor maneira, Canclini (2004) pontua acerca da necessidade de respeitar as diferenças das culturas envolvidas, sendo este um fator relevante.

Complementando esta perspectiva, Nobre (2016) assinala a respeito da importância de ouvir ambos os lados, os empoderando. Além disso, o autor salienta que os relacionamentos, especialmente quando lidam com as diferenças, devem ser pautados pela mutualidade, lembrando que isso os torna sustentáveis.

Estes dois autores possibilitam verificar a importância de se valorizar as individualidades, demonstrando esta valorização aos envolvidos, visto que é através disso que se faz possível o relacionamento intercultural. É possível observar também fatores que tornam os relacionamentos sólidos e sustentáveis, sendo os principais, além da valorização, o respeito e a igualdade com a qual são vistos e tratados.

Alguns autores trazem outra perspectiva de interculturalidade, assinalando ambientes em que ela pode ser observada. Como Cabral (2017), que assinala que a interculturalidade é muito observada atualmente dentro das universidades, especialmente com os programas de intercâmbio, que possibilitam a vivência dos estudantes com distintas culturas e ambientes. Wainberg (2011), no entanto, salienta que esta vivência pode acarretar em um choque cultural, tendo em vista as diversas culturas convivendo juntas. O autor salienta que, por esta razão, desenvolve-se também a capacidade de negociação.

Complementando este viés, Maldonado (2008) assinala que a interculturalidade é a percepção individual de cada sujeito comunicante, que são vistos como aqueles que tem o que falar, ensinar, ouvir ou aprender. O autor coloca que, assim como a comunicação digital, a interculturalidade é um campo com potencial a ser estudado.

No campo das relações públicas internacionais, alguns autores também assinalam a respeito da necessidade de aprofundamento do estudo no campo, como Ribeiro (1999), que coloca que a área ainda está em processo de atrair estudiosos e pesquisadores da área das relações públicas.

No que diz respeito as diferentes visões da interculturalidade pelos autores, pode-se trazer também a literatura de relações públicas internacionais, onde são encontradas também visões distintas acerca desta. Wainberg (2011), por exemplo, coloca as relações públicas internacionais ligadas, em um primeiro momento, a empresas multinacionais, salientando que esta é a primeira associação feita à área. Nobre (2016) traz a mesma ligada à política e economia, alegando que lida diretamente com isso e que este é um ponto base para entendimento.

Desta forma, com o exposto, é possível observar que ambas as áreas, interculturalidade e relações públicas internacionais, vivem em processo de aprimoramento e por isso ainda existem poucos estudos acerca destas, sendo dois campos com potencial a ser explorado. Apesar de o relacionamento entre as diferentes culturas, bem como o internacional, já existirem desde os primórdios, estes só vem tomando uma proporção maior a partir do presente.

Além disso, analisando a visão dos autores acerca dos conceitos da interculturalidade e das relações públicas internacionais, observa-se que as mesmas não podem ser vistas como distintas, mas sim complementares entre si. Ao passo que a interculturalidade é fomentada por programas de intercâmbio e pode ocasionar, com isso, um choque cultural, as relações públicas internacionais lidam também com política, economia e empresas multinacionais, tendo em vista a amplitude da referida área.

A comunicação, junto a todos os processos que a envolvem e devido a sua abrangência, de acordo com Ferrari (2014), é essencial para os relacionamentos interculturais. Alsina (2000) complementa esta perspectiva, salientando que a comunicação intercultural propõe um conhecimento acerca

da nossa própria cultura, visto que busca conhecimento em outros lugares, possibilitando que conheçamos a nós mesmos.

Nesta perspectiva, de buscar conhecimento em outras culturas, Nobre (2016) salienta que as relações públicas internacionais podem ser vistas como um conjunto de relacionamentos visíveis ao público. Além disso, o mesmo traz a respeito da importância de conviver com diferentes culturas, as valorizando e empoderando.

Além disso, Wakefield (1996) traz duas teorias que vão de encontro a este viés de abrangência da comunicação e conhecimento acerca da nossa própria cultura, sendo elas: teorias culturais e teorias de administração comparativa. A primeira, trabalha com o conhecimento acerca do ambiente em que se está inserido: seus hábitos e costumes. A segunda, auxilia na pesquisa, comparando o que uma cultura faz de diferente da outra, por exemplo, de forma a expandir o conhecimento através da comparação de decisões.

Com estes autores, é possível observar que a criação de teorias auxilia no processo de conhecimento, especialmente quando são bem divididas, como no caso de Wakefield (1996). A teoria da administração comparativa, por exemplo, vai de encontro ao exposto por Alsina (2000) quando o autor salienta a importância de ampliar o conhecimento acerca da nossa própria cultura e da cultura do outro, visto que esta teoria permite isso através da comparação das ações.

No que diz respeito à amplitude da comunicação, sendo este fator importante para os relacionamentos interculturais, é possível observar que as relações públicas internacionais complementam esta perspectiva, abordando a importância da valorização das partes e de se conviver com as diferentes culturas, a fim de manter um bom relacionamento intercultural.

Com o exposto, é possível perceber que a interculturalidade e as relações públicas internacionais possuem muitos fatores em comum, que convergem entre si. O principal deles é o fato de ambas as áreas possuírem como base para sua *práxis* o relacionamento. Além disso, ambas possuem uma literatura que conflui, inclusive com autores que discorrem acerca dos dois assuntos, complementando a si próprio. Por esta razão, a fim de ilustrar discussões, bem como apresentar as visões dos autores aqui expostos, propõe-se:

Quadro 4 – Conceitos de interculturalidade e relações públicas internacionais.

<b>Autor</b>	<b>Perspectiva de Divergências e Convergências</b>
Ferrari	A autora aborda conceitos de interculturalidade e relações públicas internacionais. Neste sentido, assinala que com o aumento crescente destes relacionamentos interculturais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, aumenta-se, por consequência, a necessidade da práxis de relações públicas internacionais. Sendo assim, a referida práxis vive em um processo de amplificação. Ferrari salienta, ainda, o fato de a interculturalidade ser apenas um pano de fundo para estes relacionamentos, visto que são bastante complexos e devem ser tratados para além das fronteiras geográficas e relacionamento entre as diferentes culturas.
Castells	O autor traz que a sociedade contemporânea se comunica através das redes. Neste sentido, Castells coloca o computador como exemplo desta comunicação, assinalando que este meio molda o estilo de vida da sociedade, bem como se revelam novas demandas comunicacionais.
Nobre	O autor aborda as relações públicas internacionais ligada às áreas de política e economia, sendo visíveis ao público. Além disso, pontua que os relacionamentos, vistos como <i>práxis</i> desta, devem ser pautados pela mutualidade e empoderamento de ambos os lados envolvidos.
Wakefield	O autor trabalha com quatro teorias que visam facilitar o estudo das relações públicas internacionais. Aqui, foram abordadas especialmente as teorias culturais, que visam todo ambiente em que se está inserido, seus hábitos e costumes; e a teoria da administração comparativa, que visa a comparação de uma cultura a outra, a fim de auxiliar na tomada de decisão e auxiliar na pesquisa, através da ampliação do conhecimento.
Maldonado	O autor traz que a interculturalidade não deve ser estudada somente através do relacionamento entre as diferentes nações, mas sim em todos os ambientes em que o sujeito está inserido nos quais as culturas sejam distintas. Esta interculturalidade pode ser traduzida de acordo com a percepção de cada sujeito comunicante, que são aqueles que tem o que falar ou questionar, visto que é difícil de se chegar a uma tradução literal do termo. Em um mundo globalizado, existe a dificuldade de se existir um purismo cultural e isto se deve à interculturalidade, visto que o conhecimento e relacionamento com as diferentes culturas proporciona isso. Além disso, é um campo com grande potencial para pesquisa.
Maldonado e Pires	Os autores abordam a complexidade com a qual as identidades culturais estão sendo vistas com o processo de globalização.
Wainberg	O autor coloca as relações públicas internacionais ligadas a empresas multinacionais, além de colocar a <i>práxis</i> da atividade em evidência com o processo de globalização. O autor coloca, no sentido da interculturalidade, o choque cultural, podendo acarretar até mesmo em uma crise, que o relacionamento entre as distintas culturas pode ocasionar.
Bastos e Neto	Os autores trazem que, com o avanço das tecnologias, as empresas vem se internacionalizando com maior facilidade e rapidez. Além disso, abordam o fato de que as relações públicas internacionais devem estar alinhadas e perceptíveis ao público.
Cogo	A autora coloca a interculturalidade enquanto um fenômeno acarretado pela imigração. Desta forma, se faz necessário uma reestruturação do diálogo e da maneira como esta é tratada.
UNESCO	A organização traz, enquanto desafio para a interculturalidade, a migração, visto que é um processo amplo, que coloca as diversas culturas frente a frente.
Canclini	O autor elenca que o relacionamento intercultural deve ser pautado,

	em um primeiro momento, pelo respeito às diferenças.
Cabral	A autora reflete acerca das inovações que proporcionam o relacionamento intercultural. A exemplo deste relacionamento, Cabral traz as universidades que realizam programas de intercâmbio e, desta forma, proporcionam a comunicação e relacionamento entre as diferentes culturas.
Ribeiro	A autora aborda acerca da necessidade de aprofundamento do estudo na área das relações públicas internacionais, complementando que a mesma já vem chamando a atenção de pesquisadores.
Alsina	O autor traz que a comunicação intercultural possibilita um maior conhecimento acerca da nossa cultura e da cultura do próximo. Com isso, há também a possibilidade de ampliação do conhecimento sobre nós mesmos.

Fonte: elaborado pela autora com base em Ferrari (2006; 2011; 2014), Castells (2010), Nobre (2016), Wakefield (1996), Maldonado (2005; 2008; 2014; 2015), Wainberg (2011), Bastos e Neto (2008), Cogo (2001), UNESCO (2009), Canclini (2004), Cabral (2017), Ribeiro (1999), Alsina (2000).

Com o exposto acima, pode-se perceber que, grande parte dos autores, tratam as relações públicas internacionais e a interculturalidade de forma alinhada, que se complementam entre si. Com isso, pode-se dizer que a interculturalidade, de acordo com a literatura, se caracteriza pelo relacionamento com as diferentes culturas, sejam elas dentro de um mesmo país ou não, e que pode ser acarretado pelos processos de migração, imigração, bem como tecnologias. Enquanto desafios para esta comunicação intercultural, pode-se observar o choque cultural, que pode gerar uma crise futura.

As relações públicas internacionais podem ser colocadas enquanto perceptíveis ao público, alinhadas e ligadas a áreas como política e economia. Além disso, possui uma necessidade de reestruturação, tendo em vista que ainda é um campo pouco explorado.

Por esta razão, a *práxis* de relações públicas internacionais se vê como importante para o desenvolvimento deste relacionamento intercultural, seja para evitar uma possível crise, seja na esfera do próprio relacionamento. Sendo assim, percebe-se que ambas estão interligadas e são complementares entre si. Desta forma, pode-se propor o seguinte:



Figura 4 – Interculturalidade e relações públicas internacionais



Fonte: elaborado pela autora com base em Ferrari (2006; 2011; 2014), Castells (2010), Nobre (2016), Wakefield (1996), Maldonado (2005; 2008; 2014; 2015), Wainberg (2011), Bastos e Neto (2008), Cogo (2001), UNESCO (2009), Canclini (2004), Cabral (2017), Ribeiro (1999), Alsina (2000).

A figura acima demonstra um cenário globalizado, no qual está presente a *práxis* de relações públicas internacionais. Partindo desse pressuposto, existe o relacionamento intercultural, de diferentes culturas internas ou externas. Por esta razão, a interculturalidade aparece como uma via de mão dupla, que possibilita o relacionamento entre ambos os lados.

#### 4.5 EXCELÊNCIA x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS

Partindo do pressuposto de que a teoria embasa a *práxis* da atividade, se faz necessário o estudo de teorias de relações públicas, como a da excelência, junto às relações públicas internacionais. Outro fator que torna importante esta aproximação, é o fato de, além de ambas serem do mesmo campo, sendo este as relações públicas, as relações públicas internacionais são uma esfera ainda em pesquisa, possuindo pouco estudo acerca deste.

Sendo assim, aqui serão estabelecidas relações entre a teoria da excelência e as relações públicas internacionais, através da visão dos autores,

a fim de elucidar discussões e apontar convergências e divergências de cada uma.

A teoria da excelência é uma teoria cunhada por James Grunig, que nasceu a partir de um grupo de seis pesquisadores, que buscava estudar a excelência dentro das organizações, bem como esta influenciava na rotina da empresa e dos seus colaboradores, tornando a comunicação mais eficaz e trazendo resultados positivos para a instituição. Isto se deve pois se parte do princípio que funcionários motivados, que se sentem valorizados dentro da organização a qual pertencem, irão render mais e conseqüentemente trazer bons retornos a esta. De acordo com Grunig (2011), trazer a percepção da excelência e do quanto ela é importante no composto da comunicação organizacional, é um fator significativo, que deve ser analisado pelas empresas que desejam boas respostas.

Além disso, Grunig (2011) assinala que este estudo começou a partir de uma pesquisa quantitativa, sendo aplicada a um determinado número de pessoas. Posteriormente, houve uma abordagem qualitativa, com entrevistas a relações públicas, gestores e comunicadores de organizações selecionadas.

Neste sentido, Wainberg (2011) assinala, no âmbito das relações públicas internacionais, o fato de o processo de internacionalização das empresas envolver uma série de fatores, como políticos e econômicos. Desta forma, o autor aborda o destaque que a *práxis* de relações públicas pode vir a ter, especialmente em multinacionais, que são empresas que se destacam com este processo.

Desta forma, com a união destes, apontam-se o início de dois processos: a criação da teoria da excelência e a internacionalização das empresas. Em ambos os casos, são apresentados os fatores que os envolvem e influenciam. Sendo assim, há a primeira convergência.

Outro fator a ser observado, é o destaque dado às relações públicas: no que tange a excelência, este participa das pesquisas que dão embasamento para a criação da teoria; no que diz respeito às relações públicas internacionais, este é colocado em evidencia, visto que recebe um destaque com a internacionalização, especialmente das organizações multinacionais.

Sendo assim, pode-se trazer que, de acordo com Grunig (2011), a teoria da excelência tem por objetivo unir teorias de médio alcance, aprofundar os

conhecimentos acerca das organizações e de suas respectivas comunicações, bem como dar embasamento a *práxis*. Por esta razão, os estudos da excelência iniciaram a partir da premissa de o por que as relações públicas são importantes para o desenvolvimento de uma organização.

Nas relações públicas internacionais, podem-se encontrar teorias, cunhadas por Wakefield (1996), também criadas com o intuito de embasar e facilitar a atividade. As teorias são quatro, divididas em: teoria da sociedade global, que visa apresentar as consequências que o processo de globalização traz; teorias culturais, que trazem a importância de conhecer os ambientes e a cultura local; teoria da administração comparativa, que compara decisões, a fim de auxiliar no processo decisório e expandir conhecimentos; e teorias da comunicação, que dão embasamento à comunicação que será realizada.

Com o exposto, pode-se perceber, enquanto uma convergência, que a criação de teorias tem por objetivo principal embasar a *práxis* da atividade. Enquanto divergência, elenca-se o fato de que na teoria da excelência busca-se a união de teorias, em contrapartida nas teorias de Wakefield (1996) prima-se pelo fracionamento de teorias, visto que são quatro, que visam chegar ao mesmo fim. Além disso, tratam de assuntos que acabam se relacionando, como cultura, comunicação e globalização.

Neste sentido, Chanlat (1995) traz, na perspectiva da antropologia, a importância dos estudos de excelência, visto que este está diretamente ligado à eficácia da organização. Outro fator importante a ser estudado dentro deste meio, é o comportamento do público de cada empresa, pois estes são multidisciplinares. Além disso, conhecer o público faz possível que o administrador, e outros colaboradores da instituição, reconheçam de fato seu papel.

Complementando esta perspectiva, Grunig (2011) assinala a respeito da importância do estudo de excelência no que tange o relacionamento do relações públicas com os diversos públicos. Este deve ser alinhado aos objetivos da organização, visto que os públicos influenciam diretamente na capacidade que a instituição possui de alcançar seus objetivos.

Na esfera das relações públicas internacionais, Ferrari (2006) pontua que esta deve possuir ações consistentes, a fim de atender cada um dos mercados em que está inserida. Ferrari (2011) complementa esta visão,

alegando que a *práxis* da atividade se vê como uma intermediadora no que tange o relacionamento de uma organização com os seus diversos públicos.

Sendo assim, com a união destes três autores, sendo um da administração e os outros dois das relações públicas, percebe-se a preocupação de diversas áreas no que diz respeito a organizações consideradas excelentes. É possível observar que a excelência não é vista somente na área da comunicação, mas também através do corpo gerencial, com a administração. Isto se deve ao fato de que toda a instituição consegue perceber a necessidade de, em especial, funcionários, motivados para que se consiga atingir os objetivos da empresa.

Outro fator em comum entre os autores, é o fato de primarem pelo público, pela igualdade, bom relacionamento com este, bem como ações específicas para cada um. As atuações direcionadas garantem maior chance de possuírem os resultados esperados pela organização, assegurando que se chegue perto ou se alcance uma comunicação de excelência.

Complementando esta perspectiva, Grunig (2011) pondera que a teoria da excelência oferece uma estrutura para a atuação do relações públicas, que deve ser pautada através do estudo da cultura organizacional de onde se está inserido. Este conhecimento proporciona uma gestão eficaz da comunicação. Além disso, o autor elenca que os conceitos da excelência devem ser aplicados nestas distintas culturas e em diferentes contextos políticos e econômicos.

No que tange as relações públicas internacionais, Bastos e Neto (2008) assinalam a respeito da importância de conhecer e respeitar as diferenças culturais do local onde se está inserido. Isto garante o pensar e o agir de maneira estratégica, especialmente no que tange a comunicação. Nobre (2016) complementa esta visão, salientando a importância de empoderar o público, o tratando de forma igualitária. Além disso, o autor assinala que a *práxis* das relações públicas internacionais lidam diretamente com o poder político e benefícios econômicos.

Integralizando esta concepção, Ferrari (2011) traz a respeito do fato de o relações públicas estar se tornando o centro das organizações com o processo de globalização. Com isso, aumentam-se as responsabilidades deste.

Com o exposto, pode-se observar que os estudos acerca da cultura devem ser feitos tanto de maneira interna quanto externa à organização, visto

que ambas influenciam no modo de ser dos funcionários. Através deste conhecimento das culturas, se faz possível a gestão da comunicação de maneira mais assertiva. Tendo em vista o aumento das demandas do relações públicas, acarretado pelo processo de globalização, este estudo acerca das culturas se faz ainda mais importante, visto que, com isso, a chance de ser eficaz é maior. Além disso, é importante especialmente dentro do composto da comunicação organizacional, pois somente através dele será possível fazer um planejamento de comunicação para a empresa, por exemplo.

A teoria da excelência enxerga a importância da *práxis* de relações públicas dentro das organizações, por esta razão, Grunig (2011) salienta a importância do relacionamento da instituição com seus mais diversos públicos, sendo este pautado pelo respeito e pela escuta ativa. Desta maneira, proporciona-se que os colaboradores, por exemplo, se sintam parte importante da empresa. O autor salienta, ainda, que, para se atingir esta comunicação excelente, se faz necessário que a organização possua uma cultura participativa, um sistema simétrico de comunicação, uma estrutura organizacional sólida, igualdade de oportunidades entre os colaboradores e empoderamento das relações públicas dentro do ambiente.

Neste sentido, na esfera das relações públicas internacionais, Nobre (2016) assinala a respeito da necessidade de empoderamento dos públicos para que a comunicação aconteça de forma mais eficaz, a fim de evitar possíveis desentendimentos. Ferrari (2006) complementa abordando a necessidade de conhecer cada área, junto a suas particularidades.

Desta maneira, pode-se observar a presença de fatores da teoria da excelência enquanto norte para demais campos da área de relações públicas, como as relações públicas internacionais. Com esta comunicação simétrica de mão dupla, onde há a valorização de ambos os lados, alcança-se a excelência na comunicação e no relacionamento da organização com seus públicos, seja este internacional ou não.

Cabe pontuar que a teoria da excelência prima por uma comunicação de mão dupla, ou seja, onde ambos os lados são ouvidos e tem o poder da fala, caracterizando-se, desta forma, como uma cultura participativa. Na perspectiva das relações públicas internacionais, empoderar os públicos e manter um bom relacionamento internacional, vai de encontro à gestão de crises. Neste

sentido, enquanto divergência, percebe-se que a excelência evidencia-se pela valorização do público para que ele se sinta parte integrante de toda a organização. Enquanto as relações públicas internacionais destacam o empoderamento dos públicos a fim de evitar uma possível crise, que possa ser ocasionada com o choque cultural.

Complementando a perspectiva de Grunig (2011) acerca da comunicação excelente, França (2011) assinala que o relacionamento com os diversos públicos envolvidos com a organização deve partir do planejamento. Através do planejamento, se conhece os públicos e somente a partir deste conhecimento é possível traçar estratégias assertivas acerca do relacionamento com estes.

Neste sentido, Ferrari (2006) traz, na esfera das relações públicas internacionais, esta enquanto um conjunto de programas de comunicação específicos para cada mercado, sendo estas ações voltadas a cada um deles. Bastos e Neto (2008) complementam abordando a respeito da dificuldade que é atender a todos os públicos de maneira direcionada, visto que isto pode ocasionar na perda de identidade de uma organização que está inserida em muitos países, já que ela tem que se adaptar a cada um deles através da sua comunicação e demais demandas que a envolvem.

Sendo assim, percebe-se que os autores se complementam: para que se possa traçar ações de relacionamento com os diversos públicos da organização, se faz relevante o conhecimento sobre eles e suas respectivas culturas. As organizações que se internacionalizam, possuem este como um desafio ainda maior, devido a amplitude de culturas pelas quais elas estão rodeadas.

No que tange a perda de identidade da organização, para que consiga se inserir no ambiente em que se encontra a instituição, através do relacionamento com os públicos, esta deve ser pautada pelos seus valores estratégicos para ações de comunicação, como missão, visão e valores. Estes devem acompanhar a empresa por onde ela for. O que deve ser alterado para que a comunicação seja eficaz com determinado público, são as peças de comunicação e a linguagem utilizada nas mesmas, que deve estar de acordo com cada localidade onde a organização está inserida.

Nesta perspectiva, Wakefield (1996) complementa assinalando a respeito da importância de se conhecer a cultura local para que, desta forma, se possam traçar ações de comunicação.

No que tange as relações públicas internacionais, Wakefield (1996) cunha quatro teorias, que tem por objetivo facilitar os estudos da área, que são: teoria da sociedade global, teorias culturais, teorias da administração comparativa e teorias da comunicação. Aqui cabe enfatizar as teorias culturais, visto que dizem respeito à importância de conhecer o ambiente no qual a organização está inserida.

Desta forma, o autor complementa seu pensamento em duas perspectivas, sendo uma dando importância ao conhecimento da cultura local, para que conquiste uma comunicação excelente; e, em um segundo momento, com a criação das teorias que embasam os estudos de relações públicas internacionais, sendo destacada as teorias culturais, pois tem por objetivo conhecer as culturas onde a organização está inserida, para que, desta maneira, sejam traçados planos de comunicação assertivos.

Com isso, reforça-se o fato mencionado acima, que este conhecimento da cultura deve pautar as ações de comunicação sem interferir na identidade da organização, que deve possuir seus valores estratégicos bem alinhados e definidos.

No âmbito dos relacionamentos simétricos, Wolton (2010) assinala que estes se fazem cada vez mais frequentes dentro das organizações, visto que, agora, estas primam pela valorização da negociação com os funcionários, fazendo com que eles se sintam parte do processo de tomada de decisão. Complementando esta perspectiva, Ferrari (2016) pontua que, sendo a comunicação vista como uma área multidisciplinar, todos os públicos que a compõem devem ser ouvidos, especialmente o público interno, independente do nível que ele esteja, seja gerencial, seja operacional. A autora assinala, ainda, que a comunicação dentro das organizações deve ser a responsável pelos fluxos de relacionamento, tendo em vista o fato de estes serem vitais para a instituição e seu desenvolvimento. Grunig (2011), neste sentido, aborda que a reciprocidade dos relacionamentos, na esfera das relações públicas, é a lei para o desenvolvimento da *práxis*.

Nos anos 90, Ferrari (2011) aponta que, com o aprofundamento dos estudos de relações públicas internacionais, pesquisadores da área entenderam a necessidade de uma comunicação voltada a cada nicho específico. Esta comunicação mais direcionada, possibilita uma maior interação com o público e possibilidade de expansão da imagem da organização diante deste.

Os quatro autores abordados acima pontuam acerca da importância de uma comunicação específica para cada público que compõe uma organização. Em um primeiro momento, sendo abordado através da teoria da excelência, e, em um segundo momento, sendo tratado com o viés das relações públicas internacionais, através do entendimento da necessidade de uma comunicação direcionada.

Com uma comunicação especial à cada segmento, é possível observar que os públicos conseguem ser mais participativos dentro das organizações, visto que, desta maneira se sentem parte integrante desta. Com esta maior abrangência, se faz possível a comunicação simétrica, a qual a teoria da excelência prima, que é vista como a comunicação onde ambas as partes, especialmente internas, são ouvidas, seja na área gerencial, seja em um nível abaixo deste.

Desta forma, observa-se que a teoria da excelência se faz presente em organizações contemporâneas, até mesmo em âmbito internacional, especialmente a partir dos anos 90, quando houve um aprofundamento dos estudos nesta esfera. Além disso, percebe-se a importância que as organizações vem dando para seus públicos, tendo em vista o entendimento da importância deste para o desenvolvimento das empresas.

Neste sentido, França (2011) assinala que a *práxis* de relações públicas se define enquanto um processo de estabelecer e manter relacionamentos organização x públicos, sejam eles de curto ou longo prazo. Tendo em vista o fato de o gerenciamento destes relacionamentos serem feitos por e para pessoas diferentes, o autor aborda a importância de monitorá-lo de acordo com suas particularidades e diferentes formas de fazê-lo. Ferrari (2016) complementa, alegando que a *práxis* de relações públicas deve ser pautada pelo gerenciamento dos relacionamentos, visto que estes são o que dão sentido às organizações. Isto se deve pois é através do bom relacionamento



com seus diversos públicos que a organização garanta seu bom desenvolvimento e resultados esperados.

Nas relações públicas internacionais, até os anos 80, a comunicação era tratada de maneira externa à organização, além de ser realizada pela área de marketing e de não contemplar funcionários de novas localidades. Em empresas que se internacionalizam, por exemplo, o foco da comunicação era na sede da organização (FERRARI, 2011).

Neste sentido, percebe-se uma divergência na maneira como era tratada a comunicação, especialmente na esfera internacional, à maneira que é estudada através da teoria da excelência. Enquanto uma prima pelo bom relacionamento com os diversos públicos da organização, tratando este como essencial para o desenvolvimento de suas atividades, a outra traz a comunicação somente com funcionários que estão na sede da empresa, sem planos específicos de relacionamento, já que é feita pela área de marketing.

Com isso, pode-se trazer que, através do aprofundamento do estudo na área, percebeu-se a necessidade de um bom relacionamento organização x públicos. Tendo em vista que, funcionários motivados por este relacionamento com a instituição, produzirão melhor e, conseqüentemente, trarão melhores resultados à mesma.

Além do bom relacionamento com os públicos, a teoria da excelência valoriza a *práxis* de relações públicas, abordando que a mesma não atua somente na esfera do relacionamento, mas também no que diz respeito à imagem e resolução de conflitos (FERRARI, 2009).

No âmbito das relações públicas internacionais, Wainberg (2011) pondera que esta *práxis* agrega uma diversificada gama de autores. Por esta razão, não pode ser resumida ao relacionamento, mas vista, também, como uma atividade política e econômica.

Desta forma, ambos os autores trabalham com a *práxis* de relações públicas para além do relacionamento organização x públicos. Sendo assim, é possível perceber a abrangência da área, partindo do pressuposto da teoria da excelência e das relações públicas internacionais.

O fato de as relações públicas serem associadas ao relacionamento se deve por que, embora a *práxis* desta seja bastante ampla, este é visto como principal atividade da área.

Com o exposto, pode-se perceber que a teoria da excelência possui diversas semelhanças com as relações públicas internacionais. Isto se deve, especialmente, ao fato de ambas pertencerem à área das relações públicas. Entre essas convergências, elenca-se o fato de as relações públicas internacionais passarem a valorizar mais o relacionamento com seus públicos, não somente com os funcionários que se encontram em sua sede, primando, desta forma, por uma comunicação excelente. Isto acontece ao mesmo tempo em que a teoria da excelência se desenvolve e ganha ainda mais força dentro do cenário das relações públicas.

Outro exemplo acerca destas convergências, foram os autores utilizados, como Ferrari e Wakefield, visto que abordam a respeito da teoria da excelência e de relações públicas internacionais. Em especial, Ferrari, que possui uma visão muito semelhante a de James Grunig, além de ser pesquisadora da área de relações públicas internacionais.

A fim de exemplificar o exposto, pode-se trazer um apanhado a partir da percepção do exibido acima pelos autores:

Quadro 5 – Teoria da Excelência e Relações Públicas Internacionais.

Autor	Perspectiva de Divergências e Convergências
Grunig	O autor cunhou a teoria da excelência, através de um grupo de seis pesquisadores, o qual ele coordenava. A teoria da excelência prima pelo bom relacionamento da organização com seus públicos, fazendo com que todos os lados sejam ouvidos, sendo, desta forma, um relacionamento simétrico. Desta forma, a teoria da excelência pode ser caracterizada como uma cultura participativa.
Wainberg	O autor traz à discussão fatores que influenciam no processo de internacionalização das empresas, especialmente multinacionais, como políticos e econômicos, alegando que a <i>práxis</i> de relações públicas internacionais não pode ser resumida ao relacionamento.
Wakefield	O autor cria quatro teorias que tem por objetivo facilitar os estudos de relações públicas internacionais. Destas, duas se destacam nesta pesquisa: teorias culturais e teoria da administração comparativa. A primeira pois trata das particularidades de cada cultura e da importância de conhecê-las. A segunda tendo em vista que trabalha com a comparação de iniciativas de diferentes culturas, a fim de auxiliar na tomada de decisão.
Chanlat	Pesquisador da área da antropologia, traz a importância dos estudos de excelência para as organizações, assinalando que a pessoa/público deve estar em primeiro lugar.
Ferrari	A autora aborda os princípios de excelência e de relações públicas internacionais, trazendo os primórdios dos estudos na área de relações públicas internacionais, a importância de atender aos diferentes mercados, ao fato de o relações públicas ser visto como o centro em organizações contemporâneas e a necessidade de conhecer cada área, partindo do pressuposto da harmonia de relacionamentos e de cada localidade onde a organização está inserida. Além disso, Ferrari assinala a respeito da função da

	comunicação, que deve ser gerenciar os fluxos de relacionamento.
Bastos e Neto	Os autores salientam a respeito da importância de conhecer e respeitar as diferentes culturas, além da dificuldade de atender aos diferentes mercados de maneira específica a suas necessidades.
Nobre	O autor fala a respeito da importância de empoderamento dos públicos na esfera das relações públicas internacionais, visto que este faz com que os públicos se sintam valorizados.
França	O autor assinala que o relacionamento da organização com seus públicos deve ser permeado pelo planejamento e que o relações públicas possui como função manter e administrar estes relacionamentos.
Wolton	O autor aborda a importância de relacionamentos simétricos dentro das organizações, salientando que este é um dos fatores que mais vem sendo valorizados pelas empresas, especialmente com seu público interno.

Fonte: elaborado pela autora com base em Grunig (2011), Wainberg (2011), Wakefield (1996), Chanlat (1995), Ferrari (2006; 2009; 2011; 2016), Bastos e Neto (2008), Nobre (2016), França (2011) e Wolton (2010).

O quadro acima demonstra uma síntese dos conceitos aqui abordados, trazidos pelos autores. Percebe-se, com o exposto, que os pesquisadores possuem pensamentos alinhados, primando pelo bom relacionamento organização x públicos, já que este auxilia no desenvolvimento da organização, na motivação dos funcionários, satisfação do público, clima organizacional e, conseqüentemente, no resultado final que esta empresa busca.

Desta forma, pode-se observar a relação da teoria da excelência com as relações públicas internacionais da seguinte maneira:

Figura 5 – Excelência e relações públicas internacionais



Fonte: elaborado pela autora com base em Grunig (2011), Wainberg (2011), Wakefield (1996), Chanlat (1995), Ferrari (2006; 2009; 2011; 2016), Bastos e Neto (2008), Nobre (2016), França (2011) e Wolton (2010).

A figura acima, a fim de exemplificar a teoria da excelência, demonstra uma comunicação de duas mãos, ou seja, de acordo com a teoria da excelência, uma comunicação simétrica, onde todos são ouvidos e tem voz, por esta razão, as setas de duas vias. Esta pode ser vista como uma cultura participativa, que está inserida em um cenário globalizado e, desta maneira, as relações públicas internacionais acabam configurando um grau de importância, tendo em vista a necessidade de comunicação com os diversos públicos, de diferentes nações.

#### **4.6 FUNÇÃO POLÍTICA x RELAÇÕES PÚBLICAS INTERNACIONAIS**

A teoria da função política busca uma base teórica para a atividade de relações públicas. Esta base há tempo era pesquisada e aperfeiçoada, no entanto, não se conseguia chegar a um consenso acerca até a função política.

Tendo em vista que a função política busca um embasamento teórico para as relações públicas, sendo as relações públicas internacionais o objeto de estudo do presente trabalho e tendo como base metodológica a pesquisa bibliográfica, o cruzamento da teoria da função política junto às relações públicas internacionais se vê como importante para a pesquisa.

Desta forma, aqui serão estabelecidas as convergências e divergências entre a teoria da função política e as relações públicas internacionais, tendo em vista os aspectos elencados acima e partindo do pressuposto de que a teoria embasa a *práxis*.

A teoria da função política é uma teoria cunhada por Roberto Porto Simões durante sua tese de doutorado. Esta buscava uma concepção teórica para a área de relações públicas, alicerçada ao exercício. Ou seja, foi criada a partir da *práxis*. Esta teoria se via como necessária para o campo, tendo em vista a ausência de teorias para a área e também a necessidade de institucionalização da profissão, visto que a mesma só consegue uma legitimação diante à sociedade no momento em que se torna determinante o que ela sugere (SIMÕES, 2009).

Nas relações públicas internacionais, Ribeiro (1999) assinala a respeito da ausência de estudos na área, tendo em vista que é, ainda, muito recente. No entanto, a mesma vem atraindo a atenção de pesquisadores. Ferrari (2011)

aborda que a literatura das relações públicas internacionais vem se aprimorando, especialmente nos anos 90, quando se iniciou um debate acerca desta *práxis* por pesquisadores norte-americanos, que entenderam relações públicas internacionais enquanto uma comunicação voltada a cada nicho específico, ou seja, a cada público e cultura distinta. Bastos e Neto (2008) complementam alegando que este debate aumenta ao passo que as organizações se internacionalizam.

Neste sentido, de *práxis*, Silva (2005) assinala que os estudos de relações públicas internacionais iniciam a partir da construção histórica da atividade, que vão desde a formação até questões curriculares.

Com o exposto, percebe-se que, em ambas as áreas, há a necessidade do estudo para seu aprofundamento. O estudo acerca da atividade, possibilita a criação de uma teoria, como no caso da função política; e um debate acerca do assunto, se chegando a um consenso sobre sua real função. O fato de ambas possuírem seus estudos pautados pela teoria e *práxis* também é uma convergência encontrada.

Uma divergência que pode ser apontada é o fato de que a função política nasce a partir de um pesquisador, através da sua tese de doutorado, e trata-se de uma teoria. Enquanto os estudos acerca das relações públicas internacionais nascem de um grupo de pesquisadores, que priorizam a *práxis* da atividade.

Neste sentido, cabe pontuar que a função política possui como premissa a causa – a razão pela qual ela é identificada – das relações públicas, partindo do pressuposto que esta controla, gerencia e prevê a relação de poder e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos.

No que tange as relações públicas internacionais, pode-se trazer Silva (2005), quando elenca que não se deve verificar o conceito desta sem antes verificar a definição de relações internacionais, pois ambas possuem fatores em comum, como compreensão de fenômenos, comunicação, relacionamento com o estado, entre outros.

Desta maneira, observa-se que ambos os autores enxergam a *práxis* de relações públicas como abrangente e até mesmo interligada a outras áreas, tendo em vista que tem funções de gerenciamento, planejamento, relacionamento e compreensão. Percebe-se também, que ambas possuem

uma premissa: enquanto uma é guiada pela razão da profissão de relações públicas; a outra é permeada, em um primeiro momento, pelos conceitos de relações internacionais, tendo em vista as semelhanças, até se chegar às relações públicas internacionais.

Sendo assim, Simões (2009) estabelece doze constructos, que determinam a função do relações públicas. Destes, pode-se destacar as dimensões, a definição conceitual e bases filosóficas (ética e estética).

Na esfera das relações públicas internacionais, pode-se observar os três constructos elencados acima. No que tange as dimensões, os setores os quais as relações públicas atingem, Nobre (2016) assinala o fato de a mesma lidar com poder político e fatores econômicos. Na perspectiva da definição conceitual, Ribeiro (1999) pontua o fato de se ter bastante dificuldade para se chegar a um consenso acerca da definição de relações públicas internacionais. No que diz respeito as bases filosóficas, sendo estas a ética – enquanto legitimação da ação organizacional – e estética – enquanto ações estruturadas desde o planejamento – pode-se trazer Ferrari (2011) que assinala que as relações públicas internacionais devem ser pensadas a partir de ações específicas para cada mercado onde está inserida.

Com o exposto, percebe-se a presença dos constructos de Simões na *práxis* e literatura das relações públicas internacionais. Isto se deve pois os constructos auxiliam a pensar em ambas perspectivas, seja ela teórica, seja a partir da *práxis*. Cabe pontuar, no que diz respeito à estética, que prima por ações de relações públicas estruturadas desde o planejamento, que, para se pensar nestas ações, se faz necessário que a *práxis* da atividade seja reconhecida, além da realização do próprio planejamento, a fim de delimitar todas as fases desta, prever possíveis resultados e evitar problemas futuros.

Tendo em vista o fato de a função política se tratar de uma visão acerca da teoria e *práxis*, Simões e Lima (1997) assinalam que existe, no sistema, o conflito, o processo decisório e a relação de poder. No que tange a existência do conflito, Carvalho (2009) complementa que este é um desafio para organizações contemporâneas, visto que agora são necessários novos meios para atender às necessidades da mesma. A autora traz elementos como *blogs* enquanto facilitadores deste processo.

Neste sentido, as relações públicas internacionais, de acordo com Ferrari (2011) colocam a *práxis* de relações públicas enquanto centro das organizações, visto que são responsáveis por tarefas como a distribuição de atividades aos demais funcionários e o relacionamento da organização com seus públicos, fazendo com que este possua o papel de intermediador.

Com isso, pode-se elencar que, sendo as relações públicas vistas como centro, é possível que a existência do conflito no sistema diminua, tendo em vista o papel de intermediador que este possui e o fato de ser tratado como centro das organizações. Além disso, a partir do fato de a este serem dadas demandas como relacionamento com os públicos com os quais a organização se envolve, distribuição de tarefas, além de o fato de este ser visto como centro, existe a possibilidade de que a *práxis* desta atividade possua um discernimento maior para se chegar aos meios de relacionamento necessários para atingir as necessidades das empresas contemporâneas, como o *online*.

No que tange a relação de poder, Simões (1995) pondera que se trata de duas bases: ação e comunicação. Esta é desenvolvida pela organização com seus respectivos públicos, considerando o tipo de público, a fim de verificar qual o nível de poder envolvido. Outros autores assinalam a respeito de poder, como Foucault (2015), que assinala que nem todos que possuem poder querem tê-lo. Este é obtido por uma classe dominante, de acordo com seus interesses. Arendt (1994) alega que a relação de poder se faz importante para que as ações da organização tenham o efeito esperado diante do público. Galbraith (1999) traz poder de acordo com três instrumentos, sendo eles: poder condigno, poder compensatório e o poder condicionado, sendo que quem detém o poder e sob quem ele age, está diretamente ligado a um destes três aspectos.

Esta relação de poder se trata especialmente do relacionamento entre a organização e seus públicos, a fim de verificar o nível deste, para que, assim, possa se verificar se as ações terão os efeitos almejados. Assim, pode-se trazer Nobre (2016), na esfera das relações públicas internacionais, que diz que estas podem ser vistas como os relacionamentos entre nações, perceptíveis à esfera pública.

Com estes autores, foi possível ter um maior entendimento acerca do que é poder, de fato, para se chegar a teoria da função política, que possui

poder como uma de suas bases. Após, foi possível verificar a presença deste nas relações públicas internacionais, em um exemplo trazido através da definição da *práxis* por Nobre (2016). Cabe pontuar que, estes relacionamentos, perceptíveis ao público, fazem com que seja mais acessível verificar a respeito dos níveis de poder, visto que, com esta maior visibilidade, torna-se visível também este fato.

Tendo em vista o fato de esta relação de poder se tratar especialmente do relacionamento da organização com seus públicos, Roig (2007) coloca que este deve ser o objeto de estudo das relações públicas. Baseggio (2011) complementa alegando que este permite um diagnóstico da *práxis* de relações públicas. Nesta perspectiva, Roig (2011) traz que esta possui um caráter político, que se caracteriza pela necessidade de cooperação que a empresa possui com seus públicos, sendo este relacionamento necessário para que a instituição consiga cumprir seus valores, aos quais se propõe.

Na perspectiva de relações públicas internacionais, pode-se trazer Nobre (2016), que alega que esta possui como *práxis* o relacionamento com os diversos públicos que compõe uma organização, no caso, um relacionamento internacional ou intercultural, visto que envolve uma diversidade de culturas. Além disso, este deve ser perceptível à esfera pública. O autor ainda pontua que as relações públicas internacionais lidam diretamente com o poder político e benefícios econômicos.

Neste sentido, ressalta-se que, em ambos os casos, o relacionamento se vê como amplo e parte significativa para a *práxis* de relações públicas, sendo este considerado, pela literatura, enquanto objeto de estudo. Além disso, observa-se, também, que ambos trabalham esta *práxis* voltada a diversas ambiências, como a política. Sendo assim, percebe-se que há uma convergência na fala das autoras que concordam com a perspectiva de Simões (1995) e dão prosseguimento ao seu estudo e a literatura de relações públicas internacionais, especialmente no que tange à política, que é vista como parte integrante das relações públicas.

Com o exposto, percebe-se que há convergência em diversos aspectos da teoria da função política, cunhada por Simões (1995), e da literatura das relações públicas internacionais. Desta maneira, a fim de reunir as ideias dos autores aqui expostos e elucidar discussões, cabe trazer o seguinte:



Quadro 6 – Função Política e Relações Públicas Internacionais.

Autor	Perspectiva de Divergências e Convergências
Simões	O autor cunhou a teoria da função política, tendo em vista a necessidade de uma rede teórica para a atividade de relações públicas. A função política, que nasceu a partir de uma tese de doutorado, trabalha com a relação teoria x <i>práxis</i> , analisando a relação de poder existente na organização e públicos e trazendo doze constructos que regem a <i>práxis</i> de relações públicas.
Ribeiro	A autora traz a dificuldade de se chegar a um consenso acerca do significado de relações públicas internacionais e sobre a ausência de estudos na área. No entanto, esta vem atraindo a atenção de pesquisadores atualmente.
Ferrari	A autora assinala a respeito do aprofundamento dos estudos de relações públicas internacionais nos anos 90 e a necessidade de esta possuir ações específicas a cada mercado onde a organização está inserida.
Bastos e Neto	Os autores abordam que com a internacionalização das empresas cada vez mais rápida, o debate acerca da área também vem crescendo.
Silva	O autor coloca que os estudos acerca das relações públicas internacionais devem iniciar a partir de uma construção histórica, indo desde a <i>práxis</i> , até a literatura. Além disso, o autor traz a necessidade de associar os conceitos às relações internacionais, tendo em vista a proximidade de ambas as áreas.
Nobre	O autor trabalha as relações públicas internacionais enquanto uma área abrangente, ligada à política e economia. Além disso, traz que uma das <i>práxis</i> da área é o relacionamento entre as nações, que deve ser perceptível à esfera pública.
Simões e Lima	Os autores trazem que há, na organização com seus públicos, o conflito, a relação de poder e o processo decisório.
Carvalho	A autora traz que, atualmente, as empresas veem a necessidade de utilizar novos meios para que se consiga atingir todos seus públicos. A exemplo, a autora elenca os <i>blogs</i> .
Foucault	O autor assinala a respeito de poder, assinalando que quem detém este não necessariamente o quer, mas o possui pois pertence a uma classe dominante, de acordo com seus interesses.
Galbraith	O autor traz o poder ligado a três faces, sendo elas o poder condigno, o poder compensatório e o poder condicionado. Quem detém o poder, está diretamente ligado a um destes fatores.
Roig	A autora alega que a organização e os públicos que a compõe são os objetos de estudo das relações públicas. Além disso, assinala que a atividade possui um caráter político.
Baseggio	A autora assinala que os relacionamentos da organização com seus públicos permitem que a mesma faça um diagnóstico acerca do que se propõe.

Fonte: elaborado pela autora com base em Simões (1995; 1997; 2009), Ribeiro (1999), Ferrari (2011), Bastos e Neto (2008), Silva (2005), Nobre (2016), Carvalho (2009), Foucault (2015), Galbraith (1999), Roig (2007; 2011) e Baseggio (2011).

O quadro acima demonstra os conceitos dos autores de relações públicas internacionais e da teoria da função política, aqui expostos para análise de suas convergências e divergências. Com isso, foi possível perceber que ambas possuem sua base alicerçada a teoria e *práxis*, sendo, em ambos os casos, difícil de se chegar a uma definição: no caso da função política, a uma definição da teoria; no caso das relações públicas internacionais, um consenso

acerca do seu conceito e significado. Além disso, aborda-se sobre relação de poder e como este influencia no relacionamento da organização com seus públicos, trazendo a perspectiva de poder de Simões, junto a autores que trabalham o tema, para unir este às relações públicas internacionais.

Sendo assim, pode-se observar os conceitos aqui estudados da seguinte maneira:

Figura 6 – Função política e relações públicas internacionais



Fonte: elaborado pela autora com base em Simões (1995; 1997; 2009), Ribeiro (1999), Ferrari (2011), Bastos e Neto (2008), Silva (2005), Nobre (2016), Carvalho (2009), Foucault (2015), Galbraith (1999), Roig (2007; 2011) e Baseggio (2011).

A figura acima, a fim de elucidar o debate acerca da teoria da função política, demonstra a relação de poder existente, sendo este um fator que deve ser analisado para verificar quem o detém. Por esta razão, o poder aparece como um elemento que vai e volta, junto à organização e público. Sendo o cenário em que se está inserido globalizado, se faz necessária a atuação das relações públicas internacionais. Especialmente, também, pelo fato de, dentro desta relação de poder, existir um relacionamento. Desta forma, a teoria da função política se vê aplicada às relações públicas internacionais.

#### 4.7 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Com o exposto, pode-se perceber que fatores culturais trazidos para debate podem ser caracterizados como complementares e possíveis a partir do desenvolvimento um do outro. As identidades culturais se modificam e aprimoram ao passo que as culturas tornam-se mais híbridas e isto ocorre devido ao processo de globalização. Estes fatores acontecem e se desenvolvem através, principalmente, da comunicação intercultural, que é vista como a comunicação entre as diferentes culturas. Desta forma, elenca-se que a comunicação intercultural concatena todos estes fenômenos culturais acima expostos, sendo, desta maneira, uma área ampla e com potencial para estudo.

Além disso, foi possível observar que estes fatores culturais – identidades culturais, hibridização, globalização e interculturalidade – influenciam diretamente no desenvolvimento das relações públicas internacionais, seja em sua literatura, que vem sendo aprimorada desde os anos 90, seja em sua *práxis*, que tomou uma proporção maior a partir dos anos 80, com o processo de globalização. Isto ocorre por que as relações públicas internacionais podem ser caracterizadas como um relacionamento internacional. Desta forma, para que este seja viável, se torna necessário o conhecimento das culturas com as quais esta *práxis* será desenvolvida. Cabe pontuar que a mesma se vê com grande potencial de pesquisa especialmente junto à interculturalidade, tendo em vista que a mesma concatena os conceitos de globalização, hibridização e identidades culturais em sua definição, além de se tratar do relacionamento entre as diferentes culturas. Sendo assim, as relações públicas internacionais e a interculturalidade se veem enquanto áreas complementares entre si.

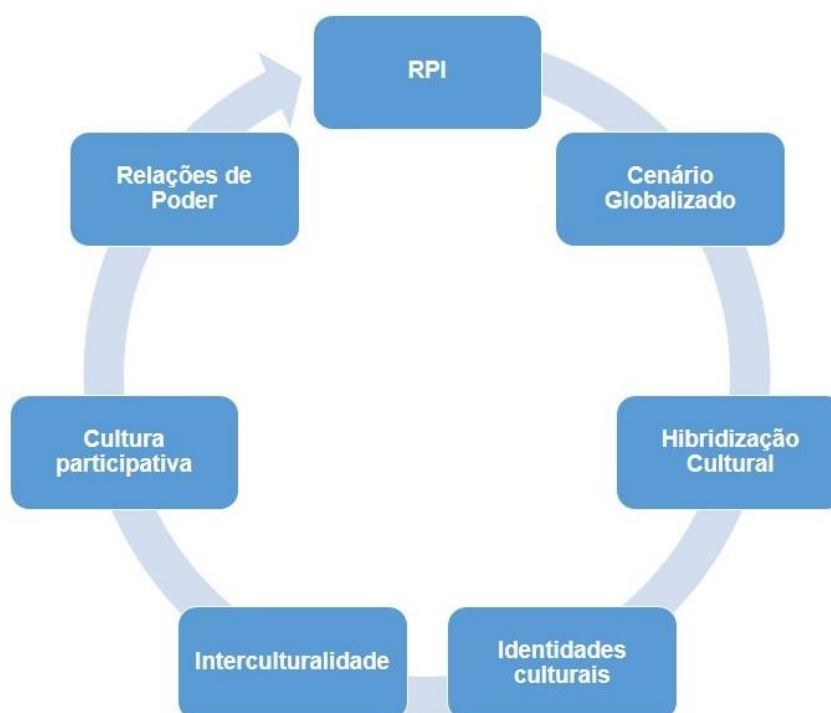
Foi possível, também, verificar as convergências existentes entre as relações públicas internacionais e as teorias da excelência e função política. Sendo estes parte integrante do campo das relações públicas, pode-se destacar que as áreas se convergem entre si e que as relações públicas internacionais leva em conta fatores de ambas as teorias para seu desenvolvimento.

Sendo assim, observa-se as relações públicas internacionais enquanto área abrangente, que se desenvolve dentro do campo das relações públicas,

porém, com influências externas, especialmente da área cultural. Isso se dá pois a mesma trabalha diretamente com fenômenos contemporâneos, pelos quais as culturas vem passando e tornando este relacionamento internacional cada vez mais intercultural.

Com o exposto, propõe-se o seguinte acerca do tema relações públicas internacionais:

Figura 7 – Construção das Relações Públicas Internacionais



Fonte: elaborado pela autora com base nos cruzamentos.

A figura acima demonstra um organograma que concatena todos os conceitos aqui estudados. O mesmo se encontra da seguinte forma: em um cenário globalizado, existe uma hibridização cultural, que é a unificação das culturas. Com esta unificação, há a influência direta nas identidades culturais, que se tornam cada vez mais unificadas, permanecendo apenas algumas características fixas. Todos estes conceitos resultam na interculturalidade, tendo em vista que esta se trata da comunicação entre as diferentes culturas. Com esta comunicação entre as diferentes culturas, acontece a hibridização

cultural e os fenômenos envolvendo as identidades culturais, comuns na atualidade, tendo em vista o processo de globalização.

Para que a interculturalidade exista se faz necessário uma base comunicacional, uma cultura participativa. Esta cultura participativa, a qual leva conceitos da teoria da excelência, se faz necessária para que ambos os lados sejam ouvidos e tenham voz ativa diante de uma organização, por exemplo. Para que isso aconteça, se fazem necessárias as relações de poder organização *versus* público, oriundas da função política, pois através destas é possível perceber de que maneira estas partes agem entre si e com o ambiente.

Por fim, todo este processo resulta nas relações públicas internacionais. Este caminho se faz necessário para se chegar a mesma pois, além de ser um campo novo, existem muitos processos que a envolvem, para além da área das relações públicas. A exemplo disso, traz-se a área cultural, que influencia diretamente na *práxis* de relações públicas internacionais, tendo em vista o mundo globalizado, as empresas multinacionais, as facilidades encontradas no que tange os meios de comunicação, entre outros aspectos que influenciam a cultura, como em nossa maneira de nos comunicarmos uns com os outros. Além disso, as teorias de relações públicas, tendo em vista que apresentam um embasamento a esta *práxis*, ainda pouco explorada no âmbito da pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente trabalho buscou abordar conceitos de identidade cultural, hibridização, globalização, interculturalidade, teoria da excelência, teoria da função política e relações públicas internacionais, com a finalidade de refletir acerca das convergências e divergências que estes possuem com as relações públicas internacionais, objeto de estudo desta pesquisa. Possui, como intuito, aprofundar os estudos e contribuir para a literatura de relações públicas internacionais, tendo em vista estar ainda em ascensão. Para tanto, esta monografia procurou estudar os fenômenos contemporâneos na esfera cultural, para que, desta forma, fosse possível perceber de que maneira a *práxis* de relações públicas atua no cenário internacional e o que a influencia, tendo em vista que é posta frente a diferentes situações, devido às diferentes culturas com as quais convive.

Esta pesquisa possui, enquanto objetivo geral, compreender a *práxis* de relações públicas no cenário internacional. Desta forma, através do estudo da *práxis* (VASQUEZ, 1977), assim como de literaturas que compõem a área de relações públicas, especialmente das relações públicas internacionais, e os estudos acerca da cultura, que complementam esta perspectiva de atuação do relações públicas na esfera internacional, foi possível compreender a *práxis* das relações públicas internacionais desde a sua concepção. Tendo em vista a pesquisa desenvolvida, que abrangeu estes diversos fatores mencionados, foi possível perceber a forma da *práxis* em âmbito internacional, assim como os fenômenos culturais que agem enquanto influenciadores para que esta *práxis* se faça, cada vez mais, necessária. Cabe elencar, também, que há uma convergência bastante visível entre a área cultural e as relações públicas internacionais, as quais foram apontadas neste estudo, fazendo com que seja ainda mais latente o estudo de ambas as áreas de maneira conjunta. A exemplo disso, traz-se os fenômenos culturais pelos quais as sociedades vem passando, os quais modificam os relacionamentos e as formas destes, influenciando diretamente na *práxis* de relações públicas internacionais.

No que diz respeito aos objetivos específicos, foram trazidos: refletir sobre a perspectiva sociológica cultural. Este foi abordado ao longo de todo capítulo 2, através da literatura da sociologia, que aborda fenômenos pelos

quais a cultura vem passando, tais quais: as identidades culturais na pós-modernidade, já que estas identidades são vistas de maneira cada vez mais unificada; a hibridização cultural, acarretada, especialmente, pelo processo de globalização; e a interculturalidade, que está bastante ligada tanto à área cultural quanto à área de relações públicas, tendo em vista que se trata do relacionamento entre as diferentes culturas. Desta forma, foi possível obter uma visão ampla acerca da cultura na modernidade, tendo por base a opinião de sociólogos.

Além disso, elenca-se, enquanto objetivo específico, estudar a *práxis* de relações públicas internacionais com base nas teoria da excelência e função política. Neste sentido, assinala-se que o capítulo 3 está dedicado à exploração da literatura da área de relações públicas, dando ênfase as referidas teorias e as relações públicas internacionais. Após, durante a análise, foi possível realizar um cruzamento de cada uma destas teorias com relações públicas internacionais, onde foi possível verificar as convergências e divergências existentes, sendo mais latentes as convergências, especialmente por se tratar da mesma área: as relações públicas.

O presente trabalho trouxe, ainda como objetivo específico, analisar a *práxis* de relações públicas internacionais. Esta foi analisada com base na literatura existente na área, que faz uma interseção entre a teoria, que aborda tanto os conceitos de relações públicas internacionais, quanto o que é feito na *práxis*. Desta forma, esta união teórico-prática se fez necessária a fim de caracterizar a *práxis* de relações públicas internacionais.

Para se atingir os referidos objetivos, foram realizados cruzamentos, oriundos dos capítulos 2 e 3, conforme elencado acima. Os cruzamentos abordam as relações públicas internacionais junto à identidade cultural, hibridização, globalização, interculturalidade, teoria da excelência e função política. Ao fim de cada um, é apresentada uma matriz teórica, a partir da percepção da autora sobre o que foi lido e entendido diante da literatura estudada. Além disso, apresenta-se uma figura, que demonstra uma sintetização do elencado no texto, a fim de facilitar o entendimento e elucidar discussões.

Desta forma, cabe elencar que, além das respostas aos objetivos estipulados inicialmente, foi possível perceber de que forma a cultura influencia

nas relações públicas, especialmente na esfera internacional, visto que as diferenças culturais são ainda mais latentes neste âmbito. Sendo assim, salienta-se que se configura em um viés de importância os estudos culturais junto a *práxis* área de relações públicas, visto que esta lida com diferentes públicos, culturais e organizações, sendo necessário um conhecimento amplo acerca destas. Além disso, a presente pesquisa uniu conceitos teóricos e práticos, caracterizando-se como uma *práxis*, que se mostrou adequada para que fosse obtido um maior conhecimento acerca do assunto, visto que a *práxis* propõe um planejamento e união da teoria e prática.

Cabe elencar, ainda, que, tendo em vista a metodologia utilizada na presente pesquisa, percebe-se uma grande possibilidade de seguimento nesta. Este pode se dar através da aplicação dos conceitos aqui estudados, especialmente dos gerados a partir dos cruzamentos, em estudos empíricos. Desta forma, se vê a possibilidade de aprofundamento de estudos e pesquisas a partir da *práxis* de relações públicas internacionais, contribuindo para a literatura da área e fomentando as pesquisas deste viés. Isto se deve ao fato de os contextos internacionais (re)configurarem novas interfaces para a *práxis* de relações públicas.



## REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Comunicação Intercultural**. [S.l.]: 2000.  
Disponível em: <[http://www.aulaintercultural.org/article.php3?id\\_article=22](http://www.aulaintercultural.org/article.php3?id_article=22) >  
Acesso em 19 de setembro de 2017.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza Andrade. **Curso de Relações Públicas**. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ARVATI, Mariana Carolina; VENTURA, Acácia de Fátima. Diferenças Culturais e Negociações Internacionais: Brasil e Arábia Saudita. **Revista de Negócios Internacionais**. Piracicaba, v. 5, n. 9, p.19-24, 2007.
- BASEGGIO, Ana. Diagnóstico em Relações Públicas. In: MOURA, Claudia Peixoto de; FOSSATTI, Nelson Costa. **Práticas Acadêmicas em Relações Públicas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011. p.119-142
- BASTOS, Aline; NETO, Aguirre Estorilio Silva Pinto. Relações Públicas na China: o desafio do *guanxi*. **Revista Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 9, n. 19, p.113-122, maio/ago. 2008.
- BENETTI, Mariceia. **Caderno de Projeto de Pesquisa em Comunicação: Fotocópia**, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato. **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, Desiguales y Desconectados: mapas de La interculturalidad**. Barcelona: Gedisa, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Culturas Híbridas**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- CABRAL, Raquel; ANDRELO, Roseane. **Internacionalização e Interculturalidade: alianças para o ensino transformador**. In SANTOS, Célia Retz; FERRARI, Maria Aparecida. *Aprendizagem ativa: contextos e experiências em comunicação*. Bauru: FAAC/UNESP, 2017.
- CARVALHO, Cintia. Relações Públicas: mediação sistêmica no gerenciamento de conflitos e crises organizacionais. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009. p.309-325

CARVALHO, Cintia; ROSA, Helaine Abreu. Os formadores de preferência em blogs: importância deste ambiente na sobrevivência organizacional. **Revista Estudos de Comunicação**. Curitiba, v. 9, n. 18, p.27-33, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CESCA, Cleuza Gertrudes Gimenes. **Relações Públicas para Iniciantes**. São Paulo: Summus, 2012.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. Porto Alegre: Atlas, 1995.

COGO, Denise. Mídia, Imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiaticização dos processos migratórios e das *falas* imigrantes no contexto brasileiro. **Comun. Inf.** v. 4, n. 1 / 2. p.11-32. Jan/dez, 2001.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2003.

FARIAS, Luiz Alberto de. **A literatura de relações públicas: produção, consumo e perspectivas**. São Paulo: Summus, 2004.

FERNANDES, Backer Ribeiro. História das Relações Públicas: surgimento e consolidação na América do Sul. In: Luiz Alberto de Farias (Org.). **Relações Públicas Estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus, 2011. p.21-50

FERRARI, Maria Aparecida. As dimensões locais das Relações Públicas Internacionais: teorias e paradigmas. **ORGANICOM: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo, v. 3, n. 5, p.83-95, 2º semestre, 2006.

\_\_\_\_\_. Significados, possibilidades e impasses da comunicação intercultural. **ORGANICOM: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo, v. 11, n. 21, p.11-17, 2014.

\_\_\_\_\_. Comunicação Intercultural: Perspectivas, dilemas e desafios. In: \_\_\_\_\_; MOURA, Cláudia Peixoto de. (Org.). **Comunicação, Interculturalidade e Organizações: Faces e Dimensões da Contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

\_\_\_\_\_. Relações Públicas: gestão estratégica de relacionamentos. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Organizacional Estratégica: aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016. p.243-262

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALBRAITH, J. Kenneth. **Anatomia do poder**. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

GEERTZ, Clifford. Pessoa, Tempo e Conduta em Bali. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, p.149-183, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Cambridge: Polity Press, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 1986.

\_\_\_\_\_. **Relações públicas e modernidade**. São Paulo: Summus, 1997.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp, p.37-45, abril. 2007.

MALDONADO, Alberto Efendy. Teoria da Comunicação: interculturalidade, filosófica, linguagem e sociedade. **Conexão – Comunicação e Cultura**. UCS, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p.117-129, jul/dez. 2005.

\_\_\_\_\_. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSARIO, Nísia Martins do (orgs.) **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008, p.27-54.

\_\_\_\_\_. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, A. E. (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014.

MALDONADO, Alberto Efendy; PIRES, Julherme José. Globalizações, gênero e cidadania no entorno de Jogos Vorazes: disposições culturais e políticas no Brasil e no Vietnã. **Revista de Estudos da Comunicação**. Curitiba, v. 16, n. 41, p.327-344, set/dez. 2015.

MORENO, Ángeles; MOLLEDA, Juan Carlos; ATHAYDES, Andréia; SUÁREZ, Ana Maria; B. HERRERA, Marco; NOBELL, Alejandro Álvarez. **Latin American Communication Monitor 2016-2017**. Madrid: Euprepa, 2017.

MOREIRA, Sonia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J., BARROS, A. (Org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NOBRE, Guilherme Fráguas. Diplomacia de negócios e relações públicas internacionais. **ORGANICOM: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. São Paulo, v. 13, n. 24, p.114-124, 1º semestre, 2016.

ORTIZ, Renato. Modernidade e Cultura In: SOUSA, Mauro Wilton de. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.223-228.

ROIG, Ana Maria Walker. Comunicação Corporativa, Institucional e Organizacional. In: DORNELLES, Souvenir Maria Graczyk. **Relações Públicas: quem sabe, faz e explica**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007. p.33-44

\_\_\_\_\_. Identificação e Mapeamento de Públicos: um diálogo cooperativo no processo de tomada de decisão organizacional. In: MOURA, Claudia Peixoto de; FOSSATTI, Nelson Costa. **Práticas Acadêmicas em Relações Públicas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011. p.157-166

RIBEIRO, Anely. **Relações públicas internacionais**. Seminário na disciplina Relações Públicas do Composto da Comunicação nas Organizações, nível mestrado em Ciências da Comunicação. Orientação: Profª. Drª. Margarida Maria Krohling Kunsch, ECA/USP: novembro, 1999.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Uma introdução a Pierre Bourdieu. **Revista Cult Uol**. Ed. Bregantini, São Paulo, SP. 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/uma-introducao-a-pierre-bourdieu/>> Acesso em 01 de setembro de 2017.

SILVA, Vagner de Carvalho. As Relações Públicas Internacionais nos Currículos de Relações Públicas. **Intercom**: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2011-1.pdf>> Acesso em 23 de setembro de 2017.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Por uma rede teórica para relações públicas: uma forma abreviada da teoria**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. p.143-155.

SIMÕES, Roberto Porto; LIMA, Suzy Mary do Nascimento. Relações Públicas e Função Política: um estudo comparativo dos seus processos e programas. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 7, p.98-116, novembro. 1997.

SCHEIN, Edgard H. **Culture: the missing concept in organization studies.** Administrative Science Quarterly, 41, 1986, p.229-240

UNESCO. **Relatório Mundial sobre a Diversidade Cultural.** Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf> Acesso em 18 de setembro de 2017.

WAINBERG, Jacques A. As Relações Públicas Internacionais e o Novo Ambiente Global. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; FOSSATTI, Nelson Costa (Org.). **Práticas acadêmicas em Relações Públicas: processos, pesquisas e aplicações.** Porto Alegre: Sulina, 2011. p.216-233.

WAKEFIELD, Robert Irwing. **Interdisciplinary theoretical foundations for international public relations.** In: CULBERTSON, H. M.; NI CHEN. International public relations: a comparative analysis. Mahwah: Lea Publishers, 1996. p.1-29

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar;** Porto Alegre: Sulina, 2010.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.